Uni-ANHANGÜERA
Centro Universitário de Goiás

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL: uma *construção coletiva*

PERÍODO: 2019 / 2022

Goiânia-Go

Agosto /2019

SOCIEDADE ANHANGUERA DE ENSINO SAEL

MANTENEDORES

Joveny Sebastião Cândido de Oliveira

Joana Teresa Caldas Macedo Santos

José Umbelino dos Santos

Danilo Nogueira Magalhães

Maria Amélia de Azevedo Lima

Geraldo Lucas

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS – Uni-ANHANGUERA

REITORIA

Prof. Joveny Sebastião Cândido de Oliveira, JM., JD.

Reitor

Prof. Ms. Luiz Felipe Cândido de Oliveira

Vice-Reitor

Profª Esp. Ronilda Moreira da Paz

Secretária Geral

PRÓ-REITORIAS

Profª Ms. Mayra Caiado Paranhos

Pró-Reitora de Ensino a Distância - EAD

Profª Drª Isivone Pereira Chaves

Pró-Reitora de Graduação e Extensão

Profª Ms. Estela Mares Stival

Coordenadora de Planejamento Pedagógico e Avaliação Institucional

COORDENADORES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO MODALIDADE PRESENCIAL

Profª Ms. Ana Cândida Franco de Oliveira

Coordenadora dos Cursos Superiores de Tecnologias

Profª Ms Analu Guimaraes Arantes

Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo

Profª Ms. Denise Cristina Martins dos Santos Nery

Coordenadora do Curso de Administração

Profª Ms. Diane Marcy de Brito Marinho

Coordenadora do Curso de Pedagogia

Profª Ms Ionara Lúcia de Melo Castro

Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis

Profª Drª Josefa Moreira Nascimento Rocha

Coordenadora do Curso de Medicina Veterinária

Profª Drª Luciana Domingues Bittencourt

Coordenadora do Curso de Agronomia

Profª Ms. Regina de Amorim Romachelli

Coordenadora do Curso de Engenharia Civil

Prof Ms Rogerio Pereira Leal

Coordenador do Curso de Direito

Prof Esp Romes de Paula Machado Júnior

Coordenador do Curso de Engenharia Elétrica

Profª Ms Rosângela Addad Abed

Coordenadora do Curso de Enfermagem

Profª Drª Vanessa Carneiro Leite

Coordenadora do Curso de Farmácia

COORDENADORES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO MODALIDADE A DISTÂNCIA - EAD

Prof. Ms. Fabricio Schlag

Profª Esp. Cristiane Neves da Silva Bastos

Prof. Ms. José Ricardo Cosme Lerias Ribeiro

Profª Esp Mirian Martinez Burguillo

Profª Ms. Vera Lucia Francisco Dias

CAPDI

Comissão de ações do PDI (na ordem conforme a portaria assinada pelo Reitor)

I. Me. Estela Mares Stival
II. Esp. Ana Amélia Umbelino dos Santos
III. Drª. Maria Emília Carvalho de Araujo Vieira
IV. Me. Mayra Caiado Paranhos
V. Me. Valdir Mendonça Alves
VI. Dr. Claudomilson Fernandes Braga
VII. Drª. Isivone Pereira Chaves
VIII. Dra. Luciana Domingues Bittencourt Ferreira
IX. Me. Sergio Batista Temer
X. Me. Regina de Amorim Romachelli
XI. Rosangela Addad Abed
XII. Me. Diane Marcy de Brito Marinho
XIII. Drª. Vanessa Carneiro leite
XIV. Esp. Weberth Fernandes
XV. Drª. Denise Cristina Martins dos Santos Nery
XVI. Me. Murilo Luiz Ferreira
XVII. Me. Vânia Cristina Dourado
XVIII. Drª. Josefa Moreira do Nascimento Rocha
XIX. Me. Romes de Paula Machado Junior
XX. Acadêmico Helio Nunes de Oliveira Filho
XXI. Acadêmica Maria Helena Corcelli
XXII. Esp. Ronilda Moreira da Paz
XXIII. Drª, Maria José del Peloso
XXIV. Esp. Joana Teresa Caldas Macedo Santos
XXV. Bibliotecária Lilia Pereira Silva.

“Inteligência é a capacidade de se adaptar à mudança.”
Stephen Hawking

MISSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS - Uni-ANHANGUERA

Contribuir para a construção e a disseminação do saber e para o desenvolvimento da sociedade, proporcionando a formação integral do educando, garantindo-lhe o crescimento intelectual e o fortalecimento de valores éticos e morais, essenciais ao comprometimento profissional e ao exercício pleno da cidadania.

MISSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS - UNI-ANHANGUERA VIRTUAL (EAD)

Contribuir para a construção e a disseminação do saber e para o desenvolvimento da sociedade, na modalidade de educação a distância, proporcionando a formação integral do educando, incluindo-o digitalmente e assim socialmente, garantindo-lhe o crescimento intelectual, a autoaprendizagem e o fortalecimento de valores éticos e morais, essenciais ao comprometimento profissional e ao exercício pleno da cidadania.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Trabalhou-se neste Plano de Desenvolvimento Institucional partindo-se do estudo dos eixos norteadores do documento relativo ao Recredenciamento do Centro Universitário de Goiás Uni-ANHANGUERA espelhado no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 que *dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino*.

Ouvidas as demandas dos mantenedores de nossa Instituição de Ensino Superior e após a Criação do CAPDI (Comissão de Ações do PDI) foi feito um material entregue a cada subgrupo da referida Comissão para alimentar este documento que é de construção coletiva. Nosso Reitor, Prof. Dr. Joveny Sebastião Cândido de Oliveira, frisou em várias reuniões objetivadas neste escopo a meta de nossa IES: trabalhar com ensino de qualidade e conceituar, a partir do que os instrumentos norteiam, o Centro Universitário de Goiás com o conceito 5, Instituição que pelo histórico aqui descrito fará seu jubileu de Ouro.

Assim, este PDI *em construção* teve finalidade de retomar, completar e redistribuir as tarefas enviadas em 2017 elencando em um *briefing* do que foi até o momento realizado e que foram atingidos neste plano. A sedimentação deste plano de desenvolvimento institucional parte do estatuto e regimento que foram inclusive retrabalhados em 21/08/2018 pela equipe da Vice-Reitoria e seus consultores jurídicos.

A primeira parte foi a retomada dos eixos para visualizar as demandas dos instrumentos e os pontos a implementar do PDI que temos em mãos. A segunda, trata-se da Apresentação da IES feita por nosso magnífico Reitor.

Em terceiro momento e partindo do plano institucional de 2014-2019 em vigência, segue o corpo do PDI (2018-2022) em que foram feitos ajustes e complementação de dados, como é a construção de todo texto. Para esta condução dividimos em partes mediante os Eixos do decreto.

Fizemos parceria para que destes fios que transformam a vida real de nossa IES compuséssemos em um texto e um plano de desenvolvimento a vida do Centro Universitário de Goiás Uni-ANHANGUERA que aparece mediante as linhas aqui descritas.

Ms. Estela Mares Stival
Coordenação de Planejamento Pedagógico e Avaliação Institucional
Procuradora Institucional
Presidente da Comissão de Ações do PDI

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 12

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 15

1 PERFIL INSTITUCIONAL 15

1.1 MANTENEDORA 15
1.2 HISTÓRICO DA MANTIDA 17
1.2.1 Do Mito Fundador ao Colégio Santa Clara *17*
1.2.2 Do Santa Clara ao Setor Sudoeste Implantando uma faculdade com a identidade de seus mantenedores *19*
1.2.3 História do Centro Universitário de Goiás - Uni-ANHANGUERA *20*
1.2.3.1 Histórico das Bases legais do PDI para o desenvolvimento institucional *28*
1.3 HISTÓRICO DOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL COM BASE NA AVALIAÇÃO 30
1.3.1 Instalações para a CPA e sala de Tempo integral *34*
1.3.2 Processo de autoavaliação institucional e participação da comunidade acadêmica *35*
1.3.3 Metodologia, Análise e divulgação dos Resultados e Relatórios de Autoavaliação *36*
1.3.4 Divulgação dos resultados *39*
1.3.5 Ações Inovadoras advindas dos Resultados da Autoavaliação *40*
1.3.6 Formas de Utilização dos Resultados das Autoavaliações *41*

2. DESENVOLVIMENTO DA IES 48

2.1 INSERÇÃO REGIONAL 48
2.2 MISSÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS - UNI-ANHANGUERA 57
2.3 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS 58
2.3.1 Objetivos *58*
2.4 ÁREA DE ATUAÇÃO ACADÊMICA 59
2.5 AVALIAÇÃO DAS METAS E AÇÕES - GESTÃO PDI 2014/2018 61
2.5.1 Avaliação das Metas e Ações - Gestão PDI 2018/2022 ..... *64*

3 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI COMO FUNDAMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA IES 68

3.1 O PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL DO UNI-ANHANGUERA 68
3.2 A ARTICULAÇÃO DO PDI COM OS PPCS DOS CURSOS DO UNI-ANHANGUERA 69
3.3 COERÊNCIA DOS CURRÍCULOS EM FACE DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS - DCNS 70
3.3.1 Libras *70*
3.3.2 Educação Ambiental *70*
3.3.3 Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena *71*
3.3.4 Direitos Humanos *71*
3.3.5 Disciplinas em Modalidade Semipresencial. *72*
3.3.6 Atendimento Às Pessoas Portadoras de Necessidades Educacionais Especiais ou com Mobilidade Reduzida *73*

4 POLÍTICAS ACADÊMICAS 75

4.1 POLÍTICA DE ENSINO 75
4.1.1 Por uma concepção de Educação *75*
4.2 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO 77
4.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS 78
4.3.1 Incorporação de avanços tecnológicos na oferta educacional *79*
4.4 PARÂMETROS PARA SELEÇÃO DE CONTEÚDOS E ELABORAÇÃO DOS CURRÍCULOS 80
4.5 REFERENCIAIS DO PROJETO EDUCACIONAL DO UNI-ANHANGUERA PRESENCIAL E EAD 83

4.6 REFERENCIAIS PARA UMA POLÍTICA DE ENSINO 84
4.6.1 Formação ética *84*
4.6.2 Educação para a cidadania: Direitos humanos, Educação Ambiental e Relações Étnicorraciais .. *85*
4.6.3 Construção do conhecimento pela interdisciplinaridade *88*
4.6.4 Docentes e discentes – sujeitos ativos do processo educacional *89*
4.7 POLÍTICAS DE PESQUISA, EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL 91
4.7.1 Política de pesquisa *91*
4.7.2 Política de extensão e responsabilidade social *93*
4.8 ARTICULAÇÃO COM OS DIVERSOS SETORES 97
4.9 POLÍTICAS DE GESTÃO DO ENSINO À DISTÂNCIA 99
4.9.1 A IES e a Política de Ensino à Distância *99*
4.9.1.1 Estudo para implantação de polos EAD *101*
4.9.1.2 Política de atendimento aos discentes *103*
4.9.1.3 Das metas e objetivos gerais e específicos relacionados à EAD *113*
4.9.1.4 Cronograma de expansão dos cursos na modalidade EAD *117*
4.9.1.5 Plano de Gestão para a Modalidade de EAD *118*
4.10 PLANO DE GESTÃO PARA A MODALIDADE PÓS-GRADUAÇÃO 119
4.10.1 Lato Sensu *119*
4.10.2 Stricto Sensu *122*

5 POLÍTICA DE GESTÃO INSTITUCIONAL 125

5.1 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 125
5.2 ÓRGÃOS COLEGIADOS: ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS 126
5.2.1 Conselho Universitário *126*
5.2.1.1 Atribuições do Conselho Universitário – CONSU *126*
5.3 ÓRGÃOS SUPERIORES DE DIREÇÃO E SUPERVISÃO 127
5.3.1Reitoria *127*
5.4 ÓRGÃOS ACADÊMICOS E PEDAGÓGICOS 127
5.4.1 Pró-Reitorias *127*
5.5 ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS 128
5.6 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL 128
5.6.1 Corpo Docente *128*
5.6.1.1 Critérios de seleção e contratação de docentes *129*
5.6.1.2 Plano de Carreira Docente *130*
5.6.1.3 Formação continuada de docentes *131*
5.6.1.4 Formação de Docentes Tutores - EAD *131*
5.6.1.5 Formas de acompanhamento e avaliação do planejamento e execução do trabalho docente *131*
5.6.1.6 Apoio aos docentes *132*
5.6.1.7 Participação dos docentes nas instâncias de decisão da instituição *132*
5.6.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE) *133*
5.6.3 Corpo Técnico Administrativo *133*
5.7 CORPO DISCENTE 134
5.7.1Perfil do aluno do Uni-ANHANGUERA *134*
5.7.2 Apoio pedagógico ao aluno *134*
5.7.2.1 Processo ensino aprendizagem – Nivelamento *135*
5.7.2.2 Programa de Nivelamento/Aperfeiçoamento Acadêmico no AVA *135*
5.7.2.3 Apoio de Psicologia Educacional – Núcleo de Apoio ao Discente *135*
5.7.2.4 Atividades de Monitoria *136*
5.7.2.5 Apoio ao aluno - Administração acadêmica *136*
5.7.3 Atividades Acadêmicas Articuladas à Formação *137*
5.7.3.1 Atividades Complementares *137*
5.7.3.2 Atividades Complementares de ENSINO: *139*
5.7.3.3 Atividades complementares de EXTENSÃO *140*

5.7.3.4 Atividades Complementares de PESQUISA *141*
5.7.4 Estágios Curriculares Supervisionados (ECS) *141*
5.7.4.1 Normatização do Estágio Supervisionado *142*
5.7.5 Participação discentes na gestão do curso e da IES *144*
5.7.6 Condições de acesso aos cursos de graduação *144*
5.7.7 Estímulo à permanência *145*
5.7.8 Egressos *145*
5.8 OFERTAS DE CURSOS E PROGRAMAS 146
5.8.1 Cursos de Graduação Presencial/EAD e Pós-Graduação *146*
5.8.2 Sustentabilidade Financeira e sua Relação com o Desenvolvimento Institucional *149*
5.8.3 Sustentabilidade e sua Relação com a Comunidade Interna *149*

6 INFRAESTRUTURA 150

6.1 ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O ATENDIMENTO A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS 150
6.2 INSTALAÇÕES GERAIS - ESTRUTURA FÍSICA 151
6.3 LABORATÓRIOS 156
6.3.1 Estrutura e Serviços dos Laboratórios Especializados *157*
6.3.1.1 Práticas Veterinárias: Laboratório de Habilidades Médicas Veterinárias *159*
6.3.1.2 Laboratórios de Informática *160*
6.3.1.2.1 Manutenção dos equipamentos de informática e relação do pessoal técnico de apoio *161*
6.3.2 Cronograma de expansão dos Laboratórios *162*
6.4 BIBLIOTECA 162
6.4.1 INSTALAÇÕES *163*
6.4.2 SISTEMA DE CONSULTA *163*
6.4.3 SISTEMA DE EMPRÉSTIMO E ACERVO *164*
6.4.4 INFORMATIZAÇÃO DO ACERVO CONFORME POLÍTICA DA IES *165*
6.4.5 BASES DE DADOS DE ACESSO ONLINE *165*
6.4.6 POLÍTICA DE EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DO ACERVO *166*
6.4.6.1 SELEÇÃO QUANTITATIVA *167*
6.4.6.2 COMISSÃO PERMANENTE DE SELEÇÃO DE COLEÇÕES *168*
6.4.6.2.1 Política de Desbastamento de Material Bibliográfico *169*
6.4.6.2.2 Remanejamento *170*
6.4.6.2.3 Descarte *170*
6.4.6.2.4 Reposição do Material *170*
6.4.7 BIBLIOTECA – SERVIÇOS *171*
6.4.8 RECURSOS HUMANOS *172*
6.4.9 BIBLIOTECA VIRTUAL *172*
6.4.10 Repositório Institucional do Centro Universitário de Goiás Uni – ANHANGUERA *174*
6.4.10.1 Missão *174*
6.4.10.2 Objetivo *174*
6.4.10.3 Organização do Repositório Institucional (Ri) *174*
6.4.10.4 Política de Submissão *175*
6.4.10.5 Política de Preservação do RI *176*
6.4.10.6 Documentos que são dispensados de depósito no RI *177*

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 178

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 180

9 APÊNDICE 184

APRESENTAÇÃO

Há 45 anos inicia-se a trajetória desta Instituição, em um país jovem e de uma recente história principalmente acerca do Ensino Superior, negado por muito tempo aos colonos segregados da metrópole. Nas aulas que ministrava na Universidade Federal sobre História, Ciência Política e Teoria Geral do Estado referenciava sobre o decreto de 7 de setembro de 1920, nº 14.343, no qual o então Presidente Epitácio Pessoa institui a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), considerando oportuno dar execução ao disposto no decreto de 1915. Reunidas três unidades de caráter profissional, foi-lhes assegurada autonomia didática e administrativa.

Desse modo, a primeira universidade oficial é criada, resultando da justaposição de três escolas tradicionais, sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas características. E mais, comparando a Exposição de Motivos do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Alfredo Pinto Vieira de Mello, com a forma simplificada e modesta, em termos de estrutura acadêmico-administrativa da primeira universidade oficial no país, resultaram desse cotejo sérias críticas. Entre outras, os comentários do educador José Augusto, em matéria publicada no Jornal do Brasil, de 24 de outubro do mesmo ano, sob o título "Regime Universitário III – O estado atual da questão no Brasil", na qual assinala: "O Decreto de 7 de setembro findo, com o qual o governo da República instituiu a Universidade do Rio de Janeiro (Universidade do Brasil), por julgar oportuno dar execução ao disposto no art. 6º do Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915, contém poucos artigos e trata a matéria da forma mais geral e vaga, de modo a não deixar no espírito de quem lê a noção exata e segura da verdadeira orientação a ser seguida pelo nosso Instituto Universitário" "Sabe-se que a Universidade do Rio de Janeiro foi criada, em 1920, em virtude da necessidade de ser outorgado o título de Doutor Honoris Causa ao Rei Alberto I, da Bélgica, como parte das homenagens que lhe deveriam ser prestadas, protocolarmente, por ocasião de sua visita oficial dentro do quadro das comemorações do centenário de Independência" (1974, p. 53).

Por sua vez, Souza Campos, embora não relacione explicitamente a criação da Universidade à concessão desse título, observa: "Tinha razão a lei Maximiliano. Foi justamente o dispositivo nela incluído, que permitiu o decreto n. 14.343, de 7 de setembro de 1920, lavrado por ocasião dos preparativos para a visita do Rei Alberto ao Brasil" (1940, p. 255).

Ter sido impulsionado ou não pela vinda do Rei Belga é necessário dizer sobre o descompasso do Brasil em relação à América Latina: a esse respeito cita-se a Universidade

Nacional Maior de São Marcos, em Lima, Peru, é também uma das mais antigas do mundo, e nunca parou de funcionar desde a sua criação. O curso mais antigo é o de Teologia, concebido para formar os noviços da região. O escritor Mario Vagas Llosa é um dos nomes mais conhecidos que estudaram na universidade, que foi criada em 12 de maio de 1551.

Diante desse cenário e motivados pela carreira docente, nós os fundadores do Centro Universitário de Goiás (à época Faculdade Anhanguera), IES de ensino privada fundada por professores calcados na estrada da docência, desbravamos tal como Anhanguera, os sertões dos bravios da ignorância, levando na pira a luz que somente o conhecimento traz. Nossa munição eram os Cursos de Direito, Contábeis e Administração, os precursores.

O hino institucional leva esse mote: o da imersão do estudo do nível superior como fator de mudança e inclusão, pela vitória que vem do processo do ensino, pesquisa e extensão: "Quanto sonho quanta luta, hoje eu sei o quanto é certa a vitória com labuta!". Assim, iniciávamos como uma das três instituições de Ensino Superior em Goiás, a primeira a Universidade Católica (hoje PUC fundada em 1959), a segunda a Universidade Federal de Goiás (criada em 1960) e nós em 1971 (o resgate da história será traçado no perfil e histórico da IES) na parte sudoeste da cidade de Goiânia, um local ainda a ser desbravado sob o aspecto urbano e educacional.

A missão, visão institucionais e o brasão abordam uma palavra que tem um significado presente para nossa IES, a ÉTICA. Não somos, como alguns megaempresários da "educação" hodiernos, um grande grupo que reage ao ver os acadêmicos como clientes, gerando lucro ou benefício. Somos, outrossim, professores ensinando pelo ofício de mestres, bandeirantes com cadernos puídos e com embornal cheio para alimentar almas com o *COGNITIO*. Dos que restaram dessa "marcha para o sudoeste goiano" os nomes e sua descendência figuram presentes em corpo ou na luz espiritual que irradia nos filhos e filhas, perambulando nos corredores de tijolinhos a vista que é a marca dos blocos (tradicionalmente o A e o B, que estendem-se até o H), na estrutura arquitetônica do nosso Centro Universitário. São eles os bandeirantes que resistiram a marcha: Geraldo, José, Paulo, Raymar, Sergio e eu.

Por fim, restam dois termos que registram a marca dessa tropa de professores que criaram (como carinhosamente um pai de aluno simbolizou em palavra) esta faculdade "de bairro": DEVER e TRABALHO enquanto dupla ferramenta que é semântica de um passeio onírico rumo ao ato de ensinar, que se traduz nas lotadas salas de aula de 22 cursos de graduação, sem contar os de Pós- Graduação *Lato* e mais recentemente *stricto sensu*.

Fundamos uma instituição de ensino "SERTANEJA" e ela nos marca profundamente, vivemos na realidade o sonho de professores vendo em cada aluno luz,

trazendo a luz. Este Projeto de Desenvolvimento Institucional configura essa idealização, transformando-se em realidade, a mesma que convido a conhecerem por este projeto ou transitando pelos corredores, laboratórios, salas de aula, auditórios e bibliotecas, vindo até a sala do Reitor e com coragem experimentar o meu café. Talvez o menos aprazível da instituição (há melhores!), mas é ofertado com amizade e regado com uma boa prosa, de um professor, não tão jovem, contador de estórias e História. Bata na porta e diga "ó de casa!"

Joveny Sebastião Cândido de Oliveira, J.M, J.D

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

1 PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 Mantenedora

Quadro 1 – Dados da Mantenedora

DENOMINAÇÃO	SOCIEDADE ANHANGUERA DE ENSINO LTDA (SAEL)
CÓDIGO DA MANTENEDORA	269
ATO REGULATÓRIO	**Estatuto Social registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos da 2ª Zona de Goiânia, sob o número 1.211, no livro nº A-3, folha 147.** Na data do dia 6 de maio de 2016 aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1634 a mantenedora alterou o nome de sua pessoa jurídica de Associação Goiana de Ensino - AGE para Sociedade Anhanguera de Ensino LTDA - SAEL.
Data	14 de setembro de 1971
C.G.C. / MF nº	01.088.830/0001-85
ENDEREÇO	Av. João Candido de Oliveira, nº 115, Cidade Jardim
MUNICÍPIO - SEDE	Goiânia
ESTADO	Goiás
CEP	74.423-115
TELEFONE / FAX	62 3246 1400 / 62 3246 1444
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	Particular
PRESIDENTE DA SAEL	Prof. Dr. Joveny Sebastião Candido de Oliveira
ENDEREÇO ELETRÔNICO	www.anhanguera.edu.br
E-MAIL	pedagogica@anhanguera.edu.br

Fonte: Coordenação de Planejamento Pedagógico e Avaliação Institucional

O art. 209 da Constituição de 1988 dispõe que “o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I – cumprimento das normas gerais da educação nacional; II – autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público”.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), atende à regulação do inciso I do transcrito art. 209 da Constituição e, no art. 46, parte do inciso II, quando trata da autorização (credenciamento e

recredenciamento institucional; autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores).

O art. 7º, transcrito em seguida, repete o dispositivo Constitucional, acrescentando o inciso III, sobre a capacidade de autofinanciamento das entidades mantenedoras privadas:

> Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:
> I – cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;
> II – autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;
> III – capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal (Fonte**:** https://blog.abmes.org .br/?p=623).

A Associação Goiana de Ensino - AGE, foi fundada em 1971. É uma entidade civil, com personalidade jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, regendo-se pelo seu Estatuto Social, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos da 2ª Zona de Goiânia, sob o número 1.211, no livro nº A-3, folha 147, em 14 de setembro de 1971 e com inscrição no CNPJ/MF sob nº 01 088 830/0001-85. Na data de 6 de maio de 2016 aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1634 a mantenedora alterou o nome de sua pessoa jurídica de Associação Goiana de Ensino - AGE para Sociedade Anhanguera de Ensino LTDA - SAEL.

Segundo seu Estatuto, a Instituição foi criada sob forma de associação civil, de caráter educativo, para manter em regular funcionamento a Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas.

A SAEL é composta por seis membros: Joveny Sebastião Cândido de Oliveira, Joana Teresa Caldas Macedo Santos, José Umbelino dos Santos, Danilo Nogueira Magalhães, Maria Amélia de Azevedo Lima e filhos, e Geraldo Lucas.

A Assembleia Geral, integrada por todos os membros, é o órgão superior de deliberação da Instituição em matéria de política administrativa e de planejamento financeiro. Em Assembleia Geral é eleito, a cada dois anos, o Presidente da Associação que é, também, o Reitor do Centro Universitário de Goiás - Uni-ANHANGUERA. São eleitos, ainda, o Diretor Administrativo e o Diretor Financeiro, para o mesmo período.

A SAEL, de acordo com seu estatuto, tem por objetivo a criação e manutenção de estabelecimentos do ensino fundamental, médio, graduação e pós-graduação, Instituto de Pesquisas Científicas e Centro de Estudos de Divulgação Cultural e Técnica.

1.2 Histórico da Mantida

Quadro 2 – Dados da Mantida

DENOMINAÇÃO:	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS – Uni-ANHANGUERA
CÓDIGO DA MANTIDA:	0386
ATO REGULATÓRIO	• Ato Regulatório: **Credenciamento EAD** - Portaria nº 686 de 26/05/2017. Data de Publicação (DOU): 29/05/2017. • Ato Regulatório: **Recredenciamento** - Portaria nº 33 de 28/01/2015. Data de Publicação (DOU): 12/02/2015. • Ato Regulatório: **Recredenciamento (Credenciamento como Centro Universitário)** – Portaria nº 12.16 de 11/05/2004. Data de Publicação (DOU): 13/05/2004. • Ato Regulatório: **Credenciamento (Ato de Criação)** – Decreto nº 71.832 de 09/02/1973. Data de Publicação (DOU): 12/02/1973.
ENDEREÇO	Av. João Candido de Oliveira, nº 115, Cidade Jardim
MUNICÍPIO - SEDE	Goiânia
ESTADO	Goiás
CEP	74.423-115
TELEFONE / FAX	62 3246 1400 / 62 3246 1444
E-MAIL	pedagógica@anhanguera.edu.br
REITOR	Prof. Dr. Joveny Sebastião Candido de Oliveira
CARACTERIZAÇÃO GERAL DA IES	Instituição privada, com fins lucrativos.

Fonte: Coordenação de Planejamento Pedagógico e Avaliação Institucional

1.2.1 Do Mito Fundador ao Colégio Santa Clara

> Conta a lenda que Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, procurava as ambicionadas minas de ouro, quando se deparou com índios da tribo Goyazes, que impediram a entrada da bandeira em suas terras. Percebendo que as índias estavam adornadas com ouro, teve certeza que ali era o local da mina. Teve a ideia de encher uma pequena vasilha de aguardente e tocar fogo. Os índios acreditaram que a água estava pegando fogo, e diante da ameaça do bandeirante de queimar os rios, os indígenas renderam-se. Não só permitiram a entrada dos exploradores em seus territórios, como ainda lhes revelaram a localização da mina. Bartolomeu Bueno da Silva recebeu dos índios o apelido de "Anhanguera", que significa "Diabo Velho" ou "Espírito Maligno".
> (https://pt.scribd.com/doc/97081282/Bandeiras-e-Entradas-Povoamento-de-Goias)

As narrativas de um lugar, ademais no recôndito *lócus* de "índios e onças" perfazem caminhos sinuosos, já estudados pelos autores que mencionaram o Brasil como o paraíso terreal aspirado pelos viajantes (Sérgio Buarque de Holanda, José Murilo de Carvalho, Mary del Priori) ou como o inferno para os brancos (do relato do Pe. Antonil). Lugar sem lei ou rei, muito menos com espaço para educar colonos ou escravos índios ou negros. É,

outrossim, o lugar do *Anhg* (diabo) dos tupis, do medo de bichos tenebrosos como o Curupira, de serpentes venenosas e formigas que não deixavam a cultura do vinho medrar em nossas terras.

Nossa História é a da negação do saber. Colado a semântica do poder desfez qualquer empreendimento da metrópole a abrir nos ermos dos sertões ou mesmo do litoral escolas para o gentio bugro, a não ser as investidas da Companhia de Jesus para a pedagogia de aculturação do evangelho. Ainda que na condição de aprender o português e a fé católica, a *ratio studiorum* dos jesuítas compilou a língua tupi-guarani e tentou estudar os *tapuia* (o contingente de índios interioranos com a sua multiplicidade de línguas e culturas), mesmo ás avessas tentaram "salvar almas" e ensinar aos seus moldes, até eles serem expulsos no século XVIII pelo Marquês de Pombal, ficando a ideia de educação muito longe do acesso aos nativos e negros escravizados.

Os relatos dos viajantes do século XIX retratam no olhar do europeu ante o atraso de nossa gente, indolente e medicante, mesmo com a chegada da família real em 1808, como nos diz Auguste de Saint Hilaire em seu Viagem a Província de Goiás "moças de olhos tristes, escondidas atrás no peitoral das janelas".

A história do Centro Universitário de Goiás - Uni-ANHANGUERA não escapa ao lugar comum desse caminho pedregoso da educação formal do Brasil. A identidade de nossa instituição é a de novos anhangueras abrindo as matas da incompreensão, da ignorância, novos "bartolomeus buenos" descendentes do filho do bandeirante pai, abrindo nos sertões isolados e colocando na pira a luz do conhecimento acadêmico, sem a intenção do genocídio, ao contrário com a ideia humanista da educação, esse é nosso perfil.

O nome Anhanguera foi sugerido pelo professor Ático Vilas Boas aos professores que idealizaram a instituição, que na época contava com Prof. Getúlio Targino Lima e Prof. Lázaro Costa. Em 1971 após se unirem para a concretização desse projeto, os professores assim como a época colonial abriram-na dentro das dependências de um colégio católico, o Santa Clara, no tradicional bairro de Campinas. Ministravam as aulas, administravam e geriam um negócio que nega o ócio e cria-se no ócio criativo: assim nascia nos quintais de um colégio católico a Faculdade Anhanguera com três cursos superiores e com um quadro de professores ainda restrito a menos de 20 docentes.

O Colégio Santa Clara foi fundado em 1922, por 4 irmãs franciscanas recém-chegadas da Alemanha, e era inicialmente somente para meninas. O nome adotado para a escola, veio de Santa Clara, primeira discípula de São Francisco de Assis. A escola já teve mais de 80 mil alunos ao longo de seus quase 94 anos de história.

1.2.2 Do Santa Clara ao Setor Sudoeste Implantando uma faculdade com a identidade de seus mantenedores

A primeira universidade fundada em Goiás foi a Universidade Católica (hoje PUC criada em 1959), a segunda a Universidade Federal de Goiás (criada em 1960) e a Faculdade Anhanguera em 1971. O boom deste momento de criação de pólos e interiorização seguiu a estratégias em virtude da carência de vagas e espaço para os jovens de classe média para ascensão ao curso superior. Havia as três instituições, uma federal, outra confessional privada e a terceira a faculdade Anhanguera, empreendida por professores que ministravam aulas em Anápolis (às vezes pela gratuidade) e que se intitulam professores e não empresários de grandes grupos. Importante ressaltar a identidade da IES que não se confunde com a homônima, surgida após anos 2000 às margens da via Anhanguera.

As iniciativas dos Reitores da Universidade Federal nos quadriênios de 1974-1978 e 1978-1981, o Prof. Paulo de Bastos Perillo e o Prof. José Cruciano de Araújo em abrir os *campi* em catalão, Jataí, Rio Verde estimulou alguns de seus professores, da federal, à exemplo o Prof. Joveny a perceber um potencial em regiões da cidade de Goiânia que estão estrategicamente ligadas a cidades circunvizinhas (ver a inserção regional). Assim, o desejo de criar uma instituição de Ensino Superior estava na veia de seus fundadores, muitos professores tanto da Universidade Católica quanto da Universidade Federal que tinham o ofício de mestre em sua formação.

Com o espírito empreendedor nasceu a faculdade Anhanguera no sudoeste da cidade de Goiânia com apenas dois blocos o A e o B, posteriormente C e D. A construção alegre de tijolinhos a vista é a marca do design arquitetônico da IES.

Figura 1 - A Faculdade Anhanguera na década de 1970

Fonte: Projeto Memórias, Curso de Direito.

Figura 2 - Os mantenedores

Fonte: Projeto Memórias, Curso de Direito.

É uma Instituição de Ensino Superior Privada, fundada em 1973, que passou a existir, legalmente, com a publicação do Decreto no 71.832/73, de 09/02/1973, autorizando o funcionamento dos Cursos de Graduação de Administração e de Direito.

1.2.3 História do Centro Universitário de Goiás - Uni-ANHANGUERA

A Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas, que em 2004 se transformou em Centro Universitário de Goiás - Uni-ANHANGUERA contou com um grupo de professores à época liderado pela professora Mestra em Educação pela Universidade Federal de Goiás Maria Antônia Gomes, Pró-Reitora de Planejamento Pedagógico e Avaliação Institucional que organizou comissões de estudo e de tarefas para a elevação do status de faculdade para Centro Universitário. Trabalhou no Plano de Desenvolvimento Institucional até o triênio 2014-2017.

O Centro Universitário de Goiás - Uni- ANHANGUERA foi criado por meio da Portaria no 1.216, de 11 de maio de 2004, publicada no Diário Oficial da União, de 13 de maio de 2004. A administração superior do Centro Universitário é composta pelo Conselho Universitário (CONSU) e pela Reitoria.

A Reitoria é exercida pelo Professor Doutor Joveny Sebastião Cândido de Oliveira, Mestre em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás e Doutor em Direito do Estado, pela Universidade de São Paulo. Foi professor da disciplina Direito Constitucional e coordenador do Programa de Mestrado em Direito da Universidade Federal de Goiás e, atualmente, aposentado por aquela Instituição. O mandato do Reitor é de quatro anos, permitida a recondução.

A Vice-Reitoria do Centro Universitário está a cargo do Professor Luiz Felipe Cândido de Oliveira, mestre e doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, professor e orientador de monografias no Curso de Direito.

Em 2017 foi criada a comissão do PDI a CAPDI orquestrada pela Coordenadora de Planejamento Pedagógico e Avaliação Institucional, atuando como presidente da CPA e Procuradora Institucional, Ms. Estela Mares Stival. Foram estudados os eixos advindos do decreto Nº 9235 de 15/12 de 2017 que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Em novembro de 2017, uma comissão do Centro universitário participou do fórum sobre o decreto. A partir desse momento, organizadas por setorização, estabeleceram-se atividades conectadas em um plano de ação para cada Pró- Reitoria e coordenação de cursos mediante os NDES, colegiados com o apoio da CPA.

Importante destacar as ações dos colegiados dos cursos e dos Núcleos docentes estruturantes que refletem sobre os cursos e que atualizam as suas estratégias de ação para implementar as políticas de Ensino, Pesquisa (ver o PIBIC) e extensão (semanas dos cursos, visitas, semanas de responsabilidade social, feiras de cursos)

Em que pesem as críticas acerca do contingente de matrículas do ensino superior que enfatizam mais o Ensino em relação à pesquisa e à extensão (DOURADO, 2002) para que se atinja a meta 12 do Plano Nacional de Educação que é a de " Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público."; sabe-se que a realidade traduz outra faceta.

A rede privada responde por 75,3% dos alunos do ensino superior, contra 24,7% das entidades estatais. Isso significa que, em 2016, o último Censo divulgado até então, havia 6.058.623 estudantes matriculados em faculdades e universidades particulares e outros 1.990.078 em instituições geridas pelo poder público. Quando analisados os dados de 2006 a 2016, o acréscimo de matrículas ficou em 66,8% no setor privado e 59% nas redes municipais, estaduais e federais de ensino superior. (http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2017/08/31/ensino_ensinosuperior_interna,622359/mecdivulga-o-censo-da-educacao-superior-de-2016.sht).

Este panorama sobre a Educação no Ensino Superior conforme os dados apontados, reflete-se no aumento (aceleração) de novos cursos (medicina veterinária, jornalismo) e os gráficos que refletem as ações advindas do processo de planejamento e avaliação institucional, já que pelos alunos matriculados no total de 5629 alunos (sem contar os de medicina veterinária, os dados disponibilizados referem-se a 2017-2).

Houve também o refreamento de outros cursos (tais como Turismo, Economia extintos em nosso Centro Universitário). Justifica-se esta descontinuidade dos referidos cursos diante dos dados apresentados e no decorrer de sua história no Centro Universitário, tendo em vista o cenário de retração e estudos financeiros e acadêmicos e por meio do trabalho desenvolvido pela avaliação institucional através da CPA, da Pró-reitoria de Comunicação e Marketing, Núcleo Docente Estruturante, Colegiado dos Cursos e Departamento Comercial da IES, durante o período de existência dos cursos a redução do número de vagas (a exemplo do Curso de Processos Gerenciais que em Abril de 2019 passou por avaliação obtendo o conceito 4, mesmo a IES optando pela sua descontinuidade).

Este contexto possibilita novas estratégias de ação como a promoção dos cursos em EAD de gestão. Tais cursos que podem ser catalizadores para o potencial gerencial e comercial que o setor de serviços de Goiás possui com o parque de confecções, por exemplo.

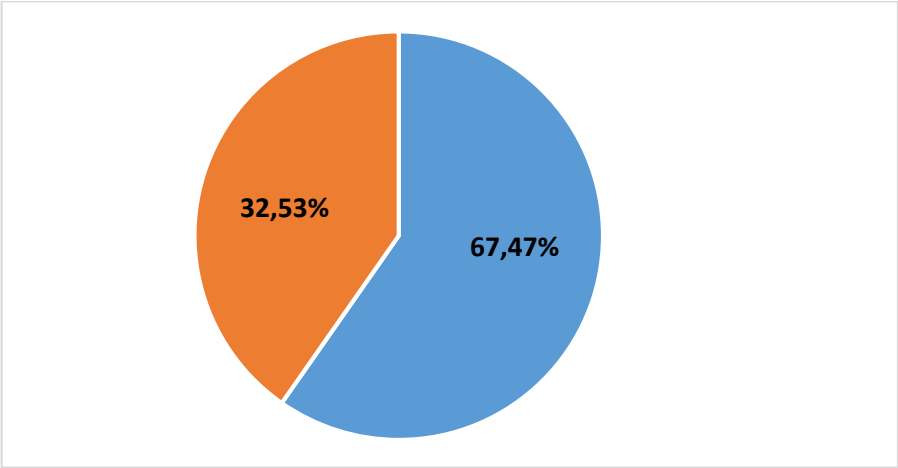
Há ainda ações de inclusão de jovens e adultos que para o ensino superior têm como metas garantir a acessibilidade, embora sendo uma IES de fins lucrativos. Atitude possibilitada pelos anos de redemocratização política, sobretudo após os anos 2000. Assim, houve não somente da classe média almejando uma carreira profissional, mas os grupos menos privilegiados que recebem o PROUNI, FIES, OGV e o destaque aos Bolsistas da IES que recebem ao trabalhar no Centro Universitário de Goiás, a bolsa integral, sendo mecanismo de inserção profissional, atuando em uma pedagogia inclusiva. Cabe ressaltar o

trabalho do EJA para o ensino fundamental dentro da IES que conta com uma turma de 30 alunos, projeto precioso conduzido pelo curso de Pedagogia.

Essas informações refletem o indicador 1.1. Evolução Institucional a partir dos processos de Avaliação Institucional que nortearam ações de inclusão pedagógica pela política de financiamento próprio (como a bolsa institucional integral para funcionários), bem como atende ao 2.3 (desenvolvimento institucional), das políticas de pesquisa ou iniciação científica (PIBIC). Embora seja preciso que se analise os dados dos Censos da Educação Superior, do Ministério da Educação, desde 2011, o estudo identificou que a evasão de estudantes das universidades brasileiras sofreu uma piora substancial a partir de 2015, que foi de 19% em 2011 para 23% em 2016.

Esse desempenho negativo é justificado, principalmente, pela crise econômica que o país sofreu a contar daquele ano e, particularmente, nos cursos presenciais, por conta da redução elevada nos contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), desde de 2014. Estudos correlacionando esses dados serão expressos no PPC de cada curso.

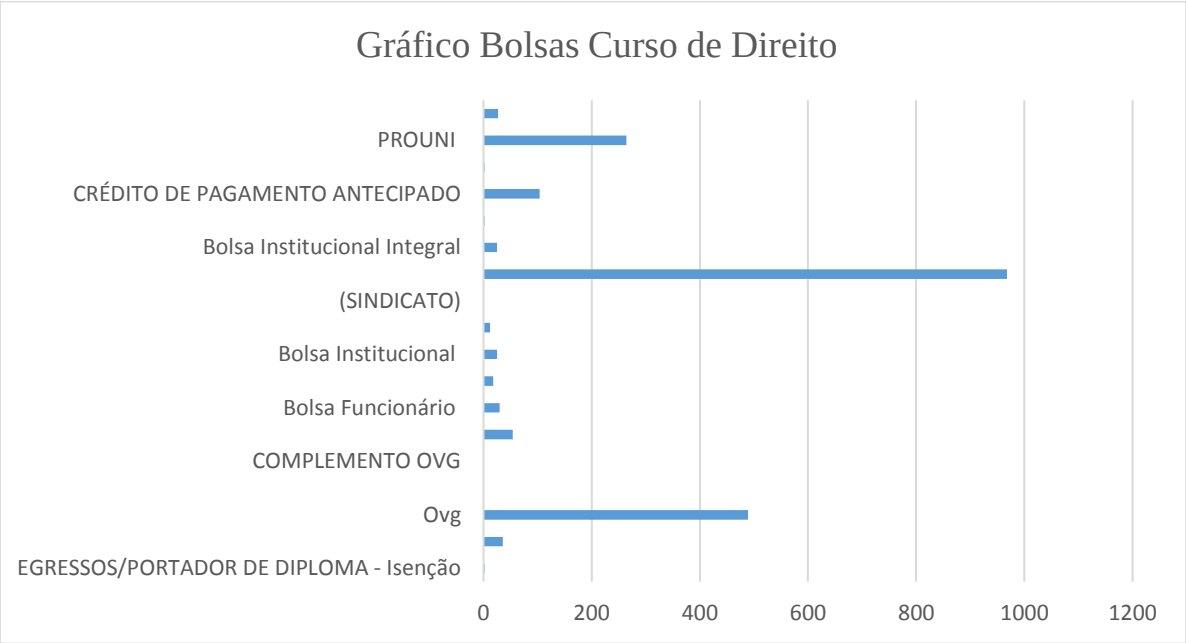
Gráfico 1 – Percentual de Bolsas Oferecidas pela IES



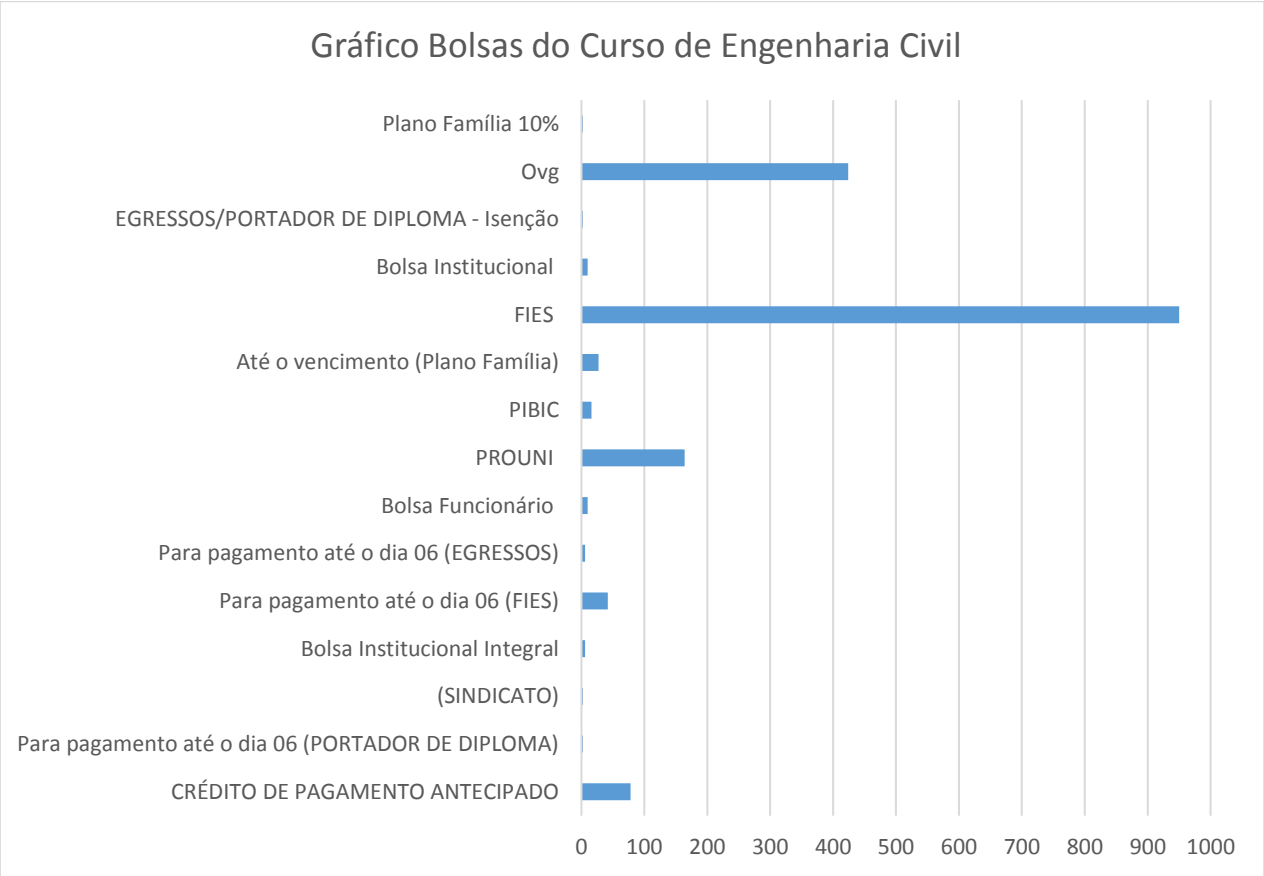
Fonte: CAPDI e Coordenação de Planejamento Pedagógico e Avaliação Institucional 2017-2018

Neste gráfico apenas 32,53% dos alunos não possuem bolsas ou benefícios, ao passo que 67,47% dos mesmos recebem bolsas ou benefícios.

Gráfico 2 - Representação das Bolsas por cursos de maior número de alunos Direito e Engenharia Civil



Fonte: CAPDI, 2017/2018.



Fonte: CAPDI, 2017,2018

Do percentual de 100 por cento de alunos (5629 alunos), uma porcentagem de 67, 47 por cento do total discente recebe algum benefício ou bolsa de incentivo, comprovando assim que o Centro Universitário de Goiás contribui para a inserção desse potencial de alunos do ensino médio no ensino superior, adotando em suas estratégias a inclusão pedagógica, embora seja uma IES com fins lucrativos.

O quantitativo de alunos em relação às bolsas e financiamento governamental **(**FIES/PROUNI/OVG), conforme o quadro e a análise dos gráficos, demonstra o planejamento da IES consoante a inserção de alunos para o Ensino Superior, a presença do Centro Universitário de Goiás Uni-ANHANGUERA, enquanto umas das 3 instituições mais tradicionais do Estado, há que serem destacadas as facilidades, descontos, concessão de bolsas de iniciação científica, e as garantias de acesso ao Ensino Superior das políticas estatais e das políticas internas da gestão do Centro Universitário. Essa dimensão analisada coaduna-se com o próximo quadro do quantitativo de cursos

Quadro 3 - Cursos na Modalidade Presencial

CÓDIGO SISTEMA E-MEC	CÓDICO CURSO NA IES	CURSO HABILITAÇÃO	GRAU	TURNO	VAGAS AUTORI-ZADAS	PERIODI-CIDADE	ATO REGULATÓRIO AUTORIZAÇÃO / RECONHECIMENTO
8139	001	ADMINISTRAÇÃO	BACHARELADO	Noturno	100	8	Renovação de Reconhecimento de Curso: Portaria nº 265 de 03/04/2017. Data de Publicação (DOU): 04/04/2017.
81845	017	AGRONOMIA	BACHARELADO	Matutino Noturno	200	8	Renovação de Reconhecimento de Curso: Portaria nº 134 de 01/03/2018. Data de Publicação (DOU): 02/03/2018.
1112467	026	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	TECNOLÓGICO	Noturno	50	5	Reconhecimento de Curso: Portaria nº 914 de 27/12/2018. Data de Publicação (DOU): 28/12/2018.
1190126	083	ARQUITETURA E URBANISMO	BACHARELADO	Matutino Noturno	150	8	Reconhecimento de Curso: Portaria nº 914 de 14/08/2017. Data de Publicação (DOU):15/08/2017
8140	002	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	BACHARELADO	Noturno	180	8	Renovação de Reconhecimento de Curso: Portaria nº 265 de 03/04/2017. Data de Publicação (DOU): 04/04/2017.
73275	013	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	BACHARELADO	Noturno	80	8	Renovação de Reconhecimento de Curso: Portaria nº 265 de 03/04/2017. Data de Publicação (DOU): 04/04/2017.
8141	004	DIREITO	BACHARELADO	Matutino Noturno	585	10	Renovação de Reconhecimento de Curso: Portaria nº 265 de 03/04/2017. Data de Publicação (DOU): 04/04/2017.
1259022	092	ENFERMAGEM	BACHARELADO	Matutino Noturno	150	10	Reconhecimento do Curso: Portaria nº 824 de 22/11/2018. Data de Publicação (DOU): 26/11/2018.
1190080	080	ENGENHARIA CIVIL	BACHARELADO	Matutino Noturno	150	10	Reconhecimento de Curso: Portaria nº 914 de 27/12/2018. Data de Publicação (DOU): 28/12/2018.
79659	011	ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO	BACHARELADO	Noturno	100	10	Reconhecimento de Curso: Portaria nº 914 de 27/12/2018. Data de Publicação (DOU): 28/12/2018.

1258812	082	ENGENHARIA ELÉTRICA	BACHARELADO	Noturno	80	10	Reconhecimento de Curso: Portaria nº 914 de 27/12/2018. Data de Publicação (DOU): 28/12/2018.
1259023	091	FARMÁCIA	BACHARELADO	Matutino Noturno	140	10	Reconhecimento de Curso: Portaria nº 245 de 06/04/2018. Data de Publicação (DOU): 09/04/2018.
67133	009	GESTÃO AMBIENTAL	TECNOLÓGICO	Noturno	50	4	Renovação de Reconhecimento de Curso: Portaria nº 277 de 20/04/2018. Data de Publicação (DOU): 23/04/2018.
83030	027	GESTÃO COMERCIAL	TECNOLÓGICO	Noturno	50	4	Renovação de Reconhecimento de Curso: Portaria nº 265 de 03/04/2017. Data de Publicação (DOU): 04/04/2017.
82588	028	GESTÃO RECURSOS HUMANOS	TECNOLÓGICO	Noturno	50	4	Renovação de Reconhecimento de Curso: Portaria nº 265 de 03/04/2017. Data de Publicação (DOU): 04/04/2017.
1422312	086	MEDICINA VETERINÁRIA	BACHARELADO	Integral	120	10	Criação de Curso Presencial: Portaria nº 144 de 13/02/2017. Prazo de validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo
73267	012	PEDAGOGIA	LICENCIATURA	Matutino Noturno	200	8	Reconhecimento de Curso: Portaria nº 914 de 27/12/2018. Data de Publicação (DOU): 28/12/2018.
1112468	025	SEGURANÇA PÚBLICA	TECNOLÓGICO	Noturno	90	4	Reconhecimento de Curso: Portaria nº 546 de 12/09/2014. Data de Publicação (DOU): 16/09/2014.
82045	115	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	BACHARELADO	Noturno	240	8	Reconhecimento de Curso: Portaria nº 914 de 27/12/2018. Data de Publicação (DOU): 28/12/2018.
1258813	085	LOGÍSTICA	TECNOLÓGICO	Noturno	50	4	Reconhecimento de Curso: Portaria nº 1034 de 23/12/2015. Data de Publicação (DOU): 23/12/2015.
82586	029	PROCESSOS GERENCIAIS	TECNOLÓGICO	Noturno	50	4	Renovação de Reconhecimento de Curso: Portaria nº 702 de 18/12/2013. Data de Publicação (DOU): 19/12/2013.
81850	116	QUÍMICA	BACHARELADO	Noturno	180	8	Reconhecimento de Curso: Portaria nº 221 de 18/02/2009. Data de Publicação (DOU): 19/02/2009.
81849	216	QUÍMICA	LICENCIATURA	Noturno	240	8	Renovação de Reconhecimento de Curso: Portaria nº 375 de 20/08/2019. Data de Publicação (DOU): 22/08/2019

Fonte: //EMEC.MEC.GOV.BR/EMEC/CONSULTA-CADASTRO/DETALHAMENTO - 2018

Quadro 4 – Cursos na Modalidade a Distância - EAD (Ensino a Distância)

Código	Cód. Curso na IES	Curso	Grau	Modalidade	Vagas Anuais	Periodi-cidade	ATO REGULATÓRIO AUTORIZAÇÃO / RECONHECIMENTO
1465615	DBADM	ADMINISTRAÇÃO	BACHARELADO	A Distância	150	8	Criação de Curso EAD: Resolução nº 26 de 08/11/2018. CONSELHO SUPERIOR
1487521	DTAGC	AGROCOMPUTAÇÃO	TECNOLÓGICO	A Distância	150	5	Criação de Curso EAD: Resolução nº 20 de 04/02/2019. CONSELHO SUPERIOR
1491649	DTADS	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	TECNOLÓGICO	A Distância	100	5	Criação de Curso EAD: Resolução nº 88 de 03/09/2019. CONSELHO SUPERIOR
1465616	DBCIC	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	BACHARELADO	A Distância	150	8	Criação de Curso EAD: Resolução nº 26 de 08/11/2018. CONSELHO SUPERIOR
1305961	DTCOM	GESTÃO COMERCIAL	TECNOLÓGICO	A Distância	100	4	Autorização EAD Vinculada a Credenciamento: Portaria nº 488 de 31/05/2017. Data de Publicação: 01/06/2017. Prazo de validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo
1465617	DTGTI	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	TECNOLÓGICO	A Distância	150	5	Criação de Curso EAD: Resolução nº 27 de 08/11/2018. CONSELHO SUPERIOR

1465622	DTCOP	GESTÃO DE COOPERATIVAS	TECNOLÓGICO	A Distância	150	4	Criação de Curso EAD: Resolução nº 25 de 08/11/2018. CONSELHO SUPERIOR
1465620	DTGRH	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	TECNOLÓGICO	A Distância	150	4	Criação de Curso EAD: Resolução nº 25 de 08/11/2018. CONSELHO SUPERIOR
1491653	DTGFI	GESTÃO FINANCEIRA	TECNOLÓGICO	A Distância	100	4	Criação de Curso EAD: Resolução nº 86 de 03/09/2019. CONSELHO SUPERIOR
1491650	DTGPU	GESTÃO PÚBLICA	TECNOLÓGICO	A Distância	100	4	Criação de Curso EAD: Resolução nº 90 de 03/09/2019. CONSELHO SUPERIOR
1465619	DTJDM	JOGOS DIGITAIS	TECNOLÓGICO	A Distância	150	5	Criação de Curso EAD: Resolução nº 27 de 08/11/2018. CONSELHO SUPERIOR
1491406	DLLET	LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA	LICENCIATURA	A Distância	100	8	Criação de Curso EAD: Resolução nº 62 de 26/08/2019. CONSELHO SUPERIOR
1465621	DTLOG	LOGÍSTICA	TECNOLÓGICO	A Distância	150	4	Criação de Curso EAD Resolução nº 25 de 08/11/2018. CONSELHO SUPERIOR
1491651	DTMKT	MARKETING	TECNOLÓGICO	A Distância	100	4	Criação de Curso EAD: Resolução nº 87 de 03/09/2019. CONSELHO SUPERIOR
1491647	DLPED	PEDAGOGIA	LICENCIATURA	A Distância	100	8	Criação de Curso EAD: Resolução nº 60 de 26/08/2019. CONSELHO SUPERIOR
1465618	TDSIN	SISTEMAS PARA INTERNET	TECNOLÓGICO	A Distância	150	5	Criação de Curso EAD: Resolução nº 27 de 08/11/2018. CONSELHO SUPERIOR

Fonte: Pró-Reitora de Ensino a Distância / 2019.

Quadro 5 – Cursos de Pós-Graduação do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA

Código e-MEC	Cód. Curso na IES	Denominação	Carga Horária	Vagas	Atos Autorizativos
88374	153	MBA em Gestão de Pessoas, Liderança e Coaching	360h	50	Resolução nº 53 de 04/01/2014.
88372	287	Mediação e Novas Metodologias de Resolução de Conflitos	360h	50	Resolução nº 72 de 21/01/2015.
88371	147	Proteção de Plantas	360h	50	Resolução nº 129 de 30/06/2016.
88365	291	Docência no Ensino Superior: Gestão e Prática	360h	50	Resolução nº 148 de 04/08/2017.
88251	102	Direito Civil E Processual Civil	360h	50	Resolução nº 24 de 17/10/2012.
3135	036	MBA em Gestão de Software	360h	40	Resolução nº 04 de 08/10/2004.
3132	038	MBA em Logística Empresarial	360h	40	Resolução nº 04 de 08/10/2004.
3131	121	MBA em Gestão Empresarial	360h	40	Resolução nº 04 de 08/10/2004.
3127	033	MBA em Marketing	360h	40	Resolução nº 04 de 08/10/2004.
3125	162	MBA em Gestão de Resíduos Sólidos e Líquidos	360h	40	Resolução nº 04 de 08/10/2004.
3124	032	MBA em Recursos Humanos	360h	40	Resolução nº 04 de 08/10/2004.
3116	035	MBA em Finanças e Controladoria	360h	40	Resolução nº 04 de 08/10/2004.
3113	034	Auditoria Contábil	360h	40	Resolução nº 04 de 08/10/2004.
3110	134	Auditoria Contábil e Normas Internacionais	360h	40	Resolução nº 03 de 02/03/2012.
3106	143	MBA em Gestão Estratégica de Pessoas e Coaching	360h	40	Resolução nº 42 de 20/11/2013.
3103	103	Direito do Trabalho e Processual do Trabalho	360h	40	Resolução nº 12 de 12/11/2007.
3096	104	Direito Penal e Processual Penal	360h	40	Resolução nº 12 de 12/11/2007.
3090	105	Direito Público: Constitucional e Administrativo	360h	40	Resolução nº 12 de 12/11/2007.
3082	102	Direito Civil e Processual Civil	360h	40	Resolução nº 12 de 12/11/2007.

2843	154	Arbitragem, Negociação, Mediação e Conciliação	360h	40	Resolução nº 12 de 12/11/2007.
104609	293	Neuropedagogia	400h	50	Resolução nº 12 de 31/01/2019.
101872	292	Estruturas de Concreto e Obras Especiais	400h	50	Resolução nº 12 de 31/01/2019.

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação 2019.

Em 2019 uma reestruturação pertinente a administração da IES conforme resolução nº 37 de 2019 alterou a estrutura organizacional na IES, o presente PDI foi elaborado considerando essas mudanças e procurando mostrá-las tanto quanto possível.

1.2.3.1 Histórico das Bases legais do PDI para o desenvolvimento institucional

Em primeiro plano destaca-se a Constituição Federal de 1988, bem como os seguintes documentos legais:

A Lei nº 9394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional – LDB;

DECRETO Nº 5.773, DE 9 DE MAIO DE 2006 que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino;

RESOLUÇÃO Nº 2 de 1 de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação inicial em nível superior (cursos de Licenciatura, Cursos de Formação Pedagógica para graduados e cursos de Segunda Licenciatura) e para a formação continuada que REVOGOU a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, de 18 de fevereiro de 2002 que institui as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena e a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior;

RESOLUÇÃO Nº 1, de 11 de março de 2016, que estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância;

A Resolução CNE/CP Nº 1 DE 2004 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

A Lei Nº 9.795 DE 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 2002, que institui a Política Nacional da Educação Ambiental;

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, de 30 de maio de 2012, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP nº 8, de 06 de março de 2012.

Lei No 10.861, de 14 de abril de 2004 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências;

O DECRETO Nº 5.622, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005 que regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. (Para cursos EAD);

O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436 que dispõe sobre Língua Brasileira de Sinais – Libras.

RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 2, de 18 de junho de 2007 que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;

RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 03 de 02 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências; ¬ Portaria MEC N.º 40, de 12 de dezembro de 2007, consolidada em 29 de dezembro de 2010, que institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições;

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 6 DE ABRIL DE 2009 que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização. Trata sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial.

PORTARIA NORMATIVA Nº 23, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010 que altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007;

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 4 de 13 de julho de 2010 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;

A Resolução CONAES Nº 1 de 2010 que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências;

PORTARIA Nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, que autoriza as IES a desenvolverem 20% da carga horária dos cursos reconhecidos pelo MEC, em aulas semipresenciais;

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015), que define condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, Decreto nº 3.298, de 21 de dezembro de 1999, Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e no Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias, espaços e serviços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação, com prazos determinados para seu cumprimento e implementação;

A Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012 que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

O Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia em sua 3ª edição datada de 2016;

A Lei nº 9235 de 15 de dezembro de 2017 que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

As instâncias de decisão sobre pesquisa do CEP Uni- ANHANGUERA;

A Resolução Nº 5 de 17 de dezembro de 2018 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências.

Também aos documentos internos: as decisões colegiadas do CONSU, do NDE e Colegiado do curso. O manual de atividades complementares e o manual docente e o do aluno.

1.3 Histórico dos Processos de Planejamento Institucional com base na Avaliação

Em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo SINAES, e pautados no Decreto nº 9235 de 12 de dezembro de 2017, o Uni-ANHANGUERA traz em seu escopo que a avaliação institucional se constitui em um processo de busca da qualidade do fazer universitário que pressupõe e exige uma reflexão sobre a realidade institucional. É impensável

conceber a avaliação dissociada da ideia de mudança, mais do que isso, de uma cultura de mudança, que é exigida pela dinâmica da realidade científica, tecnológica, cultural, organizacional, política e social. Trata-se de um processo, com avanços e retrocessos, mas com grande potencial de transformação uma vez que está envolvida toda comunidade acadêmica:

- Ao docente, é exigida uma busca contínua de atualização em todas as dimensões de seu fazer, quer pelas mudanças nas metodologias em sala, quer pelas ações de ensino fora da sala, ou por mudanças no ambiente econômico, social e cultural externo à Universidade, lócus em que o estudante deverá atuar enquanto profissional. Solicita uma mudança de ordem cultural que pode ser traduzida na criação de uma cultura e de um espírito aberto à inovação, ao novo e que responda ao imperativo da atualização permanente;
- Ao acadêmico a avaliação solicita, uma autorreflexão sobre a sua condição de aluno, no que se refere ao seu desenvolvimento pessoal e profissional;
- Aos servidores precisam cumprir com eficácia sua parte, desenvolvendo as potencialidades de relacionamento interpessoal no atendimento aos discentes, docentes e comunidade em geral, para que a IES cumpra o papel social que lhe é inerente;
- As estruturas, sejam as salas de aula, os laboratórios, os núcleos, os colegiados, as coordenações de cursos, as instâncias de representação devem refletir essa cultura de avaliação.

No Centro Universitário de Goiás antes mesmo da implantação do Sistema Nacional de Avaliação na Educação Superior SINAES – instituído pela Lei n° 10.861/2004 já se consolidava a cultura da avaliação de programas de aprendizagem, de infraestrutura, de alunos e professores.

Este processo de avaliação institucional teve início, na Instituição, em 1997, com o Projeto de Avaliação Institucional da Faculdade Anhanguera - PAIFA, o qual se tornou um marco referencial no processo de avaliação, fundamentado nos princípios norteadores do Programa de Avaliação Institucional de Universidades Brasileiras - PAIUB.

No decorrer deste período, até o estabelecimento do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior - SINAES, o Centro Universitário de Goiás assumiu a Avaliação Institucional como um processo de rearticulação das políticas educacionais, de gestão administrativa e da qualidade do ensino.

Por meio da Lei nº 10.861, a Instituição buscou articular as orientações e determinações governamentais às experiências existentes e consolidadas, por meio dos projetos e programas de avaliação institucional, coordenados, organizados e implementados pela Comissão Própria de Avaliação - CPA, refletindo, assim, a cultura da avaliação e de seus resultados na Instituição, abrangendo os cursos de graduação, os de pós-graduação, os sequenciais, os funcionários administrativos, a infraestrutura física, a relação com a sociedade, bem como a responsabilidade social da Instituição.

Na Autoavaliação Institucional do Centro Universitário de Goiás são utilizadas abordagens metodológicas qualitativas e quantitativas.

A dinâmica da Autoavaliação Institucional é coordenada pela CPA e realizada por meio do Portal Educacional, com base nas categorias de análises definidas no projeto de Autoavaliação, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e nos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos (PPPCs).

Em consonância com as atividades desenvolvidas nos anos anteriores, que resultaram nos Relatórios de Autoavaliação encaminhados ao MEC, a CPA buscou nos significados do conjunto das atividades educativas alcançar maior relevância social à autoavaliação da IES. Para tanto desenvolveu diferentes ações que possibilitaram contribuir com o processo de gestão e fortalecimento da inclusão dos resultados da autoavaliação nas ações acadêmicas da instituição.

Dentre estas ações, é importante salientar o Projeto **“**Perfil dos Acadêmicos Ingressos”, que também é parte do projeto macro de Autoavaliação Institucional, cujo objetivo é conhecer o perfil e a realidade socioeconômica e cultural dos acadêmicos ingressantes e instrumentalizar a Instituição com informações que visem possibilitar o desenvolvimento de programas e projetos pedagógicos que estejam em consonância com a realidade dos seus discentes.

A publicação impressa do resultado do perfil do aluno ingressante, visa subsidiar os coordenadores e professores na atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e na atualização ou elaboração dos Planos de ensino e Planejamento das aulas.

Também a CPA traça o Perfil dos docentes visando contribuir para o alcance de patamares mais avançados na qualidade dos cursos de graduação e no desenvolvimento de políticas institucionais voltadas aos docentes.

O relatório sistematizado é compartilhado com os docentes na Semana de Planejamento Pedagógico visando, principalmente no momento da atualização do Planos de

Ensino, contribuir com suas atividades de planejamento, bem como no desenvolvimento de metodologias aplicadas em sala de aula.

É de responsabilidade da CPA realizar o processo de autoavaliação interna da instituição, bem como sua sistematização, elaboração dos relatórios e divulgação dos resultados junto à comunidade acadêmica.

A CPA tem uma atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados da instituição, em consonância a Portaria MEC 2.051/2004, é nomeada conforme Portaria do Reitor e tem a seguinte composição:

a) Representante da Reitoria (1)
b) Representante do corpo docente (2)
c) Representante da Pró-reitora de EAD (2)
d) Representante do corpo técnico administrativo (2)
e) Representante do corpo discente (1 da Graduação e 1 da Pós-Graduação) (2)
f) Representante da sociedade civil organizada (1)
g) Representante da Pós-Graduação (1)
h) Representante dos órgãos Suplementares (1)

Quadro 6 - Comissão Própria de Avaliação – CPA

Membro	Representação
Profª Ms. Estela Mares Stival	Presidente da CPA/Representante da Reitoria
Profª Esp. Ana Amélia Umbelino Santos	Representante do corpo docente
Profª Esp. Karina Adorno de La Cruz	Representante da Pró- Reitoria de EAD
Profª Esp. Mirian Martinez Burguillo	Representante da Pró- Reitoria de EAD
Profª Drª Maria Emília Carvalho Araújo Vieira	Representante do corpo docente
Esp. Ronilda Moreira da Paz	Representante do corpo técnico administrativo
Bibliotecária Lilia Pereira da Silva	Representante do corpo técnico administrativo
Wilson Rodrigues Alves	Representante do corpo discente Graduação
Alexandre da Costa Souza	Representante da comunidade
Prof. Dr. José Alexandre Freitas Barrigossi	Representante do corpo docente da Pós-Graduação
Profª Esp. Joana Tereza Caldas Macedo Santos	Representante dos órgãos Suplementares
Caroline Fernandes Silva	Representante do corpo discente Pós-Graduação

Fonte: Comissão Própria de Avaliação - 2019.

Objetivos da CPA:

I. Implantar e alimentar um banco de dados Institucional, estabelecendo os indicadores a serem utilizados no processo de auto avaliação.
II. Analisar o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e sua adequação ao contexto da Instituição, no que diz respeito à missão Institucional, à concepção que fundamenta os cursos, aos currículos, além da factibilidade do que foi projetado em termos de crescimento quantitativo e qualitativo, considerando a evolução ocorrida desde o credenciamento.
III. Avaliar como se deu o processo de implantação proposto para efeito de recredenciamento da Instituição, qual o nível de cumprimento das metas estabelecidas, ano a ano, quais as principais distorções que dificultaram o alcance das metas pretendidas.
IV. Analisar os resultados de processos avaliativos realizados pelo MEC, como os exames nacionais de curso (ENADE), os dados dos questionários-pesquisa respondidos pelos alunos que se submeterem aos exames, os resultados das Avaliações das Condições de Ensino (INEP) nos cursos de graduação, e dar o feedback aos órgãos competentes da IES e a Comunidade Acadêmica.

1.3.1 Instalações para a CPA e sala de Tempo integral

Para desenvolver suas atividades a CPA conta com sala própria, com mesa, cadeiras, telefone, computador e arquivo. A metragem das salas (salas 120-122 bloco C) é de 34,13 + 14,123 + 24,21= totalizando 72,98 m2 e conta com funcionário qualificado para as atividades de apoio tecnológico para análise de dados e elaboração de representação gráfica. A descrição das salas contempla o ponto 5.8 sobre infraestrutura física e tecnológica para a CPA.

Contígua à sala da CPA está a sala de professores de tempo integral com 10 gabinetes com computadores, telefone, mesas. Para as atividades de tempo integral conta-se também as salas de EAD, das coordenações, da pós-graduação.

1.3.2 Processo de autoavaliação institucional e participação da comunidade acadêmica

O Uni-ANHANGUERA possui uma trajetória de autoavaliação consolidada, que orienta as políticas educacionais, a gestão acadêmica, no cumprimento de metas propostas e correção de rumos, perseguindo a excelência no ensino, na pesquisa, na extensão e na iniciação científica.

Orienta-se a autoavaliação pela missão institucional, o PDI, e o PPI, articulando-se com os PPCs dos cursos no sentido de perceber a realidade institucional em sua abrangência, considerando a relação da instituição com a comunidade interna e com a sociedade, as políticas de ensino, pesquisa e extensão, responsabilidade social e a gestão acadêmica e administrativa.

O projeto de autoavaliação do Uni-ANHANGUERA é desenvolvido em consonância com o disposto na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES e na Portaria MEC nº 2.051/2004, que regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, com o objetivo de identificar o perfil institucional, as políticas para o ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social considerando as diferentes dimensões institucionais:

- missão e PDI;
- política para o ensino, a pesquisa e a Pós-Graduação;
- política para a extensão e responsabilidade social da Instituição;
- política de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento profissional e suas condições de trabalho;
- comunicação com a sociedade;
- organização e gestão da Instituição;
- infraestrutura física;
- planejamento e avaliação dos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
- política de atendimento a estudantes e egressos; e
- sustentabilidade financeira da IES.

1.3.3 Metodologia, Análise e divulgação dos Resultados e Relatórios de Autoavaliação

Como procedimento metodológico adotou-se a pesquisa exploratória com entrevistas mediante questionários com perguntas fechadas e abertas, buscando atender os objetivos propostos e possibilitar a ação/reflexão/ação, no sentido promover as transformações necessárias, envolvendo professores, alunos, gestores e funcionários e assim identificar a percepção dos agentes institucionais quanto as potencialidades e as fragilidades da Instituição.

São realizadas com a participação de toda comunidade acadêmica, ou seja:

- avaliação discente;
- avaliação docente;
- avaliação do corpo técnico-administrativo;
- avaliação da infraestrutura física e administrativa;
- avaliação dos tutores EAD;
- avaliação dos docentes referente as suas turmas;
- avaliação dos coordenadores.

a) Avaliação discente

Realizada por meio de questionário disponibilizado no Portal Aluno, os alunos avaliam semestralmente o Curso e os Docentes, Considerando:

- Avaliação da Disciplina/Professor;
- Desenvolvimento do Plano de Ensino;
- Clareza nas Exposições;
- Metodologia do Ensino;
- Motivação do Professor em Sala de Aula;
- Aplicação de Práticas Pedagógicas Inovadoras;
- Avaliação da Aprendizagem;
- Aproveitamento do Horário das Aulas;
- Postura do Docente;
- Domínio do Conteúdo.

No Curso são avaliados, também, semestralmente, os seguintes pontos:

- Adequação do Currículo;
- Interdisciplinaridade;

- Equipamentos;
- Comprometimento da Equipe;
- Acervo Bibliográfico;
- Serviços de Apoio Ao Discente;
- Atividades Complementares.

I - Uma vez ao Ano é avaliado:

O grau de satisfação dos alunos com os serviços prestados pela Secretaria Geral, Protocolo, Biblioteca, segurança, limpeza, Praça de Alimentação e Reprografia, bem como o atendimento dos funcionários, a qualidade do serviço e a agilidade para a resolução de problemas. Igualmente são avaliados o grau de satisfação com a Coordenação de Curso e Pró-Reitorias.

b) avaliação docente

Os docentes, por meio de questionários disponibilizados no Portal Professor/RH, avaliam:

- A Infraestrutura física e acadêmica;
- O grau de satisfação com as Coordenações de Cursos, Pró Reitorias, serviços administrativos e infraestrutura.
- O docente também, avalia o desempenho das suas turmas.

Também é avaliado, anualmente, pelos Professores, o serviço de apoio ao docente.

c) Avaliação do corpo técnico-administrativo

Os funcionários administrativos, por meio de questionários semiestruturados, avaliam, anualmente, o grau de satisfação com as chefias, infraestrutura e serviços de atendimento e apoio ao profissional administrativo.

Formulários e Etapas - Coleta

O processo de autoavaliação é *online,* desenvolvido por meio do Portal Aluno e Portal Professor/ RH, com base nas categorias de análises definidas no projeto de autoavaliação, no Plano de Desenvolvimento Institucional, no Planejamento Político Pedagógico Institucional e nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

São disponibilizados questionários pelo portal aluno e pelo portal professor, preservando o sigilo quanto à divulgação dos dados.

Para os discentes são disponibilizados os questionários:

a) *Discente avalia docente* (15 perguntas, 14 fechadas e 1 aberta),

b) *discente avalia instituição e estrutura física* (18 perguntas 17 fechadas e 1 aberta)

c) *discente avalia o tutor EAD* (5 perguntas sendo 1 de livre resposta).

Para os docentes disponibilizam-se os seguintes questionários

a) *docente avalia as turmas* (4 perguntas fechadas e 1 de livre resposta);

b) *docente avalia a estrutura física da IES* (6 perguntas fechadas e 1 de livre resposta);

c) *docente avalia a coordenação do curso* (6 perguntas fechadas e 1 de livre resposta).

Trata-se de um processo, que possibilita:

- Ao docente, é exigida uma busca contínua de atualização em todas as dimensões de seu fazer, quer pelas mudanças nas metodologias em sala, quer pelas ações de ensino fora da sala, ou por mudanças no ambiente econômico, social e cultural externo à Universidade, lócus em que o estudante deverá atuar enquanto profissional.
- Ao acadêmico a avaliação solicita, uma autorreflexão sobre a sua condição de aluno, no que se refere ao seu desenvolvimento pessoal e profissional.
- Aos servidores contribui para desenvolver as potencialidades de relacionamento interpessoal no atendimento aos discentes, docentes e comunidade em geral, para que a IES cumpra o seu papel social.

Após a coleta e tabulação dos dados, é feita análise quantitativa/qualitativa pela CPA e elaborados os relatórios.

É preocupação do Uni-ANHANGUERA atender aos princípios do SINAES e, assim realizar uma avaliação democrática e participativa, pautada nas orientações estabelecidas pelo SINAES, proposta a partir de 5 (cinco) eixos que contemplam as 10 dimensões e apontam indicadores para cada objeto de análise.

Relatórios da autoavaliação

Todo o processo de avaliação resulta em um relatório do desempenho individual, por indicadores avaliados e um relatório geral.

O relatório de desempenho individual é entregue aos docentes no início de cada semestre letivo em trabalho conjunto entre a CPA e a Coordenação Pedagógica e de Avaliação Institucional. O núcleo de apoio docente-discente e técnico administrativo realiza encontros com coordenadores de curso, com os docentes, com o objetivo de discutir o resultado obtido e perceber estratégias que possam contribuir para o seu melhor desempenho. Após esta fase a CPA reúne-se com a direção levando esses resultados para serem elaboradas as ações em projetos semestrais visando garantir a melhoria da qualidade do ensino pelas ações implementadas pela direção da IES.

1.3.4 Divulgação dos resultados

A fim de permitir o acompanhamento do processo de autoavaliação por membros da comunidade acadêmica, a CPA e a Coordenação de Planejamento Pedagógico e Avaliação Institucional do Centro Universitário de Goiás, disponibilizaram no site da Instituição, informações sobre o SINAES, bem como documentos e relatórios sobre o desenvolvimento da autoavaliação.

I - Formas de utilização dos resultados.

Os resultados alcançados são subsídios para a concepção das políticas, medidas e ações que devem ser incorporadas ao PDI, PPI e PPCs em busca do alcance de novos patamares de qualidade no ensino, na aprendizagem, na iniciação científica, na extensão e na gestão objetivando as práticas exitosas de aprendizagem.

A Autoavaliação Institucional, propiciando a identificação e a análise das realizações efetivadas pelos diferentes setores da IES, constitui um valioso *feedback* ao processo de planejamento da gestão acadêmica e administrativa. As informações relativas aos resultados alcançados, às potencialidades e às dificuldades são analisadas, consolidadas por nível de gestão e comunicadas a todos os responsáveis.

Foram adotadas as seguintes medidas, em função dos resultados obtidos:

Aspectos pedagógicos:

- Oficinas pedagógicas orientadas para os Professores, intituladas:

  1ª) *Planejamento de Ensino articulado às Competências na educação superior;*

  2ª) *A sala de aula como espaço da vida e da ciência*;

  3ª) *Mosaicos de Conhecimento;*

  4ª) Habilidades e competências no Ensino Superior,

5ª) Quebrando Paradigmas: planejando aulas focadas no que o aluno precisa com empatia e objetivos definidos

6ª) Repensando Saberes e Planejando aulas,

7º) Uso do portal Anhanguera e Portal Professor;

- Oficinas pedagógicas e de planejamento de ações aos Coordenadores dos diferentes Cursos

  a) Oficinas de *Design Thinking*;

  b) Oficinas de Planejamento estratégico;

  c) Oficinas de Empreendedorismo;

  d) Técnicas de Pich;

  e) Oficinas de metodologias ativas (ver item 4.3);

  f) Uso do portal Anhanguera e Portal Professor.

a) aspectos administrativos e de infraestrutura:

- horário de funcionamento da Biblioteca;
- mudança no guichê de atendimento;
- horário de funcionamento do Banco;
- *bureau (*birô) de informação;
- construção de mais um Bloco;
- Projeto da maquete de ampliação do campus;
- redimensionamento do estacionamento;
- revitalização da área de convivência;
- Sistema de atendimento *solaris.*
- Compra de área de Terezópolis- Goiás para a construção do novo *campi* destinado às práticas dos cursos de ciências biológicas e da saúde.

1.3.5 Ações Inovadoras advindas dos Resultados da Autoavaliação

Dentre as ações, desenvolvidas no processo de autoavaliação do Uni-ANHANGUERA, é importante salientar o Projeto "Perfil dos Acadêmicos Ingressos", que é parte do projeto macro de Autoavaliação institucional, cujo objetivo é conhecer o perfil e a realidade socioeconômica e cultural dos acadêmicos ingressantes e instrumentalizar a

Instituição com informações que visem possibilitar o desenvolvimento de programas e projetos pedagógicos que estejam em consonância com a realidade dos seus discentes.

A publicação impressa do resultado do perfil do aluno ingressante, visa subsidiar os coordenadores e professores na atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e na atualização ou elaboração dos Planos de ensino e Planejamento das aulas.

Outra ação que merece destaque é o Perfil dos docentes, visando contribuir para o alcance de patamares mais avançados na qualidade dos cursos de graduação e no desenvolvimento de políticas institucionais voltadas aos docentes.

Também merece destaque a análise dos resultados do Exame Nacional de Curso (ENADE) da instituição e a comparação com outras IES do Estado.

Tal trabalho tem como objetivo subsidiar a direção, coordenadores e professores na busca de um ensino de qualidade em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais. Esta ação é desenvolvida pelos coordenadores que visa dar suporte aos conteúdos, habilidades e competências dos cursos, trabalhando com os NDEs, Colegiados e Coordenações dos cursos da IES.

Em reunião da CPA, a pedido dos coordenadores do CAPDI, ficou estabelecido um melhor empenho no impacto da comunidade externa que configura o eixo 1.3 da avaliação institucional que se encontra ainda incipiente, embora o papel da IES na região seja importante, conforme a descrição regional aborda.

Outra abordagem discutida na CPA tratou do tema autoavaliação docente e autoavaliação discente. Também se optou por escolher o processo do EAD denominado mais qualidade que são questionários que os alunos respondem no EAD parcial e que será em 2019/2 utilizado para a avaliação do EAD integral.

1.3.6 Formas de Utilização dos Resultados das Autoavaliações

Os resultados obtidos no processo de autoavaliação possibilitam, permanentemente, a tomada de decisões dos gestores e uma crescente visão da comunidade em relação ao trabalho da IES.

Assim, fortalecem as relações de cooperação entre os vários agentes envolvidos no processo, prestando contas do trabalho realizado, pois identificam as fragilidades e as potencialidades da Instituição.

No Centro Universitário de Goiás o diagnóstico da autoavaliação envolve todas as áreas de gestão acadêmica e administrativa e assume papel de referência para a proposição

e implementação de ações de melhoria institucional, contribuindo dessa forma para a gestão institucional e para a tomada de decisão.

A CPA busca desenvolver o entendimento da relevância desses resultados para instrumentalizar as reformas institucionais, produzindo mudanças nos Projetos Pedagógicos, na gestão, nas estruturas organizacionais, nas configurações gerais do sistema educativo, nas concepções e prioridades da pesquisa, nos compromissos de responsabilidade social. Enfim orienta e possibilita as transformações desejadas, não somente para educação superior, mas para a sociedade que se quer consolidar ou construir.

Nesse sentido, apresenta os resultados obtidos na autoavaliação a cada curso e setor por meio de relatórios, para que sejam tomadas as medidas necessárias para a solução dos problemas encontrados.

As propostas das ações são encaminhadas aos órgãos competentes para aprovação. A incorporação dos resultados no planejamento da gestão é divulgada: no site da instituição; nas reuniões de representantes de turmas; em reuniões com professores; em reuniões com funcionários técnico-administrativos.

Salienta-se que o processo de autoavaliação no Centro Universitário de Goiás, nas diferentes instâncias, foi incorporado por toda a comunidade acadêmica - professores, alunos e administrativos, bem como pelos gestores da Instituição: Reitor, Pró-Reitores e Coordenadores de Cursos, como uma atividade que possibilita a melhoria do ensino, das atividades de pesquisa e extensão e das relações interpessoais entre professores/alunos/administrativos e gestores, tornando-se um importante instrumento da moderna gestão acadêmica Institucional. Esta atividade consta do calendário acadêmico da Instituição criando assim uma cultura da avaliação institucional.

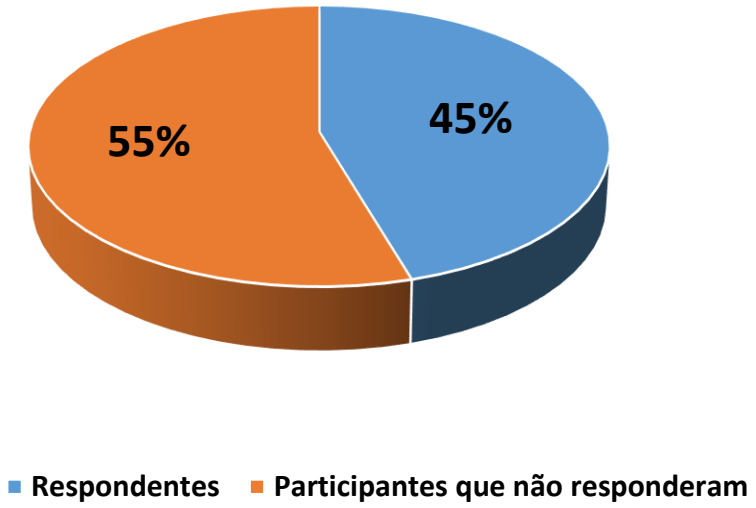
Segundo semestre de 2017/2

Total de alunos da IES: 6.027

Número de alunos participantes do processo de autoavaliação: 2.677

Percentual de participantes: 45%.

Gráfico 3 - Participação na Avaliação Institucional 2017-2



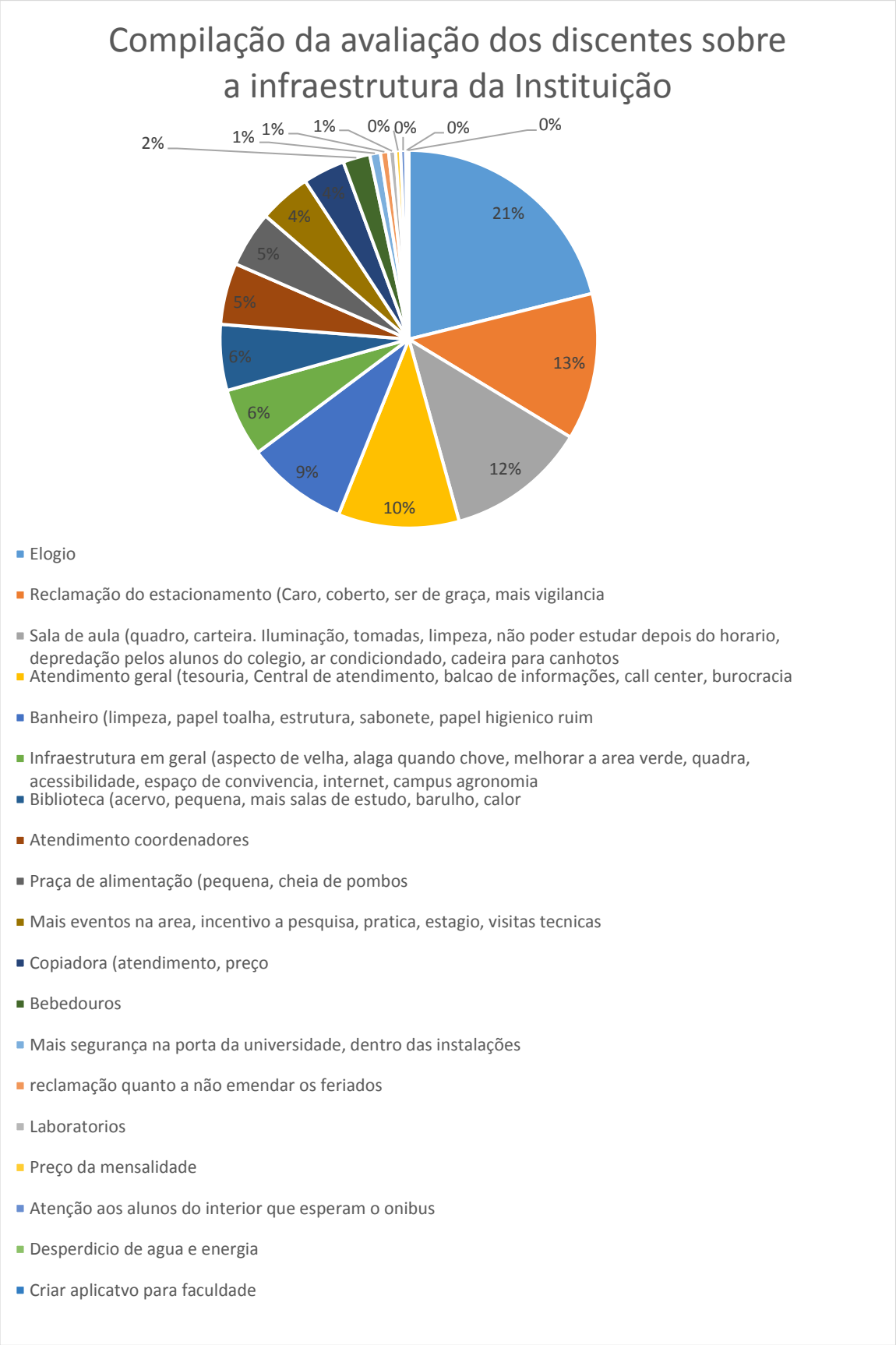
Observação:

Total de participantes..... 5446

Respondentes..... 2196

Participantes que não responderam..... 3250

Gráfico 4 - A seguir a tabulação da análise qualitativa de demandas de 2018/1



1) Avaliação realizada:

Discente avalia:

a) docente;

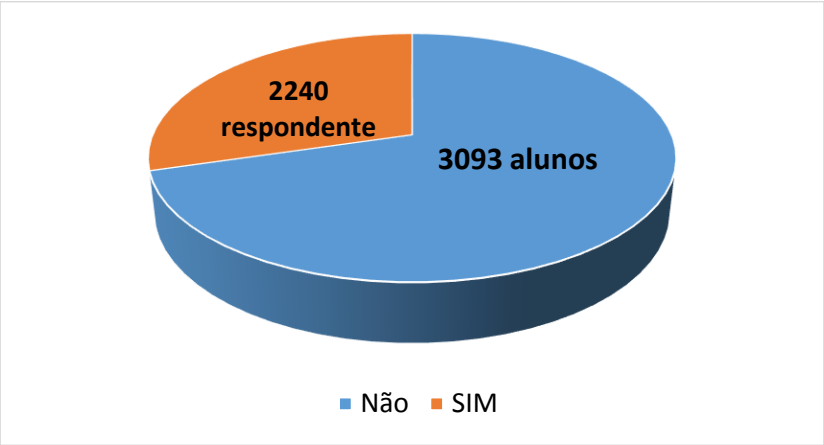
b) instituição; e

c) sua infraestrutura física e acadêmica.

2) Instrumento

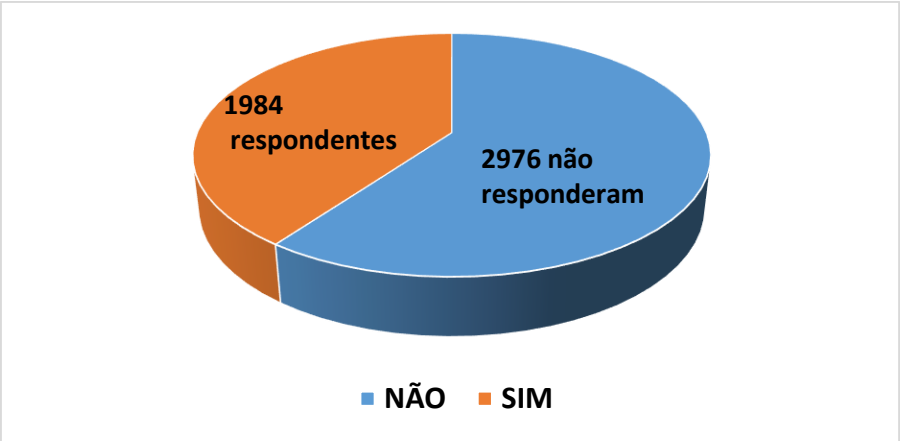
Questionários da avaliação com questões objetivas e uma última questão subjetiva em que os alunos fazem seus comentários, sugestões e reclamações.

Gráfico 5 - Primeiro Semestre 2018 - Discentes



Fonte: Comissão Própria de Avaliação – 2018

Gráfico 6 – Segundo Semestre 2018 - Discentes



Fonte: Comissão Própria de Avaliação – 2018

Do total de 5333, um percentual de 42% respondeu o questionário "discente avalia docente" e "discente avalia a instituição" em 2018/1. Já em 2018/2 houve um decréscimo de alunos de 4960 com 40% de respondentes, em comparação ao semestre passado 2017/1 e 2017/2 que obteve um percentual maior de 44 por cento.

Análise dos resultados:

1) Discente Avalia Docente

a) Metodologias adotadas em sala - Percebeu-se um avanço quanto a satisfação do aluno em relação ao ano de 2017/1, com as **metodologias adotas** em sala (73% excelente).

Tal resultado é fruto da formação docente nas semanas de Planejamento Pedagógico com abordagem de metodologias inovadoras.

b) Dedicação do docente - também apresentou percentual positivo (73% de satisfação).

A Coordenação Pedagógica desenvolveu no decorrer de 2017/2 E 2018/1 ações de fortalecimento da relação entre docente e instituição visando fortalecer o grau de satisfação e comprometimento dos docentes com a IES.

c) Disponibilização de Material Didático no Portal Educacional obteve um percentual de 48% de ótimo e 23% de bom. Apresentando-se também como um resultado positivo.

Também neste item ocorreram diversas ações junto aos docentes no decorrer do ano de 2017/2 e 2018/1 no sentido de conscientizar da elaboração do material de aula e sua disponibilização.

Devem ser observadas em 2018/2 as fragilidades apresentadas:

- Mais foco nas aulas sobre o tema abordado
- Pontualidade / Assiduidade
- Slides mais objetivos.

2) Discente avalia Infraestrutura

- Salas de aula - Em relação ao espaço físico das salas de aula convencionais, a maioria dos alunos aponta que este é adequado (87%).

- Equipamentos - Já no que diz respeito à disponibilidade de equipamentos e recursos, há um equilíbrio entre o item concordo totalmente (54%) e concordo parcialmente.

Porém, a percepção quanto à conservação de equipamentos e materiais nas salas de aula aumentou.

- Limpeza e conservação - Percebe-se que as ações realizadas em 2017/2 resultaram em melhorias quanto ao nível de satisfação na avaliação do item que diz respeito à limpeza e conservação dos banheiros, no entanto em 2018/1 houve um percentual de solicitações nesse sentido.

Discente avalia Biblioteca

a) Recebeu avaliação de 83% com atendimento excelente.

b) Espaço adequado (68%).

c) Acesso adequado (56%).

Devem ser observados em 2018/2019 as fragilidades apresentadas:

- Atualizar acervo da biblioteca.

Discente avalia instituição

a) **Marca da instituição** – a instituição tem uma marca forte e consolidada, isso expressa o resultado da Avaliação: 91% dos respondentes tem orgulho da instituição. Destaca-se também a tradição: os pais estudaram na instituição, os filhos, dentre outros.

b) **Quadro docente** – competência e titulação – obtiveram resultados positivos.

c) **Laboratórios** – de forma geral a avaliação dos laboratórios, para os cursos que utilizam foram positivas, ficando entre atende plenamente e atende as expectativas.

2. DESENVOLVIMENTO DA IES

2.1 Inserção regional

O Centro Universitário de Goiás Uni-ANHANGUERA tem sua sede na cidade de Goiânia e suas atividades centram-se a partir deste município e de sua região metropolitana (RMG), que é constituída por 20 municípios da grande Goiânia, totalizando uma população 2.173.006 habitantes em 2010, representando 34,83% do total do estado (IBGE, 2011).

É a região mais expressiva do estado de Goiás, contendo cerca de 35% de sua população total, um terço de seus eleitores, cerca de 80% de seus estudantes universitários e aproximadamente 36,5% de seu produto interno bruto.

A Região Metropolitana de Goiânia possui 7.315,15 km² de área total e 2.173.006 habitantes (297,05 de densidade populacional), distribuídos em 20 municípios, de acordo com os dados do IBGE. Do universo da sua população, 98,02% vive em área urbana e apenas 1,98% em área rural. A população masculina (48,46%) é levemente inferior à feminina (51,54%). Mais da metade da população da microrregião (59,91 %) reside no município de Goiânia. Quanto à população por faixa etária, 66,88% corresponde até 39 anos assim distribuídos:

- ✓ Crianças de 0 a 9 anos – 13,15%;
- ✓ Adolescentes de 10 a 19 anos – 16,21%;
- ✓ Adultos Jovens de 20 a 39 anos – 37,52%.

Conhecida popularmente como Grande Goiânia, que é uma conurbação de cidades ao redor de Goiânia e atingem os municípios de Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturaí, Goianápolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade.

Situada em uma região de topografia quase plana, o território surge como um degrau de acesso às terras mais elevadas do Brasil Central. O cerrado é a vegetação predominante de 70% de seu território. Há várias tipologias florestais na cidade de regiões de savana.

Predomina o clima tropical com estação seca, numa região de alta altitude, o ar da cidade é relativamente seco na maior parte do ano, a precipitação varia entre 0 e 270 mm, sendo mais frequentes de outubro a março. A temperatura é amena durante todo o ano, variando em média de 20,7 °C a 25,6 °C.

É uma cidade multirracial, fruto de intensa migração. O seu povoamento foi efetuado de forma gradual principalmente por migrantes atraídos do interior goiano, além de outras regiões

de outros estados, principalmente do sul e do sudeste. A maior parte dos migrantes é de Minas Gerais, Bahia, Tocantins, Maranhão, São Paulo e Pará.

Goiânia apresenta um crescimento populacional superior à média nacional e regional. O IDH de 0,832 (PNUD/2018) é considerado elevado. O PIB é de 19,457 bilhões (IBGE 2008) Segundo o Censo 2010, a população metropolitana é constituída de 2.173.141 habitantes num território de aproximadamente 7.315,1 km2, o que lhe confere uma densidade demográfica aproximada de 297,07 hab/km2 (Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2011), conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - População Total e Entre 18 e 24 anos por Região

		1970	1980	1991	2000	2010	2017	Var Anual (%) 2010/2000
Município de Goiânia	População Total	380.773	717.519	922.222	1.093.007	1.302.001	1.489.364	1,8%
	18 a 24 anos	60.049	123.755	142.905	173.001	178.217	-	0,3%
	% 18 a 24 anos	15,8%	17,2%	15,5%	15,8%	13,7%	-	
Estado de Goiás	População Total	2.938.029	3.860.174	4.018.903	5.004.197	6.003.788	6.523.222	1,8%
	18 a 24 anos	393.692	536.439	575.550	719.366	763.505	-	0,6%
	% 18 a 24 anos	13,4%	13,9%	14,3%	14,4%	12,7%	-	
Centro-Oeste	População Total	5.072.530	7.545.769	9.427.601	11.638.658	14.058.094	15.219.608	1,9%
	18 a 24 anos	685.905	1.079.665	1.356.899	1.692.982	1.801.158	-	0,6%
	% 18 a 24 anos	13,5%	14,3%	14,4%	14,5%	12,8%	-	
Brasil	População Total	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.872.856	190.755.799	202.768.562	1,2%
	18 a 24 anos	12.327.914	16.599.869	19.352.693	23.365.185	23.873.787	-	0,2%
	% 18 a 24 anos	13,2%	13,9%	13,2%	13,8%	12,5%	-	

Fonte: SIDR/IBGE Censo Demográfico 2014 (jun/2015)

A população com idade entre 18 e 24, faixa etária do público-alvo primário da instituição, chegou, em 2010, a 178.217 habitantes, representando 13,7% do total da população; representatividade maior que a observada em nível nacional e regional.

Tabela 2 - Produto Interno Bruto por Região

		2012	**2014**	**2015**	**2018**	**2019**	**Var Anual (%) 09/05**
Goiânia	Preços Correntes*	13.520.904	15.898.437	17.845.701	19.456.021	21.386.530	
	Var vs. A.A.: %		17,60%	12,20%	9,00%	9,90%	12,10%
Goiás	Preços Correntes*	50.534.408	57.057.072	65.210.147	75.271.163	85.615.344	
	Var vs. A.A.: %		12,90%	14,30%	15,40%	13,70%	14,10%
Centro-	Preços	190.177.811	206.284.475	235.964.307	279.372.274	310.764.898	

Oeste	Correntes*					
	Var vs. A.A.: %		8,50%	14,40%	18,40%	11,20%	13,10%
Brasil	Preços Correntes*	2.147.239.292	2.369.483.546	2.661.344.525	3.032.203.490	3.239.404.053	
	Var vs. A.A.: %		10,40%	12,30%	13,90%	6,80%	10,80%

*** Preços Correntes em R$ 1,000**

Fonte: SIDRA / IBGE - Censo Demográfico 2015

Com base nos dados disponíveis coletados no IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) de Goiânia, em 2009, foi de R$ 21,4 bilhões, correspondente a 24,98% do PIB do Estado de Goiás, no período. A partir de 2012, o crescimento médio anual do PIB do município foi maior que a média nacional, porém, inferior ao crescimento observado no interior do Estado e ao da Região Centro Oeste.

No crescimento do PIB teve como fator econômico de maior relevância a pecuária. Este setor da economia diferentemente dos dados nacionais, onde mostrou um negativo (-3,4%), em Goiás, apresentou um bom desempenho, registrando aumento de 5,6%, exercendo assim importante papel de contrapeso.

Tabela 3 - PIB Trimestral – 1º Semestre De 2016 (Base: Igual Período Do Ano Anterior)

Períodos	Agropecuária		Indústria		Serviços		PIB	
	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil
1º Trim. 2016	10,9%	-3,7%	-7,0%	-7,3%	-5,0%	-3,7%	-4,0%	-5,4%
2º Trim. 2016	2,5%	-3,1%	-6,7%	-3,0%	-5,2%	-3,3%	-4,4%	-3,8%
1º Sem. 2016	5,6%	-3,4%	-6,9%	-5,2%	-5,1%	-3,5%	-4,2%	-4,6%

Fonte: IBGE, IMB. Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Contas Regionais e Indicadores - 2016

Neste setor, com relação às atividades locais, à curto prazo, a agricultura deve apresentar recuo devido à irregularidade na distribuição das chuvas. Algumas culturas estão com previsão de queda de área plantada, outras de queda na produção. Por outro lado, o cenário continua positivo e com perspectivas otimistas para a pecuária devido à previsão de bons preços e ampliação das vendas no mercado internacional.

Na pecuária, o Estado está entre os dez maiores produtores nacionais de suínos (6º), equinos (4º), aves (6º), leite (4º) e ovos (7º) e se mostra bastante competitivo no abate de bovinos, suínos e aves, mantendo o 3º maior rebanho bovino do país. A produção de suínos e frangos tem ganhado importância, principalmente após a criação de complexo agroindustrial no município de

Rio Verde e região a partir de 2001. A projeção para as exportações de aves e suínos é mais modesta frente ao segmento de bovinos, contudo a expectativa é também de forte ganho.

Uma avaliação do Instituto Mauro Borges sobre o cenário socioeconômico e ambiental do Estado de Goiás, afirma que a indústria só se desenvolve se as diversas outras áreas produtivas do Estado acompanham sua evolução. Neste sentido, é fundamental que se criem condições adequadas para a atração de negócios, complementado por boa educação, saúde, logística, suprimento de energia, segurança, saneamento, habitação, todos os pré-requisitos essenciais para um maior bem-estar social, além de um melhor posicionamento nos mercados nacionais e internacionais. Logo, é fundamental que exista uma estratégia que permita um desenvolvimento descentralizado, visando maior geração de renda e emprego sustentável, para o Estado.

Uma agenda estratégica depende da articulação com a iniciativa privada e outras esferas do poder, como a federal e municipal, além de outras instituições e políticas públicas. Logo, a base do desenvolvimento econômico deve ser construída conjuntamente com todos os atores envolvidos e, principalmente, pela sociedade, que deve conhecer os benefícios e custos sociais das escolhas para norteá-las.

Considerando, ao mesmo tempo, as unidades locais como o espaço de atuação de profissionais, a partir da análise dos tipos de unidades locais presentes em Goiás, baseados nos dados do IBGE mais recentes (2006), percebe-se a importância do setor comercial e o crescimento do setor de construção civil e atividades imobiliárias, armazenagem e correio, atividades profissionais científicas e técnicas, apresentado na Tabela 4, a seguir.

Tabela 4 - Número de Unidades Locais por Tipo

Tipo	2012	2014	2015	2018	2019	Var Média Anual (%)
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	64.359	68.400	71.910	75.701	78.779	5%
Indústrias de transformação	12.296	12.999	13.737	14.327	15.520	6%
Atividades administrativas e serviços complementares	7.161	7.535	7.734	8.362	9.362	7%
Outras atividades de serviços	6.993	7.269	7.347	7.668	8.193	4%
Alojamento e alimentação	5.459	5.726	6.198	7.182	7.944	10%
Transporte, armazenagem e correio	3.895	4.516	4.985	5.459	5.987	11%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	3.508	3.661	4.103	4.769	5.421	11%
Construção	2.573	2.992	3.349	3.987	4.979	18%
Educação	4.155	4.315	4.292	4.736	4.779	4%
Saúde humana e serviços sociais	2.427	2.618	2.805	3.077	3.356	8%
Informação e comunicação	2.080	2.155	2.233	2.326	2.422	4%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.183	1.180	1.343	1.484	1.705	10%

Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	1.206	1.312	1.389	1.470	1.404	4%
Artes, cultura, esporte e recreação	1.063	1.104	1.142	1.321	1.403	7%
Atividades imobiliárias	606	672	696	861	1.045	15%
Administração pública, defesa e seguridade social	737	749	782	808	860	4%
Indústrias extrativas	416	403	426	450	476	3%
Outros	249	270	315	327	383	11%
TOTAL	120.366	127.876	134.786	144.315	154.018	6%

Fonte: IBGE

O público-alvo primário para os cursos foi estimado com base no número de alunos concluintes do ensino médio no município de Goiânia. As projeções dos dados disponíveis no MEC para os alunos concluintes, no período de 2013 a 2018, são de 13.000 alunos.

O Plano Nacional da Educação (PNE), elaborado para o decênio 2011-2020, determina, em sua 12ª meta, elevar a taxa líquida de matrícula na Educação Superior para 33% da população de 18 a 24 anos.

Com base nos dados disponíveis no IBGE, referente à quantidade de pessoas no Estado de Goiás entre 18 e 24 anos, que frequentavam o ensino superior em 2013, e considerando, para o mesmo ano, haver no Estado uma população, nessa mesma faixa etária, de 763.603 pessoas, a taxa líquida de matrícula, em 2009, para o Estado, foi de aproximadamente 15,5%, ainda metade da meta nacional para 2020 (Tabela 5).

Esses dados alteraram-se, em 2018 o número de matrículas nessa etapa caiu de 7,9 milhões em 2017 para 7,7 milhões. Segundo Carlos Eduardo Moreno, diretor de Estatística Educacionais do Inep, o total de matrículas do ensino médio segue tendência de queda nos últimos anos.

> Isso se deve tanto a componentes demográficos, quanto à melhoria no fluxo no ensino médio, no qual a taxa de aprovação subiu três pontos percentuais de 2013 a 2017. A queda também pode ser explicada pelas altas taxas de evasão e da migração de alunos para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). (https://www.fgm-go.org.br/2019/02/01/inep-divulga-dados-do-censo-escolar-2018/)

Tabela 5 - Taxa Líquida de Matrícula da População entre 18 a 24 anos no Estado de Goiás

População residente entre 18 e 24 anos no Estado	**2000**	**2009**	**2017**	**Cresc % a.a.**
Total	719.367*	*760.603* ****	765.328**	0,62%
Frequentam Ensino Superior		118.000 ***		
% Taxa Líquida de Matricula no Ensino Superior		15,5%		

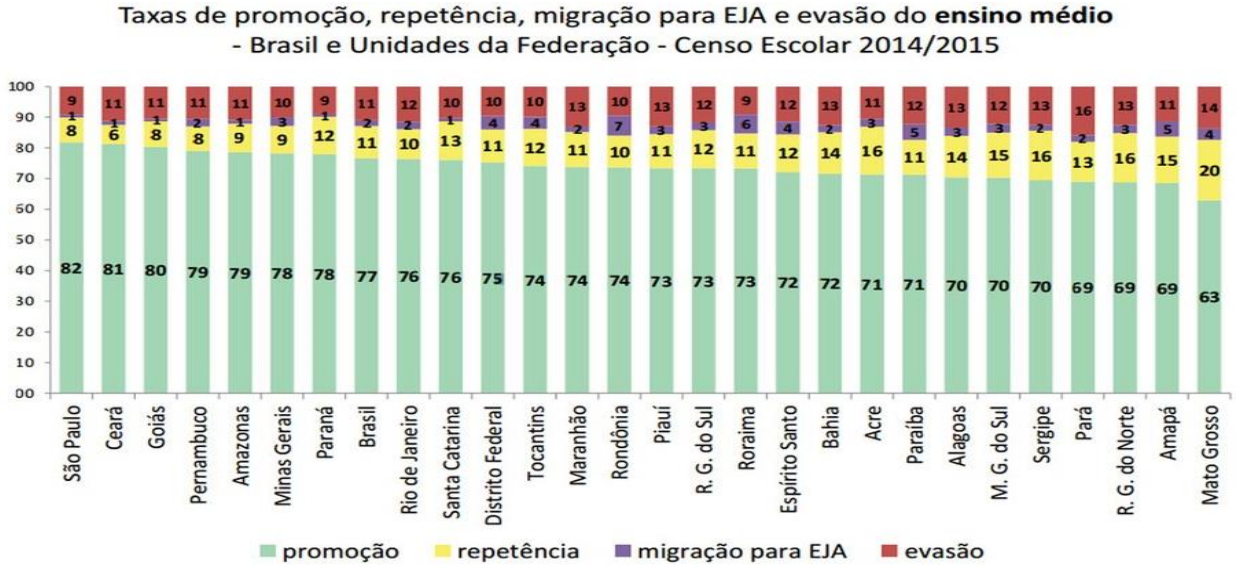
Fonte: IBGE

Em sentido similar estão os dados mais recentes que registram que a Região Metropolitana de Goiânia detém aproximadamente 34% do total de alunos matriculados no Estado, cursando o ensino fundamental, 38,24% cursando o nível médio e 49,25% cursando o nível superior. Os números apontam para uma tendência positiva à profissionalização e ainda sugerem um processo migratório atendendo a esta tendência.

Entretanto, como se não bastasse, para atender às demandas produtivas, foi construída uma rede de educação profissional nos últimos três anos, composta por 15 Institutos Tecnológicos (Itegos) com vinculação de 120 Colégios Tecnológicos de 95 municípios (Cotecs). Além disso, Goiás foi o terceiro melhor desempenho no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com aproximadamente 40 mil alunos matriculados nos 184 cursos disponibilizados em 153 municípios, com isso o Estado tornou-se referência nacional como Estado focado na qualificação profissional.

Necessário se considerar ainda: há um potencial de alunos concluintes do ensino médio a contar pela taxa de matrícula, mesmo se descontarmos a evasão de 11 por cento, a terceira menor do país, ficando atrás somente de São Paulo e do Ceará. Dados ratificados pela tabela e o Quadro do IBGE abaixo:

Tabela 6 – Dados IBGE – CENSO 2016



QUADRO 7 - IBGE - CENSO 2016

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	**96,4** %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental [2015]	**5,7**
IDEB – Anos finais do ensino fundamental [2015]	**4,9**
Matrículas no ensino fundamental [2015]	**159.685** matrículas
Matrículas no ensino médio [2015]	**58.675** matrículas
Docentes no ensino fundamental [2015]	**8.374** docentes
Docentes no ensino médio [2015]	**3.135** docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2015]	**519** escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2015]	**163** escolas

FONTE: CENSO 2016, REGISTRADO EM 2017.

REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS - UNI-ANHANGUERA

A cidade de Goiânia, capital do Estado, pertence à Mesorregião do Centro Goiano e à Microrregião de Goiânia, distando 209 km de Brasília, a capital nacional, sendo assim, a capital estadual mais próxima da capital federal. Possui uma geografia contínua, com poucos morros e baixadas, tendo terras planas na maior parte de seu território, com destaque para o rio Meia Ponte.

Goiânia é a segunda cidade mais populosa do Centro-Oeste, sendo superada apenas por Brasília. Situa-se no Planalto Central e é um importante polo econômico da região, sendo considerada um centro estratégico para áreas como indústria, saúde, moda e agricultura.

Tem uma população predominantemente urbana. Segundo dados do IBGE (2010), a população total estimada para 2014 é de 1.412.364 habitantes. Em 2010 a população era de 1.302.001 habitantes. Desse total, 1.297.076 se distribui no perímetro urbano do município, resultando numa alta densidade demográfica que corresponde a 1.776,74 hab/km². Atualmente, com 1.448.639 habitantes, segundo levantamento do IBGE de 2010.

Em Goiânia, o IDH calculado em 2017 é considerado alto, 0,799. Para a manutenção e elevação desse índice, a educação torna-se importante aliada. Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 1,44% trabalhavam no setor agropecuário, 0,10% na indústria extrativa, 13,31% na indústria de transformação,

6,69% no setor de construção, 1,04% nos setores de utilidade pública, 20,21% no comércio e 50,82% no setor de serviços (PNUD, 2017).

É a sexta maior cidade do Brasil em tamanho, com 256,8 quilômetros quadrados de área urbana, sendo o décimo segundo município mais populoso do Brasil.

Assim como algumas outras cidades brasileiras, Goiânia desenvolveu-se a partir de um plano urbanístico, tendo sido construída com o propósito de desempenhar a função de centro político e administrativo do estado de Goiás.

A região de influência metropolitana de Goiânia é composta por dois grupos de municípios. O primeiro grupo, formada por 13 municípios, é denominada Região Metropolitana de Goiânia (RMG) e foi criada pela Lei Complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999. Além disso, a Região de Desenvolvimento Integrado (RDIG) que possui mais 7 municípios, totalizando 20 (LIMA e MOYSÉS, 2009).

Os 20 municípios da grande Goiânia possuem uma população de 2.173.006 habitantes, representando 34,83% do total do estado (IBGE, 2011), distribuída em áreas predominantemente urbanas e ocupando uma área de 7.397,203 km². É a região mais expressiva do estado de Goiás, contendo cerca de 35% de sua população total, um terço de seus eleitores, cerca de 80% de seus estudantes universitários e aproximadamente 36,5% de seu produto interno bruto.

Segundo o Observatório das Metrópoles, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012), pode-se afirmar que mais de 90% dos deslocamentos desses municípios se dirigem para Goiânia. A média de deslocamento é de 80%, ou seja, grande parte da população procura o polo metropolitano para resolver suas demandas por trabalho e educação, sem contar com outras necessidades tais como: saúde, assistência social, cultura.

Goiânia é um dos maiores centros financeiros do Brasil, e sua economia é caracterizada pela predominância do setor terciário, o qual concentra 80% da economia do município, com destaque para a saúde, atividades imobiliárias e administração pública. Está entre as capitais brasileiras que mais geram emprego no Brasil.

Mesmo localizada num estado fortemente agropecuário, a capital goiana destaca-se por ser um dos polos confeccionistas de roupa do Brasil. Contendo quase três mil indústrias da categoria, a cidade possui mais de 60% das empresas de moda instaladas em Goiás, sendo o quarto maior polo confeccionista do Brasil, emprega mais de 35.000 pessoas no ramo.

Destaca-se o município em indústrias farmacêuticas. O Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) possui o maior Polo Farmoquímico da América Latina, abrigando também,

indústrias alimentícias, automobilísticas, têxteis, além de possuir o único porto seco brasileiro.

Ressalte-se na alimentação, a área de laticínios e frigorífico. O setor terciário, diversificado e dinâmico, abrange desde serviços básicos até os que demandam alta tecnologia. O setor terciário abrange a maior parte da população ativa. Teríamos, pois, que "[...] aproximadamente 100 mil pessoas procuram a capital do Estado só para trabalhar e estudar (LIMA e MOYSÉS, 2009, p. 74).

Os municípios pertencentes à RDIG têm apresentado um forte crescimento econômico nos últimos anos, com a abertura de um número significativo de vagas de trabalho e aumento real da renda média dos salários oferecidos.

Esse crescimento se deve ao aumento da abertura de novas empresas e da demanda por mão-de-obra mais especializada, elevando o valor dos rendimentos médios pagos aos funcionários. Entre 2000 e 2009, o aumento médio no número de vagas de trabalho formais na RDIG foi de 66,07%.

Segundo o Governo do Estado, a RDIG possui inúmeras vantagens competitivas, que atraem os empreendimentos para instalação na capital e nos municípios vizinhos. As principais vantagens competitivas e potencialidades da região metropolitana decorrem do fato de: a) Ser centro de influência regional; b) Ter localização geográfica estratégica; c) Possuir base econômica diversificada; d) Capacidade de geração de emprego; e) Ser polo universitário; f) Ter descentralização industrial e, g) Possuir infraestrutura para transporte de cargas. Haja vista que uma grande potencialidade existente é o fato de a região pertencer ao eixo econômico de Goiânia. (SEPLAN, 2010, p. 20).

Contexto Educacional – No Estado e em Goiânia

Goiás, em 2012, segundo dados do IBGE, possuía 501 escolas de nível fundamental, em que foram efetuadas 172.744 matriculas, sendo 61.007 em escolas da rede privada, 508 em escolhas federais e as demais, ou seja, a maior parte, mais de 100.000 em escolas públicas estaduais e municipais.

No Ensino Médio, matricularam-se mais de 60.000 alunos, que se distribuíram em 154 escolas. No ensino Pré-escolar, encontram-se 424 escolas, sendo 176 municipais, 1 estadual e as demais privadas, onde estão matriculados 22.923 alunos. Nessas escolas o ensino é feito por cerca de 13.489 docentes.

O Município de Goiânia conta com 154 escolas do ensino médio sendo 80 escolas privadas, 72 públicas estadual e 2 públicas federal, absorvendo um total de 62.813 alunos.
A cidade de Goiânia possui 30 Instituições de ensino superior, sendo 3 públicas federais e 27 Privadas, destas 24 são com fins lucrativos e 3 sem fins lucrativos (MEC/e-MEC, 2016). Estima-se que em Goiânia, em torno de 60.000 alunos por ano estão em fase de aptidão para o ingresso na Educação Superior.

A presença do Centro Universitário de Goiás- Uni-ANHANGUERA em Goiânia, identificada principalmente com as características regionais, contribui para dinamizar a qualidade de formação dos profissionais que a região necessita como também, contribui para a evolução econômica do Estado e do País. Especificamente o Centro Universitário abrange um número significativo de municípios, ressaltando a cidade de Goiânia, os municípios da Grande Goiânia: Aparecida de Goiânia, Bela Vista de Goiás, Goianira, Leopoldo de Bulhões, Nova Veneza, Nerópolis, Trindade, Santo Antônio de Goiás e Senador Canedo, bem como outros municípios no Estado, com destaque para Anicuns, Edéia, Guapó, Inhumas, Nazário, Palmeiras de Goiás, dentre outras cidades.

2.2 Missão institucional do Centro Universitário de Goiás - Uni-ANHANGUERA

O Uni-ANHANGUERA tem como missão:

> "contribuir para a construção e disseminação do saber e para o desenvolvimento da sociedade, proporcionando a formação integral do educando, garantindo-lhe o crescimento intelectual e o fortalecimento de valores éticos e morais, essenciais ao comprometimento profissional e ao exercício pleno da cidadania**".**

ESQUEMA FIGURATIVO DA MISSÃO DA IES

2.3 Princípios filosóficos

O Centro Universitário de Goiás estabelece seus princípios filosóficos voltados para a construção e disseminação do saber e para o desenvolvimento da sociedade, proporcionando a formação integral do educando, com uma visão humanista. Nesse sentido, vem norteando seu processo educacional para o desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo, a participação comunitária, o aprimoramento do conhecimento científico, baseados na universalidade do conhecimento e no fomento à interdisciplinaridade, viabilizando o processo de formação de um profissional comprometido com a construção de uma cidadania ética e qualificadora da vida social e profissional, tendo em vista as práticas exitosas acadêmicas sem perder a atitude da ética formadora da virtude de uma cidadania que age localmente e pensa global.

Com esta perspectiva adotamos, conforme nosso brasão, o *ethos*, o trabalho, o conhecimento e a tradição por ser uma instituição de ensino privada que está a mais de 45 anos no Estado de Goiás, impactando a região sudoeste da cidade de Goiânia e as cidades circunvizinhas.

2.3.1 Objetivos

De acordo com o art. 4º de seu Estatuto, o Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA tem como objetivos:

I. Promover a criação, difusão cultural, preservação do patrimônio histórico, bem como o desenvolvimento da capacidade científica e do pensamento reflexivo e crítico através de seus cursos de graduação, sequenciais e de pós-graduação;
II. Formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento para a participação no desenvolvimento da comunidade regional e da sociedade brasileira;
III. Promover a formação integral da pessoa humana;
IV. Incentivar o trabalho de iniciação a pesquisa para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia;
V. Divulgar os conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos;
VI. Promover o aperfeiçoamento cultural e profissional, possibilitando a correspondente concretização e integração desses conhecimentos numa estrutura sistêmica.

VII. Promover o conhecimento humano, em particular os problemas nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VIII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes do ensino, da criação, do conhecimento e da pesquisa científica e tecnológica geradas no centro Universitário de Goiás Uni-ANHANGEURA;

IX. Promover a integração entre ensino, pesquisa e extensão;

X. Promover a compreensão e a cooperação internacional.

2.4 Área de atuação acadêmica

O Centro Universitário de Goiás atua em todas as áreas de conhecimento do CNPq, por meio das Coordenações de Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Tecnologia e Projetos Especiais.

Quadro 8 - ÍNDICES e- MEC:

Índice	Valor	Ano
CI - Conceito Institucional:	4	2011
CI-EaD - Conceito Institucional EaD:	-	-
IGC - Índice Geral de Cursos:	3	2017
IGC Contínuo:	2.4286	2017

Fonte: http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento 2018

Quadro 9 - Histórico de Índices:

ANO	CI	IGC	CI-EaD
2017	-	3	-
2016	-	3	-
2015	-	3	-
2014	-	3	-
2013	-	3	-
2012	-	3	-
2011	4	3	-
2010	-	3	-
2009	-	3	-
2008	-	3	-
2007	-	3	-

Fonte: http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento 2018

Quadro 10 - Desempenho da IES no sistema SINAES desde a Criação do Centro Universitário de Goiás

CURSOS	GRAU	ANO	ENADE	CPC	CC	IDD
ADMINISTRAÇÃO	Bacharel	2006	3	-	-	3
ADMINISTRAÇÃO	Bacharel	2009	3	3	-	3
ADMINISTRAÇÃO	Bacharel	2012	3	3	-	-
ADMINISTRAÇÃO	Bacharel	2015	3	3	-	-
AGRONOMIA	Bacharel	2010	2	2	4	-
AGRONOMIA	Bacharel	2012	-	-	3	-
AGRONOMIA	Bacharel	2013	3	3	-	-
AGRONOMIA	Bacharel	2016	3	3	-	3
ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Tecnólogo	2012	-	-	3	-
ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Tecnólogo	2013	-	-	3	-
ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Tecnólogo	2014	3	3	-	-
ARQUITETURA E URBANISMO	Bacharel	2017	-	-	3	-
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Bacharel	2011	2	2	-	-
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Bacharel	2014	2	4	-	-
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Licenciatura	2008	3	3	3	3
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Licenciatura	2011	3	3	-	-
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Licenciatura	2014	3	3	-	-
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Bacharel	2006	3	-	-	3
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Bacharel	2009	2	2	-	1
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Bacharel	2011	-	-	5	-
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Bacharel	2012	4	4	-	-
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Bacharel	2015	3	3	-	-
COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	Bacharel	2011	-	-	4	-
COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	Bacharel	2012	3	3	-	-
COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	Bacharel	2015	3	3	-	-
DIREITO	Bacharel	2006	3	-	-	3
DIREITO	Bacharel	2009	3	3	-	3
DIREITO	Bacharel	2012	2	3	-	-
DIREITO	Bacharel	2014	-	-	4	-
DIREITO	Bacharel	2015	2	3	-	-
ENFERMAGEM	Bacharel	2018	-	-	4	-
ENGENHARIA CIVIL	Bacharel	2017	-	-	3	-
ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO	Bacharel	2010	-	-	3	-
ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO	Bacharel	2011	2	2	-	-
ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO	Bacharel	2013	-	-	3	-
ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO	Bacharel	2014	2	2	-	-
ENGENHARIA ELÉTRICA	Bacharel	2017	-	-	4	-
FARMÁCIA	Bacharel	2017	-	-	4	-
GESTÃO AMBIENTAL	Tecnólogo	2006	-	-	5	-
GESTÃO AMBIENTAL	Tecnólogo	2010	3	3	-	-

GESTÃO AMBIENTAL	Tecnólogo	2013	2	3	-	-
GESTÃO AMBIENTAL	Tecnólogo	2016	3	3	-	5
GESTÃO AMBIENTAL	Tecnólogo	2017	-	-	4	-
GESTÃO COMERCIAL	Tecnólogo	2010	-	-	5	-
GESTÃO COMERCIAL	Tecnólogo	2012	3	3	-	-
GESTÃO COMERCIAL	Tecnólogo	2015	3	3	-	-
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Tecnólogo	2010	-	-	4	-
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Tecnólogo	2011	-	-	4	-
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Tecnólogo	2012	4	3	-	-
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Tecnólogo	2015	3	3	-	-
LOGÍSTICA	Tecnólogo	2015	3	2	4	-
MARKETING	Tecnólogo	2006	-	-	5	-
MARKETING	Tecnólogo	2009	3	3	-	-
NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	Tecnólogo	2011	-	-	4	-
PEDAGOGIA	Licenciatura	2008	4	3	4	4
PEDAGOGIA	Licenciatura	2011	4	4	-	-
PEDAGOGIA	Licenciatura	2014	3	3	-	-
PROCESSOS GERENCIAIS	Tecnólogo	2009	3	3	-	3
PROCESSOS GERENCIAIS	Tecnólogo	2010	-	-	4	-
PROCESSOS GERENCIAIS	Tecnólogo	2012	4	3	-	-
PROCESSOS GERENCIAIS	Tecnólogo	2015	3	2	-	-
QUÍMICA	Bacharel	2011	2	3	-	-
QUÍMICA	Bacharel	2014	1	-	-	-
QUÍMICA	Licenciatura	2008	3	3	3	3
QUÍMICA	Licenciatura	2011	3	3	-	-
QUÍMICA	Licenciatura	2014	2	2	-	-
QUÍMICA	Licenciatura	2017	-	-	3	-
SEGURANÇA PÚBLICA	Tecnólogo	2013	-	-	4	-

Fonte: Coordenação de Planejamento Pedagógico e Avaliação Institucional, 2018.

Conforme é demonstrado no quadro acima vê-se mediante análise dos cursos o ICG conseguido grande parte com notas de 4 a 5. Recentemente os cursos de Engenharia Elétrica, Farmácia e Enfermagem obtiveram a nota 4.

2.5 Avaliação das Metas e Ações - Gestão PDI 2014/2018

Com o objetivo de perceber o cumprimento das Metas e realização das Ações propostas no PDI 2010-2014, desenvolveu-se a sua avaliação, destacando-se momentos importantes:

-No processo de autoavaliação realizado pela Comissão Própria de Avaliação - CPA conforme evidencia os “Relatório de Autoavaliação do Uni-ANHANGUERA” postados no sistema e-MEC em março de 2011 e 2013.

- Outro momento de avaliação do PDI 2014/2019 é realizado por meio da Coordenação de Planejamento Pedagógico e Avaliação Institucional no decorrer das “Semanas de Planejamento Pedagógico” quando são avaliadas as propostas pedagógicas, as metodologias propostas e desenvolvidas, as temáticas das semanas pedagógicas, adotadas e encaminhadas as propostas dos docentes na metodologia, sala de aula, relação professor aluno, atividades de extensão, atividades complementares, dentre outros aspectos pedagógicos.

Complementando este processo é realizado também pelos docentes a avaliação de gestão do PDI no que se refere à infraestrutura física e de suporte pedagógico a estes. Esta avaliação consubstancia em “Relatório de Gestão Pedagógica” disponibilizado na Coordenação de Planejamento Pedagógico e Avaliação Institucional.

Assim, constatou-se que a maior parte das metas e dos objetivos traçados no PDI 2010/2014 foram atingidos e, em diversas atividades superadas nestes cinco anos de gestão.

Essas avaliações consubstanciam nas dez dimensões compreendidas na Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), avaliando: (1) ensino, (2) pesquisa, (3) extensão, (4) assuntos estudantis e comunitários, (5) infraestrutura, (6) gestão democrática, (7) qualificação docente e técnico-administrativa, (8) informatização, (9) expansão, e (10) prestação de serviços.

Destaca-se que houve o alcance de objetivos num patamar acima do projetado, sobretudo no que se refere a:

a) A criação do Curso de Engenharia Civil, que tem apresentado uma demanda significativa todos os semestres e promoveu a criação de laboratórios, seleção e contratação de docentes na área, aumento no número total de alunos da instituição, revitalização do período matutino na instituição.

b) Criação do Curso de Arquitetura e Urbanismo demandando a adequação das salas de aulas, construção de laboratórios de desenho, dentre outros;

c) Criação dos Cursos de Farmácia e Enfermagem com implementação de estrutura adequada para os laboratórios na área da saúde já implantados;

c) Inicio de novo turno do curso de Agronomia em decorrência da demanda;

d) Avaliação Positiva do Curso de Direito pela Comissão de Visita in loco, que em 2014 visitou todos os cursos de Direito no país. O curso obteve o conceito final 4, com

Nota 5 no NDE, Corpo Docente e NPJ, o que evidencia o compromisso da instituição na oferta de cursos com qualidade;

e) Aprovação pela Superintendência Regional do Trabalho em Goiás/Ministério do Trabalho e Emprego do Plano de Carreira Docente (PCD);

f) Implantação do PCD e de seleção pública para docentes;

g) Aprovação pela Superintendência do Regional do Trabalho em Goiás/Ministério do Trabalho e Emprego do Plano de Carreira dos Profissionais Administrativos;

h) Implantação do Plano de Carreira dos Profissionais Administrativos;

i) Construção de espaço específico para a pós-graduação;

j) Criação e implementação da Pró-Reitoria de Ensino a Distância;

k) Aprovação de projetos em editais lançados junto a FAPEG;

l) A Criação do Curso de Medicina Veterinária.

Os procedimentos administrativos utilizados para o alcance das ações previstas no PDI 2018-2022 voltaram-se para:

a) participação efetiva do Reitor que possui liderança consolidada no mundo acadêmico e, em Goiás, como professor Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo, com mais de 40 anos de experiência no magistério. Aposentado pela Universidade Federal de Goiás, onde atuou no magistério como Professor Titular da Faculdade de Direito e Coordenador do Programa de Mestrado em Direito Agrário. Como Reitor atua em defesa da missão institucional de construção e disseminação do saber que possibilite a formação integral do educando ancorado na ética, pluralidade e a participação social;
b) o enfrentamento dos desafios do futuro, por meio da realização do planejamento e efetiva informatização, descentralização e modernização do ensino;
c) realização da autoavaliação de forma continuada e permanente e adoção dos resultados da avaliação interna e dos relatórios de avaliação externa, como instrumento de gestão;
d) adoção da política de valorização e qualificação de professores e profissionais administrativos; e
e) melhoria do fluxo de serviços prestados e comunicação com a sociedade, tornando públicos os compromissos assumidos com a comunidade interna e externa, como um todo.

2.5.1 Avaliação das Metas e Ações - Gestão PDI 2018/2022

No que consiste as metas do quadriênio 2018-2022 estão elencadas as seguintes ações esboçadas

1ª) ***Expansão do campus:***

Foi feita uma comissão de estudos para ampliação das áreas que margeiam o Campus e posteriormente foi elaborada a maquete abaixo.

Figura 3 - Maquete do Campus

Fonte: Pró- Reitoria de Comunicação & Marketing, 2017.

Figura 4 - Comissão de Projeto da Maquete

Fonte: Pró- Reitoria de Comunicação & Marketing, 2017.

Quadro 11 - EXPANSÃO INFRAESTRUTURA FÍSICA

CONTRUÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	ÁREA / M2	ANO
Biblioteca e Reitoria	3 pavimentos, térreo, primeiro e segundo andar	6.038,10	2020/2021
Auditório	1.230 lugares (plateia inferior e superior) constituído de foyer, palco, camarins, hall de ensaios, *guest*, sanitários de palco e de público.	3.083,32	2020/2021
Complexo Esportivo	ginásio poliesportivo para 1.000 espectadores sentados em arquibancadas e uma piscina semiolímpica	2.473,14	2021/2022

2ª) ***Ampliação dos Cursos de Graduação:***

No ano de 2017 o Curso de Medicina Veterinária iniciou suas atividades conforme o plano de ação anterior, neste *continuum* o Curso de Medicina está dentre as metas do Centro Universitário que disponibilizará área destinada a Construção do hospital;

Figura 5 - Laboratório de Práticas Veterinárias

Fonte: CPA, 2018.

3ª) ***Articulação da Pós-Graduação e Pesquisa:***

Por meio do Processo do (DINTER) do Centro Universitário de Goiás, articulada à formação continuada dos docentes e corpo técnico administrativo. Assim abre-se campo também à formação discente. Esta é uma parceria com a Universidade Estácio de Sá – UNESA da cidade do Rio de Janeiro, que lançou em 2018, o edital Público de Seleção para o Doutorado em Direito, especificamente em Direito Público e Evolução Social com a linha de pesquisa: *acesso à justiça e efetividade do processo, direitos fundamentais e novos direitos.*

4ª) ***Inovação dos Docentes e Discentes:***

Proposta que será realizada com a Incubadora *Aldeia Anhanguera* intermediando os espaços da sala de aula e laboratórios e a esfera do mercado de trabalho.

Nesse sentido tem-se já nesse momento o trabalho desenvolvido pelas alunas Ana Celia Rodrigues Souza Campos e Suellen Esther Oliveira Alves, orientadas pela Professora Ma. Regina de Amorim Romanchelli, que foi matéria do jornal O POPULAR. O trabalho apresenta uma inovação para o sistema de drenagem urbana para a cidade: ao acoplar nas bocas de lobo, os poços de infiltração que possuem capacidade de aumentar a vazão dos

sistemas, com adequações de baixo custo e alta eficiência, direcionando a água para o lençol freático, contribuindo para a estabilidade do balanço hídrico e redução de enchentes.

5ª) Articulação do Projeto de Iniciação Científica para Pesquisas do NIAU:

Realização de propostas de pesquisas junto ao Núcleo de Inclusão e Acessibilidade do Uni-Anhanguera, envolvendo temas de inclusão por intermédio de Edital.

6ª) Implementação dos Cursos EAD a partir da PROEAD:

A partir do ano de 2019 terão 10 Cursos na Modalidade EAD e a ampliação de Polos até 2020.

3 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI COMO FUNDAMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA IES

3.1 O Projeto Pedagógico Institucional do Uni-ANHANGUERA

Conforme estabelece no novo Decreto Nº 9235 de 15 de dezembro de 2017, em seu Art. 21, II, que altera o Decreto 5.773, de 09 de maio de 2006, art. 16, II, o Projeto Pedagógico Institucional - PPI é parte integrante do PDI e propõe uma reflexão sobre as políticas institucionais e ações educacionais, subsidiando o processo de planejamento e da gestão acadêmico-administrativa.

A elaboração e construção do Projeto Educacional do Uni-ANHANGUERA se referencia nos pressupostos de que ao refletir sobre as políticas institucionais e a concepção de educação, de forma mais ampla, este indica os caminhos que orientarão as metas do PDI e as ações dos PPCs, que se Materializam na percepção da realidade social, no cumprimento dos objetivos e metas propostos, na coerência entre o Projeto Educacional e as práticas educativas, articuladas de forma orgânica na construção da identidade institucional.

Nesse sentido, atento às mudanças contínuas que ocorre nas sociedades contemporâneas, e na brasileira, em particular, o Centro Universitário de Goiás representa um avanço nas ações do ensino superior no Estado e assume o compromisso com a formação que valoriza a universalidade do conhecimento, o fomento à interdisciplinaridade, os valores éticos e o compromisso social centrados na gestão participativa, no profissionalismo e na valorização de recursos humanos.

Em sintonia com este pensamento, e também por considerar imprescindível para a sua história de referência na Educação Superior, o Uni-ANHANGUERA consolida e desenvolve práticas inovadoras, marcas dos tempos de mudanças nas ciências, nas artes e nos costumes, preservando os ideais de formação acadêmica e qualificação profissional com a participação de todos os envolvidos, e a construção de um saber que se constitua em um processo dinâmico e coletivo para uma sociedade em mudança.

A elaboração do PPI exige, portanto, preliminarmente, um diagnóstico, que levará à construção de consensos acerca das diretrizes propostas e indagações colocadas na perspectiva de traçar as alternativas de ação. Para traçá-las, é necessária uma fundamentação teórica (filosófico-pedagógica) que justifique o porquê de sua formulação e os seus propósitos e objetivos – para que vamos fazê-lo?

Estabelecidos os propósitos, há que se conceber a metodologia de implementação, ou seja: Como vamos fazê-lo? A quem se destinará? – Para quem vamos fazê-lo e a quem vamos dirigi-lo?

Certamente, estas e muitas outras questões só poderão ser respondidas pelos membros da comunidade acadêmica do Uni-ANHANGUERA, comprometidos com sua proposta educacional e construtores de sua história, sendo coautores na sala de aula, no ensino, na pesquisa, na extensão, na gestão acadêmica e administrativa.

Mediante tais indagações, o Projeto Educacional do Uni-ANHANGUERA, assume a dimensão de um projeto social mais amplo: de mundo, de sociedade, de homem, de educação, de escola, de currículo, de ensino, de aprendizagem, entre outros, devendo, portanto:

a) expressar uma proposta pedagógica institucional;
b) referenciar uma concepção de formação;
c) desenvolver uma concepção de educação;
d) perceber o contexto social, econômico e cultural no qual se realizará;
e) desenvolver políticas educacionais, mediante as orientações das políticas públicas para a educação superior no Brasil;
f) concretizar-se pela ação integrada de gestores, docentes, discentes e técnico-administrativos.

Expressa, assim, o Projeto Educacional e as relações dialógicas que possibilitarão aos diferentes sujeitos da Instituição nortear os seus projetos e práticas pedagógicas à luz de um referencial de educação comum a toda a comunidade acadêmica. Nesse sentido, ressalte-se o papel dos gestores, dos docentes, dos técnico-administrativos e dos discentes como articuladores e mediadores desse processo.

3.2 A articulação do PDI com os PPCs dos cursos do Uni-ANHANGUERA

É preocupação da instituição manter a articulação do PDI com os PPCs, e nesse sentido, orienta-se pelas Diretrizes Curriculares Nacionais na elaboração dos PPCs, integrando-se com a concepção de educação expressa na Missão da IES e as políticas educacionais de ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, avaliação e gestão propostas no PDI.

3.3 Coerência dos currículos em face das Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs

3.3.1 Libras

A disciplina Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é oferecida como disciplina obrigatória nos cursos de licenciaturas e entre os conteúdos optativos de todos os Curso de bacharelado e tecnologia, em atendimento ao disposto no §2º do artigo 3º do Decreto nº 5.626/2005. A disciplina é ofertada semestralmente na modalidade semipresencial o que possibilita a todos os alunos cursarem.

3.3.2 Educação Ambiental

A dimensão humanística trabalhada na instituição inclui, também, o entendimento de que a humanização das discussões ambientais é essencial à percepção das consequências dos danos e problemas cotidianos ao meio ambiente.

Dessa forma a instituição adota diversas situações didático-pedagógicas para que se viabilizem os objetivos da educação ambiental enunciados pela Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. No art. 5º especialmente no que se refere à transversalidade e a compreensão do desenvolvimento de uma visão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos.

Destacam-se inicialmente as disciplinas ofertadas nos diferentes cursos nas modalidades presencial e semipresencial.

Outra forma são as atividades complementares ofertadas pelo NED-ED de Sustentabilidade e Educação Ambiental, que semestralmente são ofertadas e voltadas para a abordagem ambiental com leituras, interpretação e produção de textos.

Destacam-se também os projetos de extensão: Meio Ambiente e Educação Ambiental e UNISUSTENTAR. Esses projetos têm como objetivo conscientizar toda a comunidade acadêmica quanto a valorização do meio ambiente.

Outra atividade vinculada aos projetos é a realização de palestras sobre educação ambiental nas Escolas e nas Feiras da cidade.

3.3.3 Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena

A temática das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena em consonância com a Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004 é atendida nas disciplinas dos diferentes cursos, destacando-se a disciplina Sociologia que é ofertada em todos os cursos na modalidade semipresencial.

Com a preocupação que a temática das relações étnico-raciais e para o ensino da História e Cultura afro-brasileira e indígena perpasse todos os cursos de forma transversal esta compõe as atividades complementares de ensino ofertadas pelo NED-ED ofertadas semestralmente com atividades online de leitura, interpretação e produção de textos.

A instituição desenvolve Projeto de Responsabilidade Social no qual são contempladas as atividades voltadas para o reconhecimento da cultura Afro-brasileira, destaca-se o Projeto *Vestimentas Africanas e Educação multicultural*.

3.3.4 Direitos Humanos

A instituição tem sua missão voltada aos Direitos Humanos e Cidadania e, dessa forma para o planejamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão têm-se como eixo norteador a proteção dos direitos humanos e a construção da cidadania.

São ofertadas disciplinas optativas que contemplam os debates de Geração de Direitos Humanos e suas críticas, características dos Direitos Humanos, universalidade versus relativismo, Direito Internacional dos Direitos Humanos, Direitos Civis e Políticos. Direitos Econômicos Sociais e Culturais, Tratados Específicos. Sistemas Regionais de Proteção Humanitária, Direitos Humanos no Ordenamento jurídico brasileiro: Constituição Federal de 1988 e Emenda nº 45/2004.

São desenvolvidos projetos de extensão ancorados nas Pró-Reitorias de Ensino Presencial e Ensino à Distância que procuram perpassar a temática dos Direitos Humanos no decorrer dos cursos, dentre esses se destacam-se os seguintes projetos: *Direitos Humanos e Cidadania: Consumidor; Direitos Humanos e Cidadania: Mulher, Criança, Adolescente e Idoso, Trote Cidadão*, dentre outros.

O Núcleo de Educação à Distância (NED EAD) oferece a disciplina de Sociedade e Multiculturalismo, que contempla os temas previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais

do Conselho Nacional de Educação (CNE), em que são trabalhados os Direitos Humanos, com foco na sociedade em seus diversos tipos de formação e concepção social.

Os temas dos trabalhos de final de curso observam os conteúdos curriculares do projeto pedagógico do curso, os quais denotam a vocação da instituição em sua missão: Direitos Humanos e Cidadania. Têm-se ainda os projetos: *Ecos de Eva, mulheres, sistema prisional*.

Houve palestras com a delegada da DEAM, Ana Elisa Gomes Martins, além da disponibilidade da delegada em mostrar o trabalho deles na delegacia, assim como ofereceu uma sala para o trabalho dos alunos.

Os dados coletados no Trabalho de Campo (que contou com um grupo de 9 alunos que estudaram os Boletins de Ocorrência em 2 meses) revelaram que 65 % dos casos (de 2014 a 2017 com aumento de 5 % em cada ano) se inserem no campo da ameaça de violência, o que sendo "cumprida" são destinados os casos para a Homicídios. Este campo de estudos corrobora com as pesquisas *"A cada 11 minutos uma mulher é vítima de abuso no Brasil"* (https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/05/cada-11-minutos-uma-mulher-e-violentada-no-brasil-e-ainda-ha-quem-diga-que-culpa-e-da vítima.html), segundo o Datafolha mais de 500 mulheres são vítimas de agressão física a cada hora (https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/mais-de-500-mulheres-sao-vitimas-de-agressao-fisica-a-cada-hora-no-brasil-aponta-datafolha.ghtml).

3.3.5 Disciplinas em Modalidade Semipresencial.

Com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1.996 e no disposto na Portaria MEC Nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, as Instituições de ensino superior poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semipresencial, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

Caracterizam-se como modalidade semipresencial quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota.

O NED-EAD oferta atualmente 10 (dez) disciplinas na modalidade semipresencial e os cursos a distância de Administração, Ciências Contábeis e tecnólogos em Gestão comercial, Agrocomputação, Tecnologia da Informação, Tecnologia em Gestão de

Cooperativas, Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, Tecnologia em Jogos Digitais, Logística, Sistemas Para Internet.

3.3.6 Atendimento Às Pessoas Portadoras de Necessidades Educacionais Especiais ou com Mobilidade Reduzida

Os espaços físicos, o acesso e a circulação estão implantados, por meio de rampas, piso tátil, instalações sanitárias adequadas, previstas nas plantas arquitetônicas já existentes, de forma a atender pessoas com deficiência em conformidade com o preconizado pela legislação.

Há local reservado para estacionamento de veículo para pessoas com deficiência física.

O Uni-ANHANGUERA conta com intérprete em LIBRAS que auxilia os discentes com deficiência auditiva durante as aulas ou exercícios acadêmicos na instituição, de acordo com o Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

Tendo em vista a política inclusiva a instituição oferece capacitações/cursos aos colaboradores, como curso de Libras básico e BRAILE.

O Uni-ANHANGUERA possui, como uma de suas prioridades, a integração, a acessibilidade, o ingresso e a permanência das pessoas portadoras de deficiência em todas as áreas da comunidade acadêmica. Desta forma, atende a Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, Decreto 5.296/2004 da Casa Civil.

Portanto, assegura aos alunos portadores de necessidades especiais:

- Piso tátil;
- Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do discente, permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo;
- Reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços;
- Rampas com corrimãos, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- Colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas;
- Instalação de boxes especiais para o uso exclusivo dos usuários de cadeira de rodas com barras de apoio nas paredes; e,
- Criação do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade do Uni-Anhanguera (NIAU).

A disciplina Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é oferecida como disciplina optativa, conforme disposto no §2º do artigo 3º do Decreto nº 5.626/2005. Na IES há o Núcleo de acessibilidade e Inclusão do Uni-Anhanguera, ligado a Pró-Reitoria de Ensino a Distância.

Há oficinas *"Iguais + Diferentes"*, com o objetivo de buscar excelência na inclusão e conscientização de todos os discentes. O evento conta com o tema "Inclusão e Acessibilidade", e tem o apoio do Núcleo de Inclusão do Uni-ANHANGUERA-NIAU (Núcleo de Inclusão e Acessibilidade do Uni-ANHANGUERA) e dos Multiplicadores do NED-ED/EAD. A inscrição foi feita pelo Portal do Aluno nos seguintes temas: Sexo Biológico: Expressão de Gênero – o esperado pela sociedade- quebra de paradigmas.

4 POLÍTICAS ACADÊMICAS

4.1 POLÍTICA DE ENSINO

4.1.1 Por uma concepção de Educação

Pensar a concepção da formação universitária a ser oferecida pelo Uni-ANHANGUERA implica, antes de tudo, optar por uma proposta pedagógica referenciada para o futuro da sociedade.

Para isso é necessário repensar o papel social que a Instituição desempenha no contexto em que se insere e concebê-la em suas possibilidades e limitações diante dos desafios que a ela se impõe e lhe são impostos.

A complexidade das sociedades atuais leva as Instituições de Educação Superior a enfrentarem o desafio de, ao mesmo tempo, interpretarem as transformações sociais inseridas no bojo dessas mudanças e constituírem-se como instituições capazes de criar e exercer uma educação que permita ao futuro profissional lidar com a incerteza e, a partir de suas análises, problematizar a realidade, antevendo os problemas a resolver, buscando atender as demandas sociais cada vez mais dinâmicas e complexas.

Do ponto de vista do mundo do trabalho, verifica-se, cada vez mais, que a atuação profissional deixa de ser referenciada nos postos de trabalho, nos cargos, para orientar-se pelos pressupostos das formas mais flexíveis de produção que indica para as Instituições de Ensino Superior que a formação profissional a ser oferecida deverá incluir a orientação para diferentes inserções no mundo do trabalho. Harvey (1992, p. 140) fala das oscilações e das incertezas da vida social e de um novo regime de acumulação, flexível, que se confronta com o modelo fordista e se apoia na "flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo".

Segundo o autor, esse processo de transformação vem acompanhado da "globalização das economias nacionais, com marcas profundas nas relações de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado" (HARVEY, 1992, p. 117).

Assim, há que se reconhecer que as Instituições de Ensino Superior são marcadas pela história, pelas características sociais, culturais, pela organização do Estado, pelos grupos econômicos e políticos a que pertencem e que as tradicionais propostas de qualificação,

originadas no modelo fordista de produção e organização do trabalho, já não dão conta de formar o novo trabalhador; estão superadas diante das novas demandas sociais.

Os novos modos de produção e de organização exigem a unificação entre o pensar e o fazer. Ciência, trabalho e cultura estão intimamente articulados nos processos educacionais, exigindo que o trabalhador/profissional assuma na sociedade, cada vez mais, a sua cidadania. Desse modo, a educação superior afirma-se como espaço de investigação, de formação, de pesquisa, de criatividade, de atividade cultural, capacitando-se, nessa interação histórica, para encaminhar o processo do saber/fazer pertinente a cada área do conhecimento demandada pelo social, para sua continuidade no tempo e no espaço histórico em curso.

O Centro Universitário de Goiás portador de relações que se interpenetram e promovem uma pluralidade dialética entre educação e sociedade, como espaço de desenvolvimento da consciência crítica do ser social assume uma concepção de educação expressa em projetos de iniciação científica, projetos e programas de extensão, programas e ações de responsabilidade social, integração com a sociedade, visando possibilitar ao aluno uma formação acadêmica que ao mesmo tempo em que se amplia o horizonte da educação, propicia um espaço significativo para o reconhecimento de seu valor, não apenas técnico, mas, essencialmente, para a cidadania.

O social, a cultura, as habilidades cognitivas e comportamentais apresentam-se, nos diferentes cursos da instituição como formas de interpretação da realidade e como produto da ação do conhecimento científico e tecnológico, em que a consciência aparece como fator decisivo para a prática social e produtiva nas condições históricas objetivas existentes.

Existe, portanto, no Centro Universitário de Goiás a necessidade de desenvolver processos de reordenação e reestruturação que lhe permita enfrentar as transformações externas, como também os impactos às mudanças no próprio cotidiano institucional.

Esse processo ocorre por meio da autoavaliação institucional, momento de reflexão das características institucionais e de equacionamento de dúvidas e problemas, o que permite à Instituição definir a sua identidade e a qualidade educacional, explicitando o seu compromisso social.

É por esta razão que se torna necessário o princípio educativo da avaliação, que propiciará o exercício de pensar a realidade, por meio de interrogações constantes e norteará um olhar sobre os caminhos e descaminhos da sala de aula, das atividades técnico-administrativas e da infraestrutura, visando promover a mediação com a gestão institucional.

4.2 Concepção de Educação

Considerando a concepção de educação do Uni-Anhanguera de que a proposta pedagógica da instituição deve ser de uma formação referenciada para o futuro da sociedade, entende-se que o universo do presencial e mais recentemente da EAD são constituídos de atores humanos e recursos tecnológicos organizados em rede (cf. LATOUR, 1992) e, dessa forma, possibilita aprendizagem permanente em contínuas trocas de conhecimento, exigindo novas metodologias para uma nova forma de educar.

Com uma longa trajetória e experiência em educação presencial, o Centro Universitário de Goiás estrutura-se para a oferta de educação na modalidade EAD. Este processo inicia-se quando se criou o Núcleo de Estudos Dirigidos (NED ED) com o objetivo de iniciar as atividades que utilizam as Tecnologias da Comunicação e Informação (TICs), e, dessa forma concretizando os anseios de um processo eminentemente social de aprendizagem, em consonância com a Missão da instituição, bem como a missão do Uni-ANHANGUERA virtual de uma formação integral do sujeito na construção do conhecimento que possibilite o crescimento intelectual e o fortalecimento de valores éticos e morais, no qual se destaca a influência da cultura e das relações sociais.

Busca dessa forma desenvolver um fazer pedagógico comprometido com o processo de construção e reconstrução do conhecimento, na perspectiva do aprender a ser, a fazer, a viver juntos e a conhecer[1], unindo as dimensões social e de relacionamento entre teoria e prática, através da contextualização dos saberes.

Nesse sentido, aprender a aprender é um princípio norteador que visa a uma prática pedagógica reflexiva, necessária também para a EAD, em que ocorra a ênfase em estratégias que ofereçam perspectivas de mudanças, construção de conhecimentos gerais e específicos e desenvolvimento de habilidades cognitivas.

Aprender a aprender é saber investigar e buscar elementos que auxiliem na produção acadêmica.

Aprender a ser possibilita a construção e a busca da identidade pessoal e coletiva, estimuladas pelas relações sociais através do desenvolvimento psicossocial, da moral, da ética e da construção do cidadão que pretendemos formar.

Aprender a conviver propicia a construção do desenvolvimento de atitudes, opiniões, crenças, esperanças e representações necessárias à capacidade de iniciativa, de

[1] CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR (1998: Paris, França). Tendências da educação superior para o século XXI . Brasília: UNESCO/ CRUB, 1999.

comunicação, além de permitir propostas de soluções e abertura para o desenvolvimento de valores de qualidade e de produtividade. Nessa convivência, inclui-se a capacidade de realizar trabalhos diversificados, de tomar decisões, de trabalhar em equipe e de conviver com as diferenças locais e regionais.

Aprender a fazer significa o desenvolvimento das habilidades necessárias à atividade profissional, cujas dimensões de prática científica (teóricas e técnicas) precisam ser adquiridas formalmente, ou por meio da vivência de estágio e da prática profissional.

Nessa perspectiva a concepção de educação do Uni-ANHANGUERA considera o aluno como sujeito de seu processo educativo e busca estabelecer um fazer pedagógico comprometido com o processo de construção e reconstrução do conhecimento, que se concretiza no relacionamento entre teoria e prática, por meio da contextualização dos saberes das diferentes áreas do conhecimento.

4.3 Práticas Pedagógicas Inovadoras

O processo de ensino-aprendizagem fundamenta-se nos princípios da pedagogia interativa, de natureza democrática e pluralista, com um eixo metodológico firmemente estabelecido e que prioriza metodologias ativas de ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, os alunos passam à condição de sujeitos ativos desse processo, adquirindo conhecimentos de forma significativa pelo contato com metodologias de ensino voltadas à construção de competências vinculadas ao raciocínio e à reflexão.

Diante desse panorama em 2018/2 na semana de planejamento pedagógico foram desenvolvidas oficinas de metodologias ativas com jogos e a ludicidade, sala de aula invertida, estabelecidas do seguinte modo: **Oficina 1:** Dia 20- Desmistificando as Ferramentas do AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) – Avançado - Laura Peixoto Mota/ Karina Adorno/ Mirian Martinez; O**ficina 2:** Metodologias ativas no Ensino Superior. Professora Responsável: Esp. Michele Paiva. **Oficina 3:** O lúdico na sala de aula: múltiplas possibilidades. Professora: Ma. Thaize Montini Gomes dos Santos Cruz. **Oficina 4:** Diversificando o ensinar: partilhando técnicas pedagógicas. Professor: Esp. Lucas Morais. **Oficina 5:** Apresentando ferramentas para sala de aula (TBL, nearpod dentre outros). Professor: Drº Hugo Delleon da Silva. **Oficina 6:** Metodologias ativas e controles: Ferramenta *kahoot* e controles em *excel*. Professor: Ms. Valdir Mendonça Alves.

Para 2019/2 Palestra de Abertura: "*Mind set* (cabeças pensantes) para uma educação inovadora.", **Oficina 1**- *Desmistificando as Ferramentas do AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem),* **Oficina 2-** *Contando estórias (Storytellers) para os saberes docentes.*

De mão dessas ferramentas, o professor passa a desempenhar o papel de incentivador, garantindo situações que estimulem a participação do aluno no ato de aprender e de orientador, auxiliando a construção do conhecimento.

A pedagogia interativa busca promover um processo de aprendizado mais ativo, capaz de estimular a troca de informações entre professores e alunos e entre os próprios alunos, estimulando a criatividade e levando-os a desenvolver a habilidade de reagir às novas situações que, de maneira concreta, também serão impostas pela prática profissional. Facilita o desenvolvimento dos seus próprios métodos de estudo, aprendendo a selecionar criticamente os recursos educacionais mais adequados, trabalhar em equipe e aprender a aprender.

Destacam-se também como metodologias ativas de ensino-aprendizagem desenvolvidas no Uni-ANHANGUERA as seguintes atividades: aulas dialogadas, dinâmicas de grupo, seminários, casos concretos, leituras comentadas, visitas técnicas, aulas práticas, uso de laboratórios de informática, projetos integradores, pesquisa bibliográfica, elaboração de artigos e iniciação científica.

Também são utilizadas metodologias de ensino baseadas na interação, tais como a discussão; o debate; fóruns; a mesa redonda; as semanas acadêmicas dos cursos, o congresso de iniciação científica, projeto arte e cultura; apresentação de *pôsters* e painéis.

Adota, quando possível, no âmbito dos seus cursos, algumas alternativas didático-pedagógicas, tais como: leituras e projetos interdisciplinares com parceria entre os cursos, seminários e workshops interdisciplinares com a participação de diferentes cursos; e feira do empreendedorismo.

Nesta perspectiva de professor mediador e aluno sujeito, o Uni-ANHANGUERA desenvolve metodologias e práticas inovadoras.

4.3.1 Incorporação de avanços tecnológicos na oferta educacional

A instituição conta com o Núcleo de Educação a Distância (NED) que por meio de seus dois núcleos: Núcleo de Educação a Distância (NED-EAD) e Núcleo de Estudos Dirigidos (NED-ED) oferece tecnologias inovadoras no processo educacional, com a oferta de

atividades complementares e de ensino semipresencial, contribuindo para o aprimoramento do conhecimento e promovendo inserção digital.

Outra forma de avanços tecnológicos na oferta educacional é o Portal Educacional Universitário que é um recurso utilizado para o ambiente de ensino e aprendizado uma vez que permite de forma on-line um diálogo entre alunos e professores, para além da sala de aula. Possibilita o acompanhamento das aulas e a leitura e revisão dos conteúdos por meio do material disponibilizado: textos, slides, vídeos utilizados em sala, bem como o envio de avisos, exercícios on-line e grupos de debates.

Também o PORTAL ANHANGUERA oferece aos alunos acesso à biblioteca, reservar obras; acompanhamento de frequência em sala, notas, a impressão de boletos para pagamento das mensalidades.

Acrescenta-se que foi adquirida a Biblioteca Virtual (Minha Biblioteca, plataforma de acesso a títulos atualizados em qualquer espaço-tempo).

Os professores utilizam do Portal Anhanguera para emissão e elaboração dos diários, lançamento de notas e frequências.

4.4 Parâmetros para seleção de conteúdos e elaboração dos currículos

Os parâmetros para seleção de conteúdo das disciplinas que compõem a matriz curricular de cada curso orientam-se pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de cada área e os princípios pedagógicos expressos no PDI/PPI e nos PPCs, de modo a proporcionar o embasamento teórico, metodológico, prático e atitudinal necessário para o desenvolvimento das competências requeridas para o exercício profissional e as necessidades de mercado contemplando o perfil do egresso.

Referidos parâmetros orientam-se pelo modelo de formação geral, formação humana e formação profissional de acordo com a realidade em que a Instituição está inserida, e com referenciais específicos, tais como:

- SOCIOANTROPOLÓGICO: voltado para os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo será aplicado.
- PSICOLÓGICO: voltado para o desenvolvimento cognitivo do aluno;
- EPISTEMOLÓGICO: voltado para as características próprias das diversas áreas do conhecimento.

Ao proceder à seleção dos conteúdos, os professores deverão observar:

- A PRÁTICA PROFISSIONAL - tomando como base a visão de homem, mundo e educação que orientam essa prática;
- AS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES - essenciais para a formação profissional do aluno;
- A EMENTA DA DISCIPLINA. – Que orienta a teoria a ser ministrada;
- CONTEXTO REGIONAL – que a instituição está inserida;
- PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO - demandas do mercado de trabalho.

No Uni-ANHANGUERA os docentes contam com a participação do NDE e do Colegiado do curso no processo de estruturação dos Planos de Ensino e a seleção de conteúdos no sentido de contribuir para a formação do perfil profissional do egresso, o cumprimento das DCN's e às demandas do mercado de trabalho.

O acompanhamento dos conteúdos propostos em cada disciplina e das metodologias de abordagens é de responsabilidade da Coordenação de Curso, do NDE e do Colegiado do curso com orientação e apoio da Coordenação de Planejamento Pedagógico e Avaliação Institucional.

Os Planos de Aulas são disponibilizados no Portal Educacional, possibilitando o acesso da Coordenação de Curso, do NDE e do Colegiado do curso para a leitura, avaliação e sugestões aos docentes.

Já a concepção do currículo tem como ponto de partida o atendimento à legislação pertinente aos Cursos de Bacharelado, Licenciatura e Superior de Tecnologia. Orienta-se pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, pelo PPC, o contexto regional que a instituição está inserida, o perfil profissional do egresso, as habilidades e competências necessárias para cada área de formação.

A seleção das disciplinas, da carga horária específica para cada uma delas, das ementas e das bibliografias é estabelecida conforme o entendimento e reconhecimento das necessidades do mercado.

A sua atualização leva em conta as necessidades e características da comunidade na qual a instituição está inserida, sempre buscando a formação de um profissional que contribua para a melhoria da realidade, e que faça a diferença em sua profissão.

Junto com a Coordenação do Curso, cabe ao NDE e ao Colegiado, também no processo de elaboração dos Currículos dos Cursos, participar na concepção e estruturação dos

referidos Currículos no sentido de contribuir para a formação do perfil profissional do egresso, bem como para o cumprimento das DCN's.

Para a revisão dos currículos são observadas:

- Coerência do currículo/ objetivos do curso/ perfil do egresso/ diretrizes curriculares;
- Adequação da metodologia de ensino aos pressupostos teóricos do curso;
- Integração entre as diferentes disciplinas;
- Adequação das ementas e conteúdos;
- Adequação da carga horária do curso;
- Adequação, atualização e relevância da bibliografia.

O Centro Universitário de Goiás assume o compromisso com a formação que valoriza a universalidade do conhecimento, o fomento à interdisciplinaridade, os valores éticos e o compromisso social centrados na gestão participativa, no profissionalismo e na valorização de recursos humanos.

A estruturação dos conteúdos curriculares supõe a elaboração de uma seleção, um recorte intencional que sempre tem, explicita ou não, uma lógica justificante. Essa seleção de conhecimentos, atitudes, valores e metodologias, considerados importantes, têm por referência determinados destinatários e contextos, do estado do conhecimento científico e da realidade cotidiana da cultura local. A referida seleção é, portanto, um processo coletivo, pois selecionar, classificar, distribuir e avaliar conhecimentos mobiliza as múltiplas representações que percorrem os espaços culturais.

No Uni-ANHANGUERA os conteúdos são selecionados tendo em vista o perfil do egresso, as competências e habilidades a serem desenvolvidas, respeitada as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) da área de cada curso. Nessa seleção devem ser observados alguns critérios gerais, entre os quais cabe destacar:

- Missão institucional;
- A concepção do curso, seus objetivos e perfil desejado para os egressos, de acordo com o seu projeto pedagógico;
- Contribuição social, com vistas a cooperar com o atendimento das necessidades e condições regionais;
- Atualidade, caracterizada pela incorporação de novos conhecimentos produzidos e pela releitura sistemática dos disponíveis, com referência a padrões regionais,

nacionais e internacionais do avanço científico-tecnológico e à universalidade do conhecimento;

- Contribuir para o desenvolvimento intelectual dos alunos, permitindo-lhes lidar com mudanças e diversidades de ordens diversas, bem como a busca, avaliação e seleção de novas informações em diversificadas fontes;
- Interdisciplinaridade e multidisciplinaridade no desenvolvimento dos conteúdos, possibilitando a abordagem dos estudos sob diversos olhares, incluindo a perspectiva da análise teórica, de questões contemporâneas e da dimensão sociocultural;
- Conteúdos estruturantes de diferentes campos de conhecimento, com maiores possibilidades de integração horizontal entre as diferentes áreas de estudos e integração vertical, passíveis de organizar a aprendizagem do aluno em níveis crescentes de complexidade.

A cultura, os interesses e as características dos alunos, também, são critérios considerados na seleção e na organização dos conteúdos ministrados nos cursos oferecidos pelo Uni-ANHANGUERA.

4.5 Referenciais do Projeto Educacional do Uni-ANHANGUERA presencial e EAD

Em consonância com a Missão institucional, a concepção de educação nas modalidades presencial e a distância, do Uni-ANHANGUERA se referencia nos seguintes princípios:

a) Referenciais para uma política de ensino:

a) formação ética e educação para a cidadania;
b) construção do conhecimento pela interdisciplinaridade;
c) docentes e discentes - sujeitos ativos do processo educacional.

b) Política de pesquisa, extensão e responsabilidade social:

a) consolidação do ensino com projetos de pesquisa e projetos e programas de extensão;
b) responsabilidade social no ensino superior;
c) articulação com os diversos setores da sociedade.

d) criação no site institucional do campo Gestão de Projetos em que se podem visualizar todas as atividades de projetos da IES.

c) Política de avaliação institucional:

a) avaliação como instrumento de gestão que orienta a tomada de decisões.

d) Gestão administrativa

a) Gestão participativa, com valorização dos gestores, docentes, e profissionais administrativos.

Estes princípios propostos objetivam possibilitar ao Uni-ANHANGUERA avançar, de modo articulado, na realização das atividades relacionadas ao ensino presencial e EAD, à pesquisa, à extensão, à avaliação, à gestão e às práticas sociais que concretizam a qualidade educativa, possibilitando transformá-la em práxis emancipadora[2].

4.6 Referenciais para uma política de ensino

4.6.1 Formação ética

Por compreender que o conhecimento não é neutro, bem como suas formas de produção e disseminação, o Centro Universitário de Goiás concebe a atividade de ensino em um sentido amplo, que transcende a necessária formação técnica e de competências. Seu objetivo é contribuir para a formação de um cidadão imbuído de valores éticos que, com competência técnica, possa atuar no seu contexto social de forma comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

É indispensável, portanto, em suas políticas para o ensino, a compreensão que na Educação Superior, um dos princípios fundamentais é formar sujeitos éticos que possam interferir na sociedade. Onde quer que atue - no mundo do trabalho ou nas relações familiares - o aluno, futuro profissional, precisa agir com consciência, liberdade, responsabilidade, justiça e autonomia, respeitando a dimensão do outro, sua cultura e história.

[2] *Práxis* compreendida como uma prática que expressa a teoria, ou teoria na ação, ação esta, essencialmente humana, porque apenas o homem é capaz de realizar uma atividade refletindo sobre a mesma e transformá-la.

O investimento na formação de valores é expresso na proposta pedagógica dos cursos norteando as ações da Instituição, com a realização das atividades práticas, destacando-se:

Os Núcleos de Práticas;

- Programas de Direitos Humanos e Cidadania;
- Programas e projetos de educação ambiental;
- Programas e Projetos de Responsabilidade Social;
- Laboratórios de práticas;
- Atividades complementares presenciais e EAD;
- Semanas dos Cursos.

Com propostas que integram teoria e prática a instituição promove, em cada curso, o fortalecimento na formação do discente com ações de cidadania e de valores éticos. Também nas matrizes curriculares, nos planos de ensino, nas atividades complementares, nos programas e projetos de extensão está expresso o comprometimento da instituição com a solidificação de uma formação ética, uma vez que: "ninguém pode ensinar, verdadeiramente, se não ensina alguma coisa que seja verdadeira ou válida a seus próprios olhos" (FORQUIN,1993, p.9).

A concretização dessas práticas, no âmbito dos Cursos, está em consonância com a MISSÃO INSTITUCIONAL e consolida o perfil do egresso.

Desde 2017 sendo consolidado em 2019 o Centro Universitário de Goiás Uni Anhanguera sedia o CEP Uni-ANHANGUERA com o número 9429 enviado pelo CONEP (Conselho Nacional de Ética em Pesquisa).

4.6.2 Educação para a cidadania: Direitos humanos, Educação Ambiental e Relações Étnicorraciais.

Por mais de 70 anos ficou gravada na memória dos judeus e outras minorias étnicas as perseguições na Segunda Guerra Mundial e as marcas da xenofobia. Muitos testemunhos começaram a escrever mais recentemente a história de suas vidas entrelaçadas de desrespeito aos Direitos humanos em todas as dimensões possíveis e inimagináveis. Também as discussões que perpassam esse período histórico são entremeadas de correlações com os mais de 200 anos de escravidão no Brasil, nos quais os direitos naturais à vida, liberdade e

dignidade humana dentre outros foram vilipendiados. Nesse sentido, realizam-se projetos que perpassam todos os cursos, entre eles os de Leitura Interdisciplinar e que são reforçados nos TCC ´s pelo condão da ética nas pesquisas.

O Centro Universitário de Goiás entendendo que a transdisciplinaridade dessas questões é a ancoragem da ética esboçada em nossa missão e no mote do brasão, busca no trabalho institucional (ensino, pesquisa e extensão) corresponder às políticas de enfoque nas minorias. Na sala de aula, nas semanas de curso e de responsabilidade social, nas atividades complementares (Anhanguera é show: curso de Capoeira), é destacada a preocupação com a diversidade étnicorracial.

O reconhecimento da diversidade constitui-se em uma ação Pedagógica fundamental na contemporaneidade e vem exigindo dos professores reflexões sobre a pluralidade do povo brasileiro e do papel da instituição escolar. Assim, a formação universitária deve se voltar à diversidade, à inclusão social e ao espaço escolar, observando a melhoria na qualidade do ensino, expressa em atitudes democráticas e éticas na participação da vida social.

Em maio de 2016 o Centro Universitário de Goiás recebeu a economista Nannete Blitz Koning que trouxe o relato de sua história de vida, tecendo a partir do holocausto, uma das feridas maiores em termos de lesão dos direitos humanos que a civilização ocidental conheceu. Houve a participação de alunos de vários cursos, fundamentalmente do Direito, de 1500 discentes, que anteriormente realizaram vídeos e a leitura do livro “Eu sobrevivi ao Holocausto”, dentro do *projeto leitura interdisciplinar*.

Nannete Blitz Koning que escreveu “Eu sobrevivi ao holocausto”, é testemunha, por ter sido colega de Anne Frank, encontrando-a no campo de Bergen Belsen. A pesquisa de Nannete lançou uma dúvida quanto à data da morte de Anne Frank (oficialmente em março de 1945), alterando para janeiro de 1945, o encontro das jovens amigas irreconhecíveis dadas as situações sub-humanas nas quais se encontravam (https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/anne-frank-morreu-um-mes-antes-do-que-se-pensava-diz-pesquisa-15771919).

Nessa interação histórica, para encaminhar o processo do saber/fazer pertinente a cada área de formação demandada pelo social, o conhecimento é considerado um bem social, que se referência na participação democrática, na efetivação da cidadania, na construção da autonomia e, sobretudo, na intervenção social ética.

Trata-se de, pedagogicamente, dar a sustentação necessária para a missão da educação superior, formando indivíduos bem informado(a)s e profundamente motivado(a)s,

capazes de pensar criticamente e de analisar os problemas com a sociedade, procurando suas soluções e aceitando as responsabilidades sociais daí decorrentes. Aspira-se, ainda, que sejam capazes de pensar, criticamente, as mudanças que se operam na sociedade e que tenham habilidades para transitar nas diferentes regiões do saber, aceitando as responsabilidades sociais daí decorrentes.

Articula-se, dessa maneira, a qualidade formal (conhecimento inovador) à educação para a cidadania, diversidade e relações étnico-raciais aliando formação e qualificação profissional com o exercício pleno da cidadania e o compromisso responsável pelo bem social.

As políticas de inclusão, em consonância com a Lei 10.639/03 perpassam nos diferentes cursos em disciplinas por meio dos projetos de extensão e de Responsabilidade Social, disciplinas optativas e atividades complementares na modalidade EAD.

Já a educação ambiental em consonância com a Lei n 9.795, de 27 de abril de 1.999, é atendida nas disciplinas de Legislação, nos projetos de extensão e de Responsabilidade Social, como disciplinas optativas e atividades complementares na modalidade EAD.

Projeto Uni Sustentar 2015 a 2017: A interface sustentabilidade e ações interdisciplinares é a tônica deste projeto denominado Uni-Sustentar: por uma Anhanguera Sustentável. Pensando nas microrrelações cotidianas (agir local) e no paradigma da complexidade, da continuidade e unidade do ser e do ambiente totalizante que envolve o profundo tecido do ecossistema (pensar global) é que se centrou tal estudo. Destaca-se também o agir pedagógico pelo tensionamento e dialética que a experiência da interdisciplinaridade traz: a troca de saberes e conhecimentos partilhados.

Os acadêmicos dos Cursos de Agronomia, Arquitetura, Gestão Ambiental, Direito e Publicidade em fórum de debates acadêmicos ao longo do período 2013-2017 tomando como referência a Educação Integral (modelo utilizado pela Universidade de Stanford) aliaram os seus saberes (uni) com formas de gestão ambiental, objetivando “limpar a casa” dos vícios da modernidade (sustentar): o que fazer com excesso de dejetos, como ampliar a educação ambiental neste contexto e de que forma envolver os gestores e comunidade acadêmica.

As implantações advindas desta fase de reflexão e pesquisa foram a alocação de coletores de resíduos para o Centro Universitário de Goiás, Uni-ANHANGEURA, o envolvimento dos agentes responsáveis pela coleta seletiva do centro universitário, a elaboração das hortas feitas com garrafas pet e a utilização dos resíduos das construções.

Também aplicaram as tecnologias para um saber sustentável concretizado no vídeo e maquete virtual. Neles são vistas ações tais como a sugestão para captação da água da chuva a ser utilizada e o teto de placa solar.

Ademais se destaca o aplicativo para pesquisa de campo sem a utilização de papel em que os questionários foram disponibilizados nos celulares dos entrevistadores e repassados para o aplicativo que fez o cruzamento dos dados. Conhecimento e tecnologia em prol do bem viver da comunidade Anhanguera, este foi o aprendizado com a elaboração do Uni-Sustentar, simbolizado pela Sigla ESA, Educar, Sustentar, Aproveitar.

4.6.3 Construção do conhecimento pela interdisciplinaridade

Para concretizar, no processo educativo, os referenciais propostos na construção do conhecimento pela interdisciplinaridade é necessário que se realize uma leitura crítica da prática educacional fragmentada que, embora tenha possibilitado, pela especialização, alguns aprofundamentos e avanços nos níveis de produtividade científica, a abordagem das disciplinas, sem relação entre si, torna-se cada vez mais difícil a compreensão dos fenômenos estudados, em sua forma específica e na relação articulada com o pensamento social e global. Para Morin (1994, p.79), “a ciência tornou-se cega pela sua incapacidade de controlar, prever e, mesmo, de conceber o seu papel social e pela sua incapacidade de integrar, articular e refletir seus próprios conhecimentos”.

A necessidade de romper com as tendências fragmentadora e desarticulada do processo do conhecimento justificam-se pela compreensão da importância da interação e transformação recíprocas entre as diferentes áreas do saber. Essa compreensão crítica colabora para a superação da divisão do pensamento e do conhecimento, que coloca o ensino como processo reprodutor de um saber parcelado que, consequentemente, muito tem refletido na profissionalização nas relações de trabalho, no fortalecimento da predominância reprodutivista e na desvinculação do conhecimento do projeto global de sociedade.

O trabalho interdisciplinar e coletivo permitirá o desenvolvimento de uma capacidade de análise e produção de conhecimentos com base em uma visão multidimensional e, portanto, mais abrangente sobre o objeto de estudo. Ele corresponde a uma nova consciência da realidade, a um novo modo de pensar, que resulta em um ato de troca, de reciprocidade e integração entre áreas diferentes de conhecimento, visando tanto a produção de novos conhecimentos, quanto a resolução de problemas, de modo global e abrangente.

A necessidade de romper com a fragmentação no processo educacional, seja nas atividades e conteúdos estanques, que apenas se justapõem, ao invés de integrar-se, seja na falta de articulação das diversas atividades institucionais, e destas com a comunidade, leva o Uni-ANHANGUERA a desenvolver ações que implicam em interações entre as disciplinas, que propiciem a integração recíproca dos conceitos fundamentais, da teoria do conhecimento, da metodologia, dos dados da investigação e do ensino.

Na perspectiva multidisciplinar são realizados, também workshops, semanas integradoras, oficinas pedagógicas que buscam o estabelecimento de uma intercomunicação entre as disciplinas e entre os cursos, enriquecendo, dessa forma, a interação com a sociedade, nos processos de investigação científica, consolidando o tripé ensino-pesquisa-extensão.

As ações multidisciplinares e interdisciplinares contemplam os projetos de leituras acadêmicas, em todos os cursos, também o cine pipoca no qual é feito o debate acerca de um filme escolhido naquele semestre, acrescentam-se apresentações com debates, atividades no portal do aluno, fórum, elaboração de *papers* e confecção de maquete relacionada com os livros dos vários cursos.

O Projeto Leitura Interdisciplinar do Direito tem como um de seus exemplos a Escritora e Promotora de Justiça Luiza Nagib Eluf com o seu “A paixão no banco dos réus” que aborda as relações de gênero e os crimes “passionais”, criticando o termo, abordou o feminicídio. Assim como as ações inovadoras dos Cursos de Engenharia Civil e Elétrica com a leitura do livro “Eu, robô” que sedimentaram a adoção de projetos de robótica com o êxito de elaboração de teclas de computadores para PNE´s assim como os óculos virtual.

Dentro das áreas da saúde a implementação de projetos de extensão com o *cose play*, humanizando estes espaços a partir da entrada de personagens fantasiados no âmbito hospitalar, também a *gameficação* em cursos como Arquitetura. O lúdico, o interativo e o humano na seara do Ensino Superior.

4.6.4 Docentes e discentes – sujeitos ativos do processo educacional

A organização e a gestão da Instituição de Ensino Superior integram o processo formativo na sua plenitude e, neste sentido, reconhecem o aluno e o docente como agentes ativos e corresponsáveis pelas ações desenvolvidas. Tal postura supera a organização do ensino centrado na mera transmissão da informação pelo docente, que tende a reduzir o estudante a um sujeito destinado a receber, passivamente, o conhecimento. A compreensão da ação educativa como um processo abrangente, no qual está presente a relação

docente/aluno/conteúdo, requer um encaminhamento do processo ensino-aprendizagem de tal maneira que objetivos, conteúdos, estratégias, recursos, o papel do docente e do discente estejam intimamente relacionados.

Ao professor cabe a responsabilidade de recriar o conhecimento e orientar os alunos para que persigam e realizem o mesmo objetivo. Orientar significa agir numa instância crítica e instigadora.

Para atingir esse objetivo, torna-se necessário conceber a atividade de ensino e suas articulações com a pesquisa, a extensão, as atividades complementares, os trabalhos de conclusão de cursos e entender que aprender não é estar em atitude contemplativa ou absorvente frente aos dados culturais da sociedade, mas sim, estar envolvido na sua teia de interpretações e visões de mundo.

Com esta concepção de ensino e suas articulações é que o Centro Universitário de Goiás promove:

- Formação continuada em gestão educacional para coordenadores e diretores, com encontros semestrais;
- Formação continuada, com temáticas específicas, visando atender as demandas identificadas na auto- avaliação para os docentes por meio de workshops, palestras, oficinas e minicursos;
- Semana Pedagógica, com a participação dos docentes e gestores, no início dos semestres, dividida em dois momentos: palestra de integração com temática contemporânea e reuniões e/ou palestras específicas por cursos;
- Orientação e aprimoramento de recursos tecnológicos para melhor aproveitamento das ferramentas do Ambiente Virtual de aprendizagem. Estes momentos são coordenados pela equipe do NED;
- Apoio e incentivo para formação em cursos ministrados por outras IES.

É necessário problematizar o conhecimento, envolvendo o professor e o aluno na tarefa de investigação que tem origem e/ou se destina à prática social e profissional. Isso significa dizer que a metodologia do “aprender a aprender” é um caminho capaz de desenvolver as habilidades e competências necessárias à solução dos problemas advindos da constante mudança da sociedade. Tal metodologia deve levar a uma formação em que o aluno e professor são sujeitos ativos do processo educacional na relação de ensino/aprendizagem.

Esta concepção de ensino-aprendizagem pressupõe que tão importantes como a sala de aula são as ações de responsabilidade social, as visitas técnicas, o diálogo com a

sociedade por meio das realizações de feiras, workshops, de projetos e programas de extensão, as atividades complementares, os trabalhos de conclusão de cursos, o uso dos laboratórios, a participação em seminários, painéis, debates e projetos culturais, dentre outros.

O professor exerce papel fundamental, uma vez que é de sua responsabilidade a condução do processo ensino/aprendizagem como fruto das interações entre o sujeito e o meio social. Cabe-lhe, assim, como parte integrante deste meio, além de aprender continuamente, orientar e intervir na aprendizagem do aluno.

Aprender significa a reconstrução ativa de soluções, o que inclui, fundamentalmente, uma dimensão pessoal criadora. Esta visão de aprendizagem contrasta, frontalmente, com a da formação de hábitos por vias mecânicas de treinamento repetitivo.

Cabe, dessa forma, ao professor fazer a mediação entre conhecimento e prática social, considerando que este é o gestor do processo de ensino e, junto com seus alunos, deve garantir a unidade ensino/aprendizagem.

Na perspectiva de professor mediador e aluno sujeito, o Uni-ANHANGUERA desenvolve ações de avaliação institucional, com retorno individual aos docentes, a autoavaliação dos discentes, a realização de oficinas pedagógicas, com apresentação de metodologias e práticas inovadoras, seminários, palestras e disponibiliza, também, o Núcleo de Apoio ao Docente-Discente e Administrativo aos professores e alunos da Instituição.

4.7 Políticas de pesquisa, extensão e responsabilidade social

4.7.1 Política de pesquisa

A Instituição de Ensino Superior deve se preocupar em ensinar, valendo-se do espírito da pesquisa, o que significa trabalhar com a indagação e com a dúvida científica, instrumentalizando o aluno a pensar e a ter independência intelectual, que lhe possibilite a construção e a busca contínua do próprio conhecimento.

A institucionalização da pesquisa e da iniciação científica contribui para o desenvolvimento de formas de pensamento que asseguram aos acadêmicos maior clareza no pensar, no desenvolvimento do pensamento crítico e independente.

Em todas as suas dimensões a pesquisa e a iniciação científica promovem a qualificação do corpo docente e discente e, dessa forma, constituem-se como elementos de ampliação e aprofundamento dos conhecimentos desenvolvidos em sala de aula.

Há no Centro Universitário de Goiás a preocupação com a problematização da prática social, dos desafios históricos que ocorrem nos diferentes espaços, na leitura da realidade e nas diferentes formas de intervenção na sociedade. Realiza-se, assim, o "ensino com pesquisa", configurando-se a desejada articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

O ensino com pesquisa é fecundo e leva o aluno a refletir, criticamente, sobre o conhecimento e o aprender, se reconhecendo como um sujeito histórico, participante e ativo na produção deste conhecimento, em que ele se torna coautor desta construção, reafirmando sua autonomia e identidade individual e social; torna, também, as aulas mais significativas e favorece, inclusive, a qualidade e consistência dos projetos de iniciação científica, bem como dos trabalhos de conclusão de curso.

O Uni- ANHANGUERA empenha-se em desenvolver o "ensino com pesquisa", bem como ampliar e facilitar o acesso da sociedade aos conhecimentos gerados pela Instituição, por meio do Programa de Iniciação Científica que tem por objetivos:

1. Estimular a produção científica e tecnológica no Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA, fortalecendo o tripé Ensino – Pesquisa – Extensão;
2. Permitir o despertar da vocação científica dos alunos de graduação, prepará-los para a pós-graduação, estimulando a formação de novos pesquisadores;
3. Estimular o corpo docente a elaborar, conduzir e orientar projetos de pesquisa;
4. Permitir o intercâmbio científico e tecnológico entre docentes e discentes da instituição e com outras instituições de ensino e pesquisa;
5. Estimular a divulgação da produção científica do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA
6. Valorizar o papel do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA perante a sociedade.

Com o objetivo de incentivar elaboração de projetos e propostas de pesquisa e envolver os alunos em projetos de iniciação científica que estejam em consonância com os princípios institucionais e expressos em seus marcos regulatórios a instituição mantém em fluxo contínuo a abertura de projeto de pesquisa no âmbito da iniciação científica e concretiza essa proposta com a realização anual da Convenção de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX, que abriga 4 eventos simultâneos: Congresso de Iniciação Científica, Programa de Iniciação Científica (PIC), *Ensinagem* e Extensão, Exponegócios. (envolvendo todos os professores da instituição, cursos de graduação, pós-graduação e sequenciais).

A política de pesquisa institucional do Centro Universitário de Goiás, avançou e no ano de 2017 implementou o PIBIC (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação

Cientifica), qualificando a pesquisa com a inclusão de todos os cursos, tecnólogos inclusive, com coordenadores com titulação de doutor oferecendo de cinco a dez vagas a depender do curso para os discentes, todas remuneradas. A produção cientifica iniciou com o projeto guarda-chuva *Mídia, Imagem e Cidadania* em que os alunos se inscreveram passando pela prova de currículo, produção de texto e histórico escolar.

A partir desse projeto, cada coordenador desenvolveu um projeto específico por área levando em consideração a área de conhecimento a qual o curso pertence e para o ano de 2018 os resultados da pesquisa foram demonstrados em Congresso de Iniciação Cientifica no mês de novembro, bem como, através de publicações.

Foram enviados 18 artigos para submissão em revistas nacionais e internacionais e 2 e-BOOKs intitulados Cidadania v.1 e v.2. Também no âmbito da pesquisa, a Instituição conta com uma revista científica com o objetivo de apoiar formas de divulgação dos resultados das pesquisas e colaborar com o incremento da ciência em termos gerais a **Revista Anhanguera**, indexada na base *qualis* B4 com quase duas décadas de veiculação. A Revista Anhanguera na atualidade se constitui em importante veículo de publicização das pesquisas realizadas no âmbito da Instituição e pesquisas realizadas em outras IES.

A partir do ano de 2017 o Uni-ANHANGUERA em parceria com o CIIQ – Congresso Internacional de Investigação Qualitativa publica a Revista Anhanguera Edição Especial Pesquisa Qualitativa onde artigos selecionados pelo Congresso são publicados na revista no idioma nacional (português) e em espanhol. Artigos de pesquisadores do Brasil, de Portugal, da Espanha, do México e da Argentina, apenas para citar alguns países participantes.

Em seu segundo volume, a Revista Anhanguera Pesquisa Qualitativa objetiva colaborar com as pesquisas e as metodologias de pesquisa e de análise qualitativa buscando incrementar o interesse por esta área do conhecimento.

4.7.2 Política de extensão e responsabilidade social

a) Política de Extensão

Tradicionalmente, a relação entre a universidade e a sociedade, se concretiza pelo compromisso social da IES e a reflexão sobre a dimensão social do ensino e da pesquisa por meio da extensão universitária. Os programas e projetos de extensão contribuem para viabilizar a relação transformadora entre a Instituição de Ensino Superior e a sociedade,

tornando-se, em geral, os canais de interlocução entre as duas, a fim de que a realidade social seja representada na sua totalidade.

O Centro Universitário de Goiás, consciente dos objetivos democráticos da Extensão como forma de relação da instituição com a sociedade, promove de forma significativa ações e projetos de extensão nas diversas áreas do conhecimento, destacando-se os projetos:

- Diretos Humanos e Cidadania;
- Ecos de Eva;
- Projeto Mulheres;
- Projeto Visita Prisional;
- Defesa do Meio Ambiente;
- Circuito Cultural e Ambiental
- Feira das profissões;
- Responsabilidade Social;
- Atendimento à comunidade pelo Núcleo de Prática Jurídica;
- Horta comunitária.
- Projeto Veredas realizado em parceria entre o Centro Universitário de Goiás e a Universidade Federal de Goiás
- O Projeto Arte e Cultura: teatro, capoeira, dança de salão são algumas das atividades que a IES disponibiliza para colaboradores e alunato, sem custos.

O Centro Universitário de Goiás Uni-ANHANGUERA, desafiando a partir da história de seus mantenedores (docentes de instituições de ensino superior por mais de 40 anos) os tempos de obscurantismo e aridez em torno da Educação Superior Pública, bem como a da Superior Privada, ainda à mercê dos desencontros ministeriais, investe neste momento de aprendizado entendendo-o como o de formação de seu pessoal discente, estimulando a crítica e o trabalho acadêmico de suas cabeças pensantes, oportunizando saberes compartilhados, sob o primado da ciência. Sendo, portanto, um norte para futuras pesquisas sob o ponto de vista da produção científica em seu viés teórico e metodológico.

Novos tempos com olhares antigos entravam a nossa capacidade de vislumbrar um melhor caminho para a formação acadêmica, já que as humanidades (o carro chefe da Instituição, a saber a Uni-Anhanguera) em torno das disciplinas que compõem os cursos de Direito ou Contábeis, a exemplo, tem sido desestimuladas para o viés tecnicista de formação média,

"educar o povo para ser a massa trabalhadora" porque temos no Brasil a "mania de querer ter um curso superior".

Como é sabido entre os pesquisadores em torno do fluxo de alunos que se dirige às Faculdades, Centros Universitários e Universidades com fins lucrativos, o perfil discente é o de classe B e C, em sua grande maioria. Estes dados implicam em uma análise de que contribuímos, no Centro Universitário, por mais de 47 anos, enquanto formadores e propulsores da transformação social para o município de Goiânia e regiões contíguas.

Nesse sentido é possível destacar como exemplo de tal realidade o projeto Veredas, que coaduna com o norte de valores e princípios da IES associados aos princípios da UFG conforme o seu Plano de Desenvolvimento Institucional: *a ética, tradição, trabalho e Conhecimento* (grifo nosso), que como se nota, desafiam o pensamento anacrônico que tomou conta do país.

A missão que se compartilha na IES e que se correlaciona com a da UFG traz em seu escopo os seguintes dizeres:

> Contribuir para a construção e a disseminação do saber e para o desenvolvimento da sociedade, proporcionando a formação integral do educando, garantindo-lhe o crescimento intelectual e o fortalecimento de valores éticos e morais, essenciais ao comprometimento profissional e ao exercício pleno da cidadania.

b) Política de Responsabilidade Social

Nos últimos anos, cresceu, nos diferentes âmbitos acadêmicos, o debate sobre a Responsabilidade Social Universitária, dada a sua contribuição para a formação de estudantes e comunidades socialmente responsáveis.

Jimenez [et al.] explica sobre o conceito de Responsabilidade Social:

> Entendemos por Responsabilidade Social Universitária a capacidade que possui a universidade de difundir e colocar em prática um conjunto de princípios e valores, gerais e específicos, por meio de quatro processos considerados chaves: gestão, docência, pesquisa e extensão universitária, respondendo socialmente, desta forma, perante a própria comunidade (JIMENEZ, 2006 p.33).

Nesta perspectiva, o Centro Universitário de Goiás abrindo-se ao ambiente externo promove a constante integração academia e comunidade social por meio dos projetos:

- Responsabilidade Social – um ato de respeito ao próximo:
- Dia da Responsabilidade Social – Goiânia;
- Projeto Integrar;

- Dia de Inclusão;
- Trote Cidadão;
- Núcleo de Acessibilidade Uni- ANHANGUERA;

Destaca-se o Compromisso da instituição com os programas de inclusão social, ação afirmativa e inclusão digital:

- Levantamento da História das Comunidades de Terreiros, Ciganas e das Congadas na cidade de Goiânia;
- Resgate da Cidadania de Mulheres Negras por meio da Cultura Afro-Brasileira;
- Alfabetização de Jovens e Adultos;
- Projeto Mulheres;
- Movimento Anhanguera – Inclusão digital – NED;
- Projeto de inclusão digital junto à Polícia Militar do Estado de Goiás – NED;
- Uni-Sustentar vinculado à Coordenação de Planejamento Pedagógico e Avaliação Institucional;
- Ecos de Eva: reavaliando a Lei Maria da Penha em Goiânia, também vinculado à Coordenação de Planejamento Pedagógico.

Também são realizadas ações de responsabilidade social, que permitem a Integração da instituição com a sociedade, destacando-se:

- Fomento de projetos culturais, por meio da Lei de Incentivo a Cultura do Município, em torno de 40 projetos anuais;
- Atendimento jurídico à comunidade carente, por meio do Núcleo de Práticas Jurídicas;
- Dia da Responsabilidade Social, envolvendo todos os cursos e a comunidade em diferentes ações conforme projeto unido à Feira das Profissões desde 2015.

A responsabilidade social também está expressa na preocupação da instituição com a qualidade de trabalho de seus funcionários administrativo com o oferecimento de:

- Bolsa de estudo integral para funcionários da IES;
- Bolsas de Estudos proporcional para familiares de funcionários.
- “Invasão” em hospitais;
- Projetos *Gelaleitura (*projeto ler-devolver)

Quadro 12 - Projeto Responsabilidade Social na palma da mão Setembro de 2019

Ações e Cronograma (*)

Curso	Ação	Data
Agronomia/ Gestão Ambiental/ Pedagogia	Palestra Agricultura Familiar e educação no Campo	19 e 20/09
Agronomia/ Gestão Ambiental/Biologia	Dicas de Hortas em Pallet e Agroecologia	19 e 20/09
Engenharia Elétrica/ Engenharia Civil/ADS	Oficinas de Dicas de economia de Energia Elétrica/ Cimento Permeável/Desenvolvimento Sustentável	19 e 20/09
Administração e Contábeis	Economia financeira- palestra	19e 20/09
Direito	Atendimento da Prática Jurídica	19 e20/09
Química e Farmácia	Fármacos, produtos de limpeza e outros: a química da vida prática	19 e 20/09
Tecnólogos	Orientações da Educação Profissional e Segurança Pública	19 e 20/09
Publicidade e Propaganda	Seja um Youtuber	19 e 20/09
Enfermagem	Primeiros socorros/ aferir pressão e glicemia	19 e 20/09
Medicina Veterinária	Controle de Zoonoses	19 e 20/09

4.8 Articulação com os diversos setores

A Educação Superior faz parte de um contexto social mais amplo, nessa perspectiva ela precisa ser compreendida em uma totalidade social e em suas especificidades culturais e regionais.

A interface da instituição com a sociedade ocorre por meio de suas relações sociais dentro e fora da instituição, bem como nos processos de formação que enfatizam nos alunos a autonomia, a responsabilidade social, a capacidade de planejar e antever as consequências de suas ações e agir de forma a contribuir na disseminação dos bens culturais e materiais.

O conhecimento acadêmico adquire, portanto, sentido na medida em que possibilita aos alunos a percepção das demandas sociais e os mobiliza para intervirem na realidade de forma consciente e articulada.

Considerando as especificidades do Uni-ANHANGUERA sua relação com a sociedade se concretiza:

- Pela relação com o setor público, o setor privado, as organizações não governamentais, os movimentos sociais e a população em geral, o que facilita a

busca de parcerias e estágios e ações de responsabilidade social;

- Disponibilidade de espaço físico-acadêmico e equipamentos para realização de eventos culturais, mostras, apresentação de projetos;
- Intercâmbio com outras IES envolvendo alunos e professores, visando o estabelecimento de contatos, a troca de experiências e a produção científica;
- Incentivo e fomento a projetos culturais e programas de formação continuada;
- Participação de gestores, docentes e discentes em conselhos e entidades de classe;
- Constituição de núcleos interdisciplinares de pesquisa;
- Oferta de programas e ações de relevância social junto à comunidade.

Dentre as parcerias e convênios firmados destacam-se:

- Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Goiás tem como objetivo realizar atividades Práticas Supervisionadas dos alunos que frequentam o curso de Direito;
- Colaboração Internacional entre o Uni-ANHANGUERA e a Universidade de Extremadura na Espanha;
- Tribunal Regional Eleitoral de Goiás;
- Instituto Saberes – Educação, Pesquisa, Saúde e Desenvolvimento Ltda;
- Cátedra Daisaku Ikeda, objetiva, por meio do diálogo interinstitucional do Centro Universitário de Goiás - Uni-Anhanguera e da Brasil *SokaGakkai* Internacional (BSGI), promover conferências, cursos, seminários e pesquisas relativas às temáticas da paz, da ecologia, da educação, da cultura e dos Direitos Humanos em escala mundial;
- Universia 2018, Universidad, Sociedad y futuro. Encontro Internacional de Reitores no qual se firmaram acordos para incentivo a bolsas de estudos;
- Acordo Com a Aliança Francesa de Goiânia em andamento;
- Embrapa Arroz e Feijão para desenvolvimento de pesquisa;
- Associação dos Jovens Empreendedores e Empresários de Goiás com o objetivo de realizar palestras e atividades práticas supervisionadas;
- Instituto Goiano de Direito do Trabalho para realização de cursos de pós-graduação *lato sensu*;
- Escola Superior de Advocacia ESA – para realização de cursos de pós-graduação *lato sensu*.
- Dinter: Doutorado em Direito.

4.9 Políticas de Gestão do Ensino à Distância

4.9.1 A IES e a Política de Ensino à Distância

I - Indicadores da IES

Diante da importância da inclusão como norte da educação, o Uni-ANHANGUERA criou o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade do Uni-ANHANGUERA (NIAU), diretamente ligado à Reitoria e sob a supervisão geral da Pró-Reitoria de EAD.

Com o objetivo de ampliar a conscientização dos discentes em relação a todas as faces da inclusão e buscando a formação humanística dos futuros profissionais, foram criadas quatro Comissões de Apoio: deficiência física, auditiva, visual e inclusão de outras deficiências, todas correlacionadas, com o corpo docente, discente e técnico administrativo. Cada uma conta com um supervisor com ações individuais e em conjunto.

Após a matrícula, o aluno com alguma dessas deficiências é identificado em listagem, enviada para a coordenação do curso, ao qual o aluno está matriculado, e ao NIAU. Este, repassa para os supervisores para acompanhamento.

A cada semestre, por meio do *Movimento Anhanguera de Inclusão*, todas as comissões executam ações de esclarecimento e conscientização, além de fornecer contribuição para um mundo mais justo, transformando as diferenças em igualdades a partir de informações e vivências expostas nas oficinas, ou em visitas às entidades de apoio.

Realizam-se, em parceria com o Departamento de Recursos Humanos, oficinas/capacitações no atendimento, para cada necessidade, tanto do corpo docente, quanto discente e técnico administrativo.

O Uni-ANHANGUERA, conta com um intérprete em LIBRAS, que auxilia os discentes com deficiência auditiva durante as aulas ou exercícios acadêmicos na Instituição, atendendo o disposto no Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. E, ainda, foi realizado contrato com empresa de prestação de serviços, que disponibiliza intérpretes de libras para os eventos institucionais, conforme a demanda. Este decreto ressalta a importância da inclusão nas ações acadêmicas.

Além disso, possui-se o projeto de APP LBS- Aplicativo de Libras em sua primeira versão, e já disponível, cujo programa desenvolvido por acadêmicos e professores, foi registrado no INPI.

Dentro da proposta de inclusão ainda, e de conscientização do alunado, foi realizado mapeamento dos parâmetros antropométricos da IES, com o objetivo de aprimorar, ainda mais, além de desenvolver estratégias para garantir o total atendimento às pessoas com deficiências. Este projeto contou com a participação de alunos e professores do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Os serviços oferecidos e em desenvolvimento, APP – LIBRAS, pelo NIAU são muitos dentre eles podemos citar: O DosVox (app de leitura para deficientes visuais). Também o leitor e transcritor – em Parceria com o Curso de Pedagogia, para melhor aplicação das técnicas de ensino e aprendizagem; Acompanhamento em sala de aula, Guia vidente; Materiais impressos em braile; laboratório de informática adaptado; tecnologia assistiva – softwares ledores; entre outros. Também será adquirida a impressora em braile.

A articulação do PDI com os PPC dos cursos do Uni-ANHANGUERA ocorre na orientação determinada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, na elaboração dos PPCs, integrando-se com a concepção de educação expressa na Missão da IES, e nas políticas educacionais de ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, avaliação e gestão propostas no PDI, na modalidade EAD.

Temos, como alguns dos exemplos de coerência existente entre os currículos contidos no PDI do Centro Universitário de Goiás e as Diretrizes Nacionais Curriculares, além de outras, permite-se citar três:

1. Libras em EAD: a disciplina Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é oferecida como disciplina obrigatória nos cursos de licenciaturas e entre os conteúdos optativos de todos os Curso de bacharelado e tecnologia, em atendimento ao disposto no §2º do artigo 3º do Decreto nº 5.626/2005. A disciplina é ofertada semestralmente na modalidade semipresencial o que possibilita a todos os alunos cursarem. Esta disciplina é ofertada em 12 módulos durante o semestre, distribuída em módulos 1 a 10, como geral e depois afunilada em 7 grupos, com módulos 11 e 12, onde são contemplados itens determinantes a cada curso, conforme seu PPC.

2. Sociologia em EAD: esta disciplina é ofertada em 12 módulos durante o semestre, distribuída em módulos de 1 a 6, como sociologia geral e, depois, afunilada em 7 grupos, nos módulos de 7 a 12, onde são contemplados itens determinantes a cada curso, conforme seu PPC.

3. Psicologia em EAD: disciplina ofertada em 12 módulos durante o semestre, distribuída em módulos de 1 a 6, como psicologia geral e depois afunilada em 7 grupos, com

módulos de 7 a 12, onde são contemplados itens determinantes a cada curso, conforme seu PPC.

Dessa forma, a Instituição adota diversas situações didático-pedagógicas para que se viabilizem os objetivos da educação ambiental enunciados pela Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. Ainda no seu art. 5º especialmente no que se refere à transversalidade e a compreensão do desenvolvimento de uma visão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos.

Destacam-se, inicialmente, as disciplinas ofertadas nos diferentes cursos na modalidade presencial e semipresencial. Outra forma, são as atividades complementares ofertadas pela Coordenação de Atividades Complementares à Distância (NED-ED), os Estudos Dirigidos – ED, que seguem Sustentabilidade e Educação Ambiental que semestralmente são ofertadas voltadas para a abordagem ambiental com leituras, interpretação e produção de textos para todos os cursos da IES, de forma transversal, assim como, aferição do conteúdo através de atividades de múltipla escolha.

Estes Estudos Dirigidos -ED são oferecidos para que o discente possa cumprir a carga hora de atividades complementares de ensino (a distância) facilitando a mobilidade nessa modalidade. Eles são estruturados na Portaria do INEP atendendo a parte de cultura geral.

Com a preocupação que a temática das relações étnico-raciais e para o ensino da História e Cultura afro-brasileira e indígena perpasse todos os cursos de forma transversal esta compõe as atividades complementares de ensino a distância ofertadas pelo NED-ED ofertadas semestralmente com atividades de leitura, interpretação e produção de textos.

Nesse diapasão, também, temos a Atividade Supervisionada de Ensino-ASE que conjuntamente com o ED estruturam a parte específica dos cursos, sendo considerada outra atividade complementar de estudos.

4.9.1.1 Estudo para implantação de polos EAD

O PDI apresenta estudo para implantação de polos EAD que considera sua distribuição geográfica e aspectos regionais sobre a população do ensino médio, a demanda por cursos superiores e a relação entre número de matriculados e de evadidos, bem como a contribuição do(s) curso(s) ofertado(s) para o desenvolvimento da comunidade e os indicadores estabelecidos no PNE vigente.

A IES preferiu iniciar a partir do polo-sede, para que se possa estruturar a EAD de maneira a não perder a qualidade e se sedimentar no mercado educacional de ensino a distância, como sempre o fez, com os cursos presenciais. Foram criados 7 polos de acordo com as resoluções nº 47, 48, 49, 50, 51, 52 e 53. São assim nomeados *Setor Central, Jardim Presidente, Setor Sul, Pedro Ludovico II, Mansões Paraíso, Polo Educacional Sul, Setor Sul II*, no ano de 2018/2019.

Planejaram-se os seguintes objetivos para posteriormente aprofundar os estudos, que são:

1. Definir critérios objetivos para seleção de cidades com potencial para implantação de polos de EAD como forma de expansão da atuação de mercado;

2. Pesquisar de todos os polos de EAD do Brasil e Goiás, levantar os dados recentes do IBGE, analisar o perfil de ensino superior do estado e das regiões do Brasil, definir as cidades com oportunidades de expansão da atuação da IES e sugerir as cidades/bairros para implantação de novos polos EAD da IES;

3. Buscar na fonte da Plataforma e- MEC e verificar a abrangência das IES em Goiás e como resultado da pesquisa constatar a quantidade de polos credenciados que hoje atingem 7000;

4. Levantar dados IBGE, na Plataforma SIDRA, com pesquisa por nível de instrução e perfil selecionado com Ensino Médio completo ou superior incompleto, com abrangência nacional e regional;

5. Analisar o perfil do ensino superior, com alunos matriculados no ensino presencial e a distância, bem como alunos ingressantes das duas modalidades;

6. Definir os critérios das cidades, primeiramente próximas ao polo sede, com oportunidades de expansão da EAD, com tabulação de dados por cidade e número de polos, com população com Ensino Médio Completo ou Superior Incompleto, média da população por Polos EAD Seleção de Cidades – Brasil.

Como parte dos resultados das análises realizadas, tem-se que em Goiás, até o presente momento verificou-se que: (Fonte: Pró-Reitoria de Ensino a Distância)

- Instituições do Ensino Superior Privadas: 73
- Na capital: 24
- No interior do estado: 49

- Ingressantes em IES privadas: 69.324 no ensino a distância (EAD): 16.286, e no ensino presencial: 53.038
- Percentual de Ingressantes por modalidade de ensino EAD: 23,49%, Presencial: 76,51%
- Percentual de ingressantes em comparação com anos anteriores EAD: 22,98%, Presencial: 12,33%
- Matriculados em IES privadas: 166.622, no ensino a distância (EAD): 31.042 e no ensino presencial: 135.580
- No ensino presencial da capital: 78.927
- No ensino presencial do interior do estado: 56.653
- Percentual de matriculados por modalidade de ensino EAD: 18,63%, Presencial: 81,37%
- Presencial na capital: 47,37%, presencial no interior do estado: 34,00%
- Percentual de matriculados em comparação com anos anteriores em EAD: 24,26% Presencial: -1,90%
- Presencial na capital: -3,72%, presencial no interior do estado: 0,75%
- Número de Polos EAD credenciados no Estado: 150 polos de educação à distância.

Verifica-se, portanto, nesse estudo preliminar que a expansão é possível e ainda sustentável.

4.9.1.2 Política de atendimento aos discentes

A política de atendimento aos discentes contempla programas de acolhimento e permanência do discente, programas de acessibilidade, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados e apoio psicopedagógico, apresenta uma instância que permite o atendimento discente em todos os setores pedagógico-administrativos da instituição e promove outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.

O acolhimento do discente da EAD ocorre no início de cada semestre por orientações em sala de aula, quando os docentes explicam a modalidade e os convidam para as duas semanas de aulas presenciais onde serão explicadas a metodologia, procedimentos, planos de ensino, avaliações, AVA e o conteúdo programático de cada disciplina.

O programa de Acessibilidade é contemplado pelas coordenações de curso, com o apoio do NIAU- Núcleo de Inclusão e Acessibilidade do Uni-ANHANGUERA.

Existe um Programa Institucional de Nivelamento Acadêmico em EAD que atende alunos das modalidades presencial e semipresencial e é uma ação subsequente à familiarização com a IES.

O programa de nivelamento denominado Reforço Acadêmico tem por finalidade apresentar classes extracurriculares com ênfase às disciplinas e conhecimentos que permeiam (direta ou indiretamente) qualquer curso superior, as quais, notadamente, representam uma carência em termos de base acadêmica. Com esse programa, pretende-se oferecer ao corpo discente os conhecimentos básicos em disciplinas consideradas fundamentais aos estudos universitários. Sua abordagem versa sobre temas da atualidade na área de sustentabilidade, direitos humanos, multiculturalismo, de produções sociais, ambientais e culturais de desenvolvimento tecnológico e de gestão de conhecimentos gerais.

Hoje, possuímos o Curso de Aperfeiçoamento em Língua Portuguesa nível I e II- APL I e APL II ofertados gratuitamente, a cada semestre.

Há ainda a política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e à distância. A qualificação dos professores docentes e dos tutores é realizada nas Oficinas Pedagógicas, com o repasse de informações sobre o uso das ferramentas disponíveis no AVA e, também, na Roda de Estudos, que ocorre, semestralmente.

O Projeto Roda de Estudos prevê encontros para estudos de textos atuais sobre educação à distância e palestras com profissionais, da área de EAD, para troca de experiências. Além dos incentivos para ingresso dos tutores e docentes tanto em qualificação e titulação, quanto em participação em congressos e outros congêneres.

Tem-se também o Sistema de controle de produção e distribuição de material didático. Esse sistema considera o atendimento da demanda, a existência de uma equipe técnica multidisciplinar responsável, estratégias que garantem a acessibilidade comunicacional, disponibilização por diferentes mídias, suportes e linguagens, plano de atualização do material didático e apoio à produção de material autoral pelo corpo docente”

Interessados na qualidade do material didático pedagógico, a Pró-Reitoria de EAD criou a Supervisão de Processo Instrucional-SPI que desenvolve o design instrucional, supervisiona e produz todo o material didático, com as informações e determinações advindas da EMEAD, antes Conselho Validação de Processo Instrucional- CVMI, e do Conselho do SPI, bem como do professor conteudista, do coordenador do curso e NDE e conforme as

definições do PPC, garantindo a acessibilidade comunicacional, e disponibilização por diferentes mídias, suportes e linguagens.

O reconhecimento autoral do professor conteudista, como se denomina no Uni-ANHANGUERA advém da constatação do ISBN disponibilizado em nosso material.

O controle ocorre por meio de processos pré-estabelecidos e para tanto foram criados dentro do SPI, 3 processos instrucionais: o IMADIM- Instrução para material impresso/diagramado/ ebooks, IMAWEB- Instrução de material didático, para a web e IMAVI- Instrução de material didático áudio visual. Todas essas aéreas possuem colaboradores qualificados para a produção e são coordenados por uma Supervisão Geral que conta com apoio de intérpretes e professores quanto à acessibilidade, também de professores da língua portuguesa.

Conforme pode ser constatado, por meio dos planos de ação do SPI existem atualizações do material elencado a cada dois anos ou quando surge uma necessidade mais urgente.

Há ademais o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA "Exclusivo para modalidade a distância e para IES que visa a ofertar ou oferta cursos com disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância, conforme Portaria n°1.134 de 10/10/2016 - O AVA está integrado com o sistema acadêmico e atende aos processos de ensino-aprendizagem, conforme disposto nas políticas institucionais para educação a distância estabelecidas pela IES, garantindo a interação entre docentes, discentes e tutores, com adoção de recursos inovadores".

A ferramenta AVA, já citada acima, representa um avanço tecnológico na oferta educacional. O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) denominado de *Portal Educacional* que é um recurso utilizado para o ambiente de ensino e aprendizado uma vez que permite de forma on-line um diálogo entre alunos e professores, para além da sala de aula. Possibilita o acompanhamento das aulas e a leitura e revisão dos conteúdos por meio do material disponibilizado: textos, slides, vídeos utilizados em sala, bem como o envio de avisos, exercícios on-line e grupos de debates.

Também o PORTAL ANHANGUERA oferece aos alunos acesso à biblioteca, reservar obras; acompanhamento de frequência em sala, notas, a impressão de boletos para pagamento das mensalidades e aos professores utilizam do Portal Anhanguera para emissão e elaboração dos diários, lançamento de notas e frequências.

Cursos presenciais com interface EAD

Os indicadores referentes ao EAD, conforme os itens do "Roteiro de Recredenciamento", em relação aos itens solicitados encontram-se a seguir e são:

Refere-se ao Estágio curricular supervisionado – Não se aplica ao curso de Tecnologia em Gestão Comercial à distância, por ser um curso com duração de dois anos e não ter previsão no PPC.

Refere-se às Atividades de tutoria – O indicador define que

> As atividades de tutorias atendem às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular, compreendendo a mediação pedagógica junto aos discentes, inclusive em momentos presenciais, o domínio do conteúdo, de recursos e dos materiais didáticos e o acompanhamento dos discentes no processo formativo e são avaliadas periodicamente por estudantes e equipe pedagógica do curso, embasando ações corretivas e de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras.

Em relação às atividades de tutoria: dos 20% dos cursos presenciais compreendem as demandas didático-pedagógicas para interação com os alunos e são realizadas aulas presenciais no início do semestre, antes do lançamento do primeiro módulo da disciplina, para repasse de informações gerais e sobre a metodologia.

A mediação entre discentes e tutores têm momentos presenciais que são denominados de "plantões presenciais", realizados no laboratório de informática da EAD, aonde os alunos vêm solucionar suas dúvidas e realizar as atividades online.

Para acompanhamento da formação dos discentes são disponibilizados, no ambiente virtual de aprendizagem-AVA, os fóruns "Tira dúvidas" e "Avaliativo", respondidos pelo professor tutor, assim como as atividades avaliativas online disponibilizadas, semanalmente, junto com o módulo de conteúdo.

O processo de avaliação do material do curso é realizado pelos discentes quando avaliam a disciplina e propõem melhorias que são estudadas pela Equipe Multidisciplinar-EMEAD conjuntamente com o Coordenador do curso e o professor da disciplina a distância correspondente.

Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria

O indicador define que

> Os conhecimentos, habilidades e atitudes são adequados para a realização de suas atividades, e suas ações estão alinhadas ao PPC, às demandas comunicacionais e às tecnologias adotas no curso são realizadas avaliações periódicas para identificar necessidade de capacitação dos tutores e há apoio institucional para adoção de práticas criativas e inovadoras para permanência e êxito dos discentes.

O conhecimento, as habilidades e as atitudes necessárias às atividades de tutoria são realizadas pelo Projeto "Capacitação em EAD" por meio das oficinas de estudo e aperfeiçoamento, com profissionais que atuam na área de educação a distância bem como oferecidos cursos presenciais e online de aperfeiçoamento nas ferramentas do AVA-*Blackboard*, cursos de aperfeiçoamento em tutoria e educação a distância realizados pelos professores em outras instituições de ensino, informado nos currículo lattes.

A equipe multidisciplinar, estabelecida em consonância com o PPC, é constituída por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, é responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para a educação à distância e possui plano de ação documentado e implementado e processos de trabalho formalizados.

A Comissão de Validação de Material Instrucional de Educação à Distância - CVMI, que foi criada em 2015, foi transformada em Equipe Multidisciplinar-EMEAD, pela Portaria 001/2018, e é constituída por professores de diferentes áreas do conhecimento. A qualificação dos professores docentes, tutores é realizada nas Oficinas Pedagógicas, com o repasse de informações sobre o uso das ferramentas disponíveis no AVA e, também, na Roda de Estudos, que ocorre, semestralmente.

O Projeto Roda de Estudos prevê encontros para estudos de textos atuais sobre educação à distância e palestras com profissionais, da área de EAD, para troca de experiências.

A experiência do corpo docente no exercício da docência na educação à distância está comprovada no currículo lattes e contam com professores com larga experiência na modalidade.

No que tange a identificação das dificuldades dos docentes encontram-se: o que lhe permite identificar as situações vivenciadas pelos discentes, por meio do fórum tira dúvidas que são disponibilizados no AVA, no início de cada disciplina bem como os fóruns avaliativos que apresentam exemplos (casos da teoria), aplicados na prática e que são debatidos com os alunos. Os alunos que apresentam dificuldade são acompanhados pelos professores nos plantões presenciais e é realizada uma terceira aula da disciplina para que os alunos possam esclarecer as dúvidas, de forma presencial,

Além disso, é realizado um mapeamento dos alunos que estão repetindo a disciplina, o que se denomina de Projeto REPERCURSO e após a identificação estes alunos são alocados em uma turma separada que é acompanhada pelo professor tutor, com apoio docente nas suas dificuldades. Este acompanhamento dos discentes possibilita ao professor docente identificar pontos de melhoria nas suas práticas e na reformulação das atividades semestralmente.

Experiência no exercício da tutoria na educação à distância e o crescimento dessa modalidade de ensino

Define-se que

> A experiência do corpo tutorial permite fornecer suporte às atividades dos docentes, realizar a mediação pedagógica junto aos discentes, demonstrar inequívoca qualidade no relacionamento com os estudantes, incrementando processos de ensino aprendizagem, e orientar os alunos, sugerindo atividades e leituras complementares que auxiliam sua formação.

A experiência dos professores tutores na educação à distância começa como um requisito do processo seletivo para tutor, comprovada no currículo lattes e confirmada na entrevista com os tutores.

Os professores tutores interagem com os professores docentes na sala de tutoria e em reuniões bimestrais e ordinárias com toda equipe, quando são apresentadas as melhores práticas, as quais são compartilhadas e disseminadas para o grupo de tutores. As sugestões e críticas também são apresentadas pelos alunos por meio do fórum tira dúvidas e nos plantões presenciais, e estas são repassadas pelos tutores aos docentes como sugestão para complementação do material didático e para a elaboração de atividades.

Além de que na última avaliação, na forma presencial, são respondidos os questionários que mapeados e depois de elaboradas as estatísticas como diagnose, são planejadas e estruturadas as melhorias para o exercício da atividade do tutor, do docente e da elaboração também, do material didático pedagógico.

Ademais é preciso destacar nesse assunto o que define o indicador 5:

> O corpo de tutores possui experiencia em educação a distância que permite identificar dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares e elaborar atividades específicas, em colaboração com os docentes, para a

> promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades, e adota práticas comprovadamente exitosas ou inovadoras no contexto da modalidade a distância.

Os professores tutores que atuam na educação à distância foram selecionados por terem experiência nesta modalidade de ensino e por isso têm facilidade em utilizar as ferramentas disponibilizadas no AVA para interação com os alunos e por meio dos fóruns identificar as dúvidas, as dificuldades, para serem sanadas nos plantões presenciais e virtuais, como web conferências agendadas para que os alunos sejam atendidos nas suas dificuldades, como acesso ou manuseio da portal educacional -AVA ou de conteúdo.

Nos últimos cinco anos, o Centro Universitário de Goiás tem operacionalizado mudanças em suas políticas institucionais para atender às demandas sociais, às necessidades de gestão e à oferta de ensino de qualidade. Com essa preocupação, a Instituição investiu no corpo docente, na infraestrutura, na qualificação dos funcionários administrativos, no ensino, na extensão e nos projetos de responsabilidade social.

Destaca-se no contexto de transformações e avanços do Centro Universitário de Goiás a inserção de novas Metodologias de Ensino e Aprendizagem, com o fortalecimento do Ensino à Distância.

A criação do Núcleo de Estudos Dirigidos (NED ED), no ano 2006, teve o objetivo de iniciar as atividades que utilizam as Tecnologias da Comunicação e Informação (TICs), dentro de um ambiente virtual de aprendizagem, é o início de uma trajetória que se concretiza com o credenciamento da instituição para ofertar a Educação à Distância (EAD)

A experiência da oferta das atividades complementares de ensino denominada de Estudo Dirigido (ED), pelo Núcleo de Estudos Dirigidos (NED ED) é um processo de inserção do aluno no ambiente virtual de aprendizagem. Os temas atuais com enfoque culturais, técnicos, sociais, pedagógicos inseridos nas diferentes áreas do conhecimento foram motivo de adesão e interesse dos alunos em cursar em as referidas atividades.

São ofertados os EDs Sociodiversidade e Multiculturalismo: inclusão, exclusão, tolerância e intolerância; Sustentabilidade e Educação Ambiental; Políticas Públicas: educação, segurança, violência; Cultura e arte e Responsabilidade Social: Setor público, privado e terceiro setor.

A dinâmica destas atividades de ensino tem comprovado que o aluno aprende facilmente, de maneira independente, diversos conteúdos, desde que possa contar com uma tecnologia educacional adequada que garanta a qualidade científica e pedagógica do material didático.

Também pode ser ressaltado que as atividades de Estudo Dirigido (ED) contribuem para o aprimoramento do conhecimento e da formação acadêmica do discente, de forma interdisciplinar, atendendo as novas demandas de cada área profissional com atividades didáticas inovadoras, que integralizam a matriz curricular de cada Curso.

Com essa experiência consolidada, em 2008, e com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1.996, e no disposto na Portaria MEC Nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, que define que as Instituições de ensino superior podem introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem a modalidade semipresencial, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, o Uni-ANHANGUERA inicia a oferta de disciplinas semipresenciais.

Dessa forma, criou no ano de 2008 o Núcleo de Educação a Distância (NED EAD) que mediado pelo uso da Internet e suas diferentes ferramentas no processo de ensino-aprendizagem e pela comunicação personalizada entre professores e alunos, mesclam encontros presenciais com aulas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Neste ambiente o aluno encontra informações, conteúdos, materiais didático-complementares e espaços destinados à interação com os professores e colegas.

São dez disciplinas ofertadas nesta modalidade: Metodologia Científica; Psicologia; Libras; Comunicação Empresarial, Gestão de Pessoas e Liderança; Fundamentos de Marketing; Mercado Eletrônico; Sistemas de Informações Gerenciais e Empreendedorismo Sustentável; Sociologia.

Com a implantação e fortalecimento do NED-ED e MEDE – EAD a Educação à Distância passou a ser uma referência para a instituição no que tange aos processos de ensino e aprendizagem balizados pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

Visando consolidar mais um avanço no planejamento da EAD a instituição conta com uma Agência Experimental com espaço de criação e produção gráfica e mídia (64 m²); Estúdio de RTV (38 m²); Ilha de edição (30 m²) e Estúdio de Áudio (15 m²), para criação e gravação das vídeo- aulas da Educação a Distância. O vídeo institucional *pelos quatro cantos do Uni-Anhanguera* demonstra esse espaço, os recursos utilizados, a equipe.

Para os alunos são inúmeras as vantagens que possui a Educação à Distância, já que tem o acesso a uma educação mais flexível, com a opção de gerenciar com autonomia o seu horário e o seu local de estudo, conforme suas necessidades. Isso permite que muitas pessoas, por questões de distância geográfica, horários de trabalho ou por outras razões não

podem cursar o ensino presencial, possam realizar o sonho de um ensino superior de qualidade.

Assistir aulas “online” faz com que os alunos se acostumem a organizar melhor seu tempo e a cumprir obrigações, se aperfeiçoam também nas tecnologias como a web, e se habituem a fazer pesquisas e, assim, adquiram habilidades importantes para o mercado de trabalho como proatividade, disciplina e organização.

Consolidadas estas experiências, contando com infraestrutura pedagógica, administrativa, e física necessárias, em 2014 criou-se a Pró-Reitoria de Ensino a Distância, com as atribuições de:

a) elaborar o plano semestral das atividades de ensino, iniciação científica e extensão das disciplinas à distância ministradas nos cursos de graduação e pós-graduação à distância do Centro Universitário de Goiás, de acordo com as orientações da Reitoria;

b) elaborar o calendário acadêmico de ensino, iniciação científica e extensão das disciplinas e dos cursos de graduação e pós-graduação à distância;

c) supervisionar as atividades de ensino, iniciação científica e extensão das disciplinas e dos cursos de graduação e pós-graduação à distância;

d) supervisionar as ações Pedagógicas, da Coordenação de Curso, da Coordenação de Professores Tutores, Professores Docentes e da Produção de Materiais Instrucionais EAD para as disciplinas e cursos de graduação, pós-graduação, ensino e extensão à distância;

e) planejar e organizar a formação continuada dos atores pedagógicos (docentes, tutores, articuladores de EAD, conteudistas e intérpretes educacionais) das disciplinas e dos cursos de graduação, pós-graduação, ensino e extensão à distância;

f) coordenar o processo de atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação e Pós-Graduação à distância, submetendo-os a aprovação dos órgãos competentes;

g) orientar e supervisionar a elaboração e aplicação das provas e Avaliações Institucionais para as disciplinas e cursos de graduação e Pós-Graduação à distância;

h) organizar e participar do processo seletivo docente e de tutores para as disciplinas e os cursos de graduação e pós-graduação à distância;

i) homologar a contratação de docentes e de tutores para as disciplinas e cursos de graduação e pós-graduação à distância, obedecendo ao disposto no Estatuto, no Regimento e nas normas da Mantenedora;

j) supervisionar os serviços e as atividades dos Coordenadores de Cursos de graduação e pós-graduação à distância;

k) organizar e supervisionar os processos seletivos de ingresso aos cursos de graduação e pós-graduação à distância;

l) fomentar a promoção de projetos e programas de ensino, iniciação científica e extensão no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação à distância;

m) supervisionar a elaboração dos projetos para criação de novos cursos de graduação e pós-graduação à distância a serem submetidos aos órgãos competentes;

n) coordenar os processos de (re)credenciamento institucional e de reconhecimento de cursos de graduação e pós-graduação à distância;

o) supervisionar os programas de ensino, iniciação científica e de extensão universitária no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação à distância;

p) desempenhar outras funções de sua responsabilidade expressas no Regimento, delegadas ou definidas pela Reitoria ou pela Mantenedora e as demais que recaiam no âmbito de suas competências;

q) zelar pelo fiel cumprimento, no âmbito de sua competência, do orçamento definido pela Mantenedora;

r) exercer o poder disciplinar no âmbito de sua competência; e

s) participar dos órgãos colegiados, de acordo com o que dispõe o Estatuto.

Compõe a Pró-Reitoria de Ensino à Distância: Planejamento Pedagógico, Coordenação Geral, Supervisão de Processos Institucionais e os Núcleos de Estudos Dirigidos e de Ensino à Distância, Núcleo de Atividades Complementares à Distância; Núcleo de Cursos Preparatórios à Distância e Núcleo de Congressos e Seminários à Distância.

O credenciamento do Centro Universitário de Goiás para a oferta de ensino à distância representa a concretização de um sonho de mais de uma década e o comprometimento com a democratização do saber, representando um compromisso que vem ao encontro de demandas mais amplas postas pela sociedade contemporânea e pelas necessidades específicas da região.

O ensino à distância corrobora sua importância, além do até aqui exposto, ao se olhar os objetivos que norteiam as políticas educacionais do Uni-ANHANGUERA, que são:

I. Promover a excelência na educação nas áreas dos cursos que ministra, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, visando à formação e à qualificação de profissionais para o exercício de atividades culturais, técnicas e científicas, exigidas pela realidade regional e nacional, atendendo expectativas da comunidade e contribuindo, especialmente, para o desenvolvimento do Estado de Goiás;

II. Garantir cursos de graduação, de pós-graduação, de tecnologia e sequencial, presencial e à distância, que se orientem pela qualidade do ensino, comprometimento com a sociedade e atendimento atualizado às exigências do mundo do trabalho;

III. Propiciar, nos cursos que ministra, o desenvolvimento dos princípios norteadores da missão institucional explicitados nos projetos pedagógicos dos diferentes cursos.

O ensino em modalidade EAD encontra-se junto às demais formas, perfazendo o segundo objetivo das políticas educacionais da instituição. Esses objetivos propostos são desenvolvidos na IES por meio das políticas educacionais explicitadas em seu PPI, que se orientam pelos seguintes eixos:

a) Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional;
b) Eixo 2 –Desenvolvimento Institucional;
c) Eixo 3 – Políticas acadêmicas;
d) Eixo 4 – Políticas de Gestão;
e) Eixo 5 - Infraestrutura

4.9.1.3 Das metas e objetivos gerais e específicos das modalidades de ensino

Para desenvolver as políticas institucionais o Uni-ANHANGUERA, por meio, de seus gestores, realiza suas ações fundamentadas nos quatro eixos propostos seja para ensino presencial, semipresencial e ensino a distância, definindo metas gerais e ações específicas de implementação, conforme quadros 13 e 14 abaixo relacionados:

Quadro 13 – Das metas gerais - educação presencial

EIXO 1 – REFERENCIAL PARA UMA POLÍTICA DE ENSINO		
Graduação		
Metas Gerais	**Metas Específicas**	**Cronograma**
Implantar ações junto à Reitoria, que desenvolvam as atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão.	- Fortalecer a interação da Instituição com a sociedade por meio dos projetos, programas e ações de extensão e de responsabilidade social; - Fomentar a iniciação científica com a publicação de Editais internos da própria IES. - Incentivar os docentes a participarem a apresentarem à Diretoria de Pesquisa e Extensão Projetos de Iniciação Científica; - Fortalecer a formação de Pró-Reitores, e	Todas essas ações serão contínuas na vigência do PDI – 2018 – 2022

	Coordenadores de Cursos por meio dos encontros de formação continuada promovidos semestralmente pela Coordenação de Planejamento Pedagógico e Avaliação Institucional; - Proceder a Avaliação do PDI e Projetos Pedagógicos de Curso por meio da Comissão Própria de Avaliação – CPA e comunidade acadêmica; - Ampliar e fortalecer projetos de inclusão social; - Reformular o Projeto de Egressos, com a designação de nova coordenação e inserção do mesmo na extensão.	
Fortalecer a política institucional de estágios curriculares supervisionados e atividades complementares.	- Fortalecer as atividades de estágio com visitas - Ampliar o número de empresas parceiras e conveniadas	2018/2022
Credenciar para oferta de cursos de graduação a Distância	Credenciar a IES para oferecer cursos de graduação a Distância	
Iniciar Pós-Graduação a Distância	Oferecer cursos de pós-graduação a Distância	2018/2022
Pós-Graduação		
Fortalecer a Pós-graduação a Pesquisa e a Extensão Ampliar a oferta cursos de pós-graduação para atender as demandas nos vários campos do conhecimento Fortalecer os laços com as empresas privadas e públicas para qualificação profissional Iniciar cursos de pós-graduação *strito sensu*	Criar a Pró- Reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão - Criar novos cursos de pós-graduação, considerando as demandas apresentadas; - Aumentar a oferta de empresas que oferece estágio optativo para os pós-graduandos do Uni-ANHANGUERA; - Propor projetos junto a CAPES para criação de pós-graduação stricto sensu; - Concretizar a parceria com a Universidade Federal de Alagoas para a realização de um Mestrado Acadêmico em Agronomia (MINTER) – Proteção de Plantas; - Adequar e reapresentar junto a CAPES a proposta do Mestrado Profissional em Tecnologia e Gestão em Produção de Sementes - Adequar e reapresentar junto a CAPES Agricultura Tropical (Mestrado Acadêmico) - Adequar e reapresentar junto a CAPES Mestrado Profissional em Políticas Sociais e Meio Ambiente -Fortalecer a parceria entre a Universidade do MINHO e Uni-ANHANGUERA para a realização de Mestrado e Doutorado em Direito, Ciências Empresariais, Comunicação; Ciência da Computação e Contabilidade.	Essas ações serão contínuas na vigência do PDI 2018 – 2022
Desenvolver a formação científica dos alunos dos cursos de pós-graduação.	- Fortalecer o processo de atuação dos pós-graduandos em projetos de pesquisa; - Fomentar Projetos de Iniciação Científica; - Incentivar a participação dos alunos da pós-graduação no CEPEX/JORNADA DA PÓS-GRADUAÇÃO;	Essas ações serão contínuas na vigência do PDI 2018 – 2022
EIXO 2- POLÍTICA DE PESQUISA, EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL		
Política de Pesquisa		
Metas Gerais	**Metas Específicas**	**Cronograma**
Ampliar e facilitar o acesso da sociedade aos conhecimentos gerados no Centro Universitário.	-Incentivar publicações na revista Anhanguera;	

Fomentar o desenvolvimento de projetos de pesquisa em parceria com instituições públicas e privadas.	- Articular com instituições públicas e privadas de pesquisa; - Apresentar novos Projetos de Pesquisa junto a FAPEG;	Essas ações serão contínuas na vigência do PDI - 2018 – 2022
Estimular a produção científica e tecnológica na instituição	- Fortalecer junto a Pró- Reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e extensão publicação de editais de Programa de Iniciação Científica – PIC; -Implementação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica - PIBIC - Ampliar e consolidar as pesquisas existentes nos cursos de graduação, e pós-graduação lato sensu; - fortalecer a implementação das atividades curriculares e complementares, nas quais os(as) alunos(as) vivenciam e se aprofundam na prática da pesquisa, e da investigação científica.	
Estimular a construção de novos conhecimentos, por meio de projetos de formação profissional e aperfeiçoamento, voltados para os egressos e para a sociedade em geral.	- Ampliar e fortalecer intercâmbio e parcerias com instituições e empresas; - Ampliar o projeto de egressos; - Estimular publicação de egressos na Revista Anhanguera; - Incentivar publicações de trabalhos de pós–graduação na Revista Anhanguera; - Fomentar publicações de trabalhos acadêmicos nos cadernos de cursos;	
Sedimentar a organização de eventos técnico-científicos internos buscando um maior envolvimento de toda a comunidade na divulgação dos projetos de pesquisa integrados às outras ações nas áreas do ensino e da extensão	- Fortalecer a Convenção de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX, abriga 4 eventos: Congresso de Iniciação Científica, Jornada da Pós-graduação, Ensinagem e Extensão, Exponegócios. (Envolvendo todos os professores da instituição, cursos de graduação, pós- graduação e sequenciais). - Incentivar os diversos meios internos de divulgação dos resultados das pesquisas, bem como facilitar suas publicações, à disposição da comunidade externa, por via eletrônica	
Política de Extensão		
Fomentar programas e projetos de extensão na Instituição	-Fomentar, como agente captador de recursos, Projetos da Secretaria Municipal de Cultura, na área da educação e cultura; -Estimular professores (as) e pesquisadores(as) a incorporarem alunos(as) de graduação nos projetos e programas de extensão - promover a interação da Instituição com a sociedade, por meio da extensão, - Realizar cursos de extensão online	
Política de Responsabilidade Social		
- Ampliar projetos de Responsabilidade Social na área de inclusão social	- Consolidar o Núcleo de Acessibilidade do Uni-ANHANGUERA; - Promover cursos de LIBRAS para profissionais técnicos administrativos da área de atendimento ao público. - Fortalecer os projetos de inclusão social; - Fortalecer as atividades complementares voltadas para os Direitos Humanos, Cidadania, Meio Ambiente, Educação Ambiental, Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.	Essas ações serão contínuas na vigência do PDI - 2018 – 2022
- Aperfeiçoar as ações desenvolvidas no Dia da Responsabilidade Social	- Sistematizar as ações em projetos e cadastrar no PORTAL - Desenvolver ações formativas (oficinas, mini-cursos, workshops) no dia da Responsabilidade	

	Social - Goiânia e Inhumas;	
- Fomentar Projetos na área de Responsabilidade Social	- Fomentar, com agente captador de recursos, Projetos da Secretaria Municipal de Cultura na área de Responsabilidade Social,	
Eixo 3 – Política de avaliação institucional		
Metas Gerais	**Metas Específicas**	**Cronograma**
Aperfeiçoar o programa de avaliação institucional, como instrumento de planejamento, gestão acadêmica e qualidade do ensino.	- Fomentar a avaliação institucional como instrumento de gestão com a identificação do perfil de alunos e de professores; - Realizar estudos sobre os resultados da avaliação externa (visitas in loco) e ENADE como objetivo de contribuir para o desenvolvimento de políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão; - Proceder à avaliação do PDI e dos PPCs dos diferentes cursos visando contribuir para a gestão dos cursos; - Realizar encontros com gestores (Reitoria, Coordenação de Cursos e Diretorias) para apresentação e discussão dos resultados da autoavaliação; -Participar da Semana de Planejamento Pedagógico visando compartilhar com os docentes os resultados as ações de gestão desenvolvidas fruto autoavaliação; - Proceder junto com a coordenação do Projeto de Egressos a avaliação do Egresso da instituição; - Publicar documentos que apresentem perfil docentes e discentes; -Desenvolver processos de acompanhamento e de avaliação que permitam garantir índices das ações de extensão, responsabilidade social e iniciação científica desenvolvidas na Instituição	Essas ações serão contínuas na vigência do PDI 2018– 2022
Eixo 4 – Gestão administrativa		
Metas Gerais	**Metas Específicas**	**Cronograma**
Aprimorar os procedimentos Administrativos.	-Aprimorar o acesso aos registros acadêmicos; -Aperfeiçoar a gestão administrativa; - Ampliar as atividades da Diretoria de Marketing na comunicação interna.	Essas ações serão contínuas na vigência do PDI - 2018 – 2022
Desenvolver políticas de recursos humanos	Aperfeiçoar os programas de capacitação para profissionais administrativos; Implantar o Plano de Carreira dos Profissionais Administrativos; **Aprimorar o processo de seleção de docentes**; Aprimorar o processo de seleção dos profissionais técnicos administrativos.	Essas ações serão contínuas na vigência do PDI 2018 – 2022
Investir nas instalações físicas	- Construir o Edifício da Biblioteca com 6.038m2; - Construir o Edifício do auditório com 2.830,05m2, com 1230 lugares; - Construir o complexo esportivo com 2.473,14m2.	2018/2022

Quadro 14 – Das metas gerais – Modalidade Ensino a Distância - EAD

POLÍTICA PARA A EDUCAÇÃO EAD		
Metas Gerais	**Metas Específicas**	**Cronograma**
Credenciar o Centro Universitário Goiás para oferecimento de educação na modalidade de EAD	Criar Pró- Reitoria de Ensino a Distância Elaborar PDI contemplando EAD; Solicitar junto ao e-MEC credenciamento para EAD.	**2018/2022**
Criar o Curso Superior	Elaborar PPC do curso	**2018/2022**

de Tecnologia em Gestão Comercial	Definir o Polo Definir a Equipe Elaborar as vídeo aulas Solicitar os cursos junto ao sistema e- Mec	
Criar novos cursos na modalidade EAD	Elaborar PPC do curso Definir o Polo Definir a Equipe Elaborar as vídeo aulas Solicitar os cursos junto ao sistema e- Mec	**2019/2022**
Adquirir a biblioteca virtual	Adquirir biblioteca virtual	**2018**
Criar cursos pós-graduação na modalidade EAD;	Identificar as demandas Elaborar o PPC Cadastrar curso junto ao sistema e- Mec	**2019/2022**
Promover a elaboração de recursos didáticos pedagógicos voltados para educação a distância;	Pró- Reitoria de Ensino realizar gestão de elaboração dos materiais junto aos Tutores Conteudistas.	**2018/2022**
Fortalecer cursos e programas de Capacitação em EAD para docentes, discentes e técnico-administrativo;	Pró- Reitoria de Ensino a Distância desenvolver gestão junto ao Núcleo de Cursos Preparatórios a Distância	**2018/2022**
Implantar Polos de Apoio Presencial	Implantar Polo Sede Definir novos Polos para EAD Implantar novos Polos EAD	**2019/2022**
Desenvolver projetos de pesquisa e extensão em Educação a Distância	Pró- Reitoria de Ensino a Distância fomentar junto ao Núcleo de Congressos e Seminários a Distância	**2019/2022**
Incentivar e apoiar docentes, discentes e técnicos administrativos em ações voltadas para Educação a Distância no âmbito da instituição	Pró- Reitoria de Ensino a Distância desenvolver gestão junto ao Núcleo de Cursos Preparatórios a Distância.	**2018/2022**
Incentivar a produção científica em EAD	Pró -Reitoria de Ensino a Distância fomentar junto ao Núcleo de Congressos e Seminários a Distância	**2019/2022**
Instituir e fomentar o Grupo de Pesquisa em EAD	Pró- Reitoria de Ensino a Distância fomentar junto ao Núcleo de Congressos e Seminários a Distância	**2018/2022**
Promover eventos técnico-científicos em EAD;	Pró- Reitoria de Ensino a Distância fomentar junto ao Núcleo de Congressos e Seminários a Distância	**2019/2022**
Promover cursos de capacitação Ambientes Virtuais de Aprendizagem (professores, tutores e coordenadores)	Pró- Reitoria de Ensino a Distância desenvolver gestão junto ao Núcleo de Cursos Preparatórios a Distância	**2018/2022**

4.9.1.4 Cronograma de expansão dos cursos na modalidade EAD

Conforme Resolução do CONSU foi aprovado Cursos de Graduação – Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogos na modalidade EAD que deverão ser iniciados no decorrer do PDI, conforme quadro abaixo:

Quadro 15 – Cronograma de expansão dos cursos na modalidade EAD

NÚCLEO	MODALIDADE	CURSO	CRONOGRAMA
CIÊNCIAS EXATAS	**BACHARELADO**	**- Engenharia Civil - Engenharia da Produção - Engenharia Mecânica**	**2019/2022**
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	**BACHARELADO**	**- Enfermagem - Farmácia - Fisioterapia**	**2019/2022**
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	**BACHARELADO**	**- Administração**	**2019/2022**
	LICENCIATURA	**- Pedagogia**	
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	**BACHARELADO**	**- Ciências Contábeis - Direito - Publicidade e Propaganda**	**2019 /2022**
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	**BACHARELADO LICENCIATURA**	**- Ciências Biológicas**	**2019 /2022**
	BACHARELADO	**- Agronomia**	
CIÊNCIAS EXATAS	**BACHARELADO**	**- Química**	**2019/2022**
		- Arquitetura e Urbanismo	
		- Engenharia da Computação	
		- Engenharia Elétrica	
TECNOLOGIA E PROJETOS ESPECIAS	**TECNOLOGIA**	**- Análise e Desenvolvimento de Sistema**	**2018/2022**
		- Agrocomputação	
		- Gestão Ambiental	
		- Gestão De Recursos Humanos	
		- Gestão Pública	
		- Logística	
		- Negócios Imobiliários	
		- Processos Gerenciais	
		- Segurança Pública	

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino à Distância, 2018.

4.9.1.5 Plano de Gestão para a Modalidade de EAD

A Pró-Reitoria de Ensino a Distância constitui-se do Planejamento Pedagógico, Coordenação Geral, Supervisão de Processos Institucionais e os Núcleo de Estudos Dirigidos e de Ensino a Distância, Núcleo de Atividades Complementares à Distância; Núcleo de Cursos Preparatórios à Distância e Núcleo de Congressos e Seminários à Distância.

As atividades da Pró-Reitoria desenvolvidas são:

Processo de elaboração do Projeto Didático Pedagógico: a partir de demanda ou identificação de oportunidades, elabora-se o projeto pedagógico do curso que leva em conta o perfil e necessidades do público-alvo, os objetivos e resultados que se pretende alcançar com o projeto e a definição de mídias e modelo de interação. A elaboração do projeto é o primeiro item do novo processo de EAD, tem prazo de conclusão variável, de acordo com as características. A elaboração é realizada pela Coordenação do Curso e com a participação

dos Docentes/Tutores conteudistas sob a supervisão e aprovação da Pró-Reitoria de Ensino à Distância.

Processo da Supervisão Pedagógica Instrucional SPI – Realizado a partir da definição do projeto pedagógico do curso envolve o desenvolvimento de material impresso (livros), conteúdos para web e recursos audiovisuais (vídeos e áudio), todos organizados pela respectiva Supervisão de Processo Instrucional- SPI, para audiovisual e web.

A organização da produção segue o sistema de gerenciamento por projeto, ou seja, define-se o responsável pelo projeto e a equipe que fará parte da produção, que serão os Instrutores de área. Os cronogramas são definidos de acordo com os prazos de entrega e os recursos humanos existentes

Processo de Supervisão Técnico-Administrativa e de Logística: A Supervisão Técnico-Administrativa e Logística – STECA envolve o processo de matrícula de alunos, logística de entrega e controle de material didático, supervisão e lançamento de notas, protocolos online, *callcenter* e de atividades complementares, quando houver. Programa-se o processo de gerenciamento dos recursos humanos e físicos da EAD com o objetivo de aperfeiçoar os demais processos para apoiar o desenvolvimento de novos projetos.

Processo de Supervisão Pedagógica de Pólos, Tutorias e Avaliações – SPPOTUTO Monitoramento da execução dos cursos EAD, acompanhamento das atividades didático-pedagógicas on-line e presenciais dos cursos, supervisão de tutoria, e das avaliações.

Processo de Supervisão de Tecnologias - STEC- Monitoramento do CTI, Portal Educacional Universitário, Laboratórios de Informática do Polo Sede e Polos Adjuntos quando houver.

A coordenação Geral tem o papel de planejar, acompanhar e executar as ações de ensino à distância na instituição, viabilizar a capacitação dos profissionais técnicos, docentes e tutores.

4.10 Plano de Gestão para a Modalidade Pós-Graduação

4.10.1 Lato Sensu

No âmbito da educação continuada, os cursos Lato Sensu do Uni-ANHANGUERA são oferecidos há mais de duas décadas e atendem de um modo geral a todas as áreas do conhecimento em que a Instituição oferece cursos no âmbito da Graduação, a saber:

- Direito

- Administração
- Ciências Contábeis
- Educação
- Engenharias
- Ciências da Terra
- Tecnologia
- Comunicação
- Saúde

Para tanto oferece Especializações e MBAs com a seguintes denominações:

Quadro 16 – Cursos de Pós-Graduação do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA

Código e-MEC	Cód. Curso na IES	Denominação	Carga Horária	Vagas	Atos Autorizativos
88374	153	MBA em Gestão de Pessoas, Liderança e Coaching	360h	50	Resolução nº 53 de 04/01/2014.
88372	287	Mediação e Novas Metodologias de Resolução de Conflitos	360h	50	Resolução nº 72 de 21/01/2015.
88371	147	Proteção de Plantas	360h	50	Resolução nº 129 de 30/06/2016.
88365	291	Docência no Ensino Superior: Gestão e Prática	360h	50	Resolução nº 148 de 04/08/2017.
88251	102	Direito Civil E Processual Civil	360h	50	Resolução nº 24 de 17/10/2012.
3135	036	MBA em Gestão de Software	360h	40	Resolução nº 04 de 08/10/2004.
3132	038	MBA em Logística Empresarial	360h	40	Resolução nº 04 de 08/10/2004.
3131	121	MBA em Gestão Empresarial	360h	40	Resolução nº 04 de 08/10/2004.
3127	033	MBA em Marketing	360h	40	Resolução nº 04 de 08/10/2004.
3125	162	MBA em Gestão de Resíduos Sólidos e Líquidos	360h	40	Resolução nº 04 de 08/10/2004.
3124	032	MBA em Recursos Humanos	360h	40	Resolução nº 04 de 08/10/2004.
3116	035	MBA em Finanças e Controladoria	360h	40	Resolução nº 04 de 08/10/2004.
3113	034	Auditoria Contábil	360h	40	Resolução nº 04 de 08/10/2004.
3110	134	Auditoria Contábil e Normas Internacionais	360h	40	Resolução nº 03 de 02/03/2012.
3106	143	MBA em Gestão Estratégica de Pessoas e Coaching	360h	40	Resolução nº 42 de 20/11/2013.
3103	103	Direito do Trabalho e Processual do Trabalho	360h	40	Resolução nº 12 de 12/11/2007.
3096	104	Direito Penal e Processual Penal	360h	40	Resolução nº 12 de 12/11/2007.
3090	105	Direito Público: Constitucional e Administrativo	360h	40	Resolução nº 12 de 12/11/2007.
3082	102	Direito Civil e Processual Civil	360h	40	Resolução nº 12 de 12/11/2007.
2843	154	Arbitragem, Negociação, Mediação e Conciliação	360h	40	Resolução nº 12 de 12/11/2007.
104609	293	Neuropedagogia	400h	50	Resolução nº 12 de 31/01/2019.
101872	292	Estruturas de Concreto e Obras Especiais	400h	50	Resolução nº 12 de 31/01/2019.

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação 2019.

Ainda nesse sentido, a Pró-Reitoria de Ensino Presencial oferece no âmbito dos cursos *Lato Sensu* a Revista da Pós-Graduação possibilitando aos docentes e discentes espaço de publicação dos artigos finais de curso, caracterizados como trabalho de Conclusão de Curso – TCC cujos trabalhos são classificados em um nível ótimo de qualidade.

A Pró-Reitoria de Ensino Presencial oferece anualmente a Convenção de Ensino, Pesquisa e Extensão, voltada exclusivamente para os discentes da Graduação que no âmbito do TCC desenvolvem resumos e apresentam em formato pôster a uma Comissão de Avaliadores que identifica os melhores trabalhos e os mesmos são apresentados de modo oral em sessão pública.

De tal forma que as políticas de ensino, pesquisa e extensão que envolvem os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* visam formar o discente para o mercado, com habilidades técnicas e conceituais permitindo o desenvolvimento de competências que prevaleçam em termos de atuação profissional.

Em termos de gestão as políticas de ensino visam atualizar o discente com o uso de novas tecnologias e a utilização de metodologias ativas de ensino-aprendizagem, tais como:

I. Estudos de Caso;
II. Visitas Técnicas;
III. Estudos de Casos Reais;
IV. Aulas teórico práticas em Laboratórios;
V. Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Políticas de Ensino e Ações Acadêmico-Administrativas para os cursos de pós-graduação lato sensu do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA:

Políticas de Ensino:

- Formulários Padrões (Plano de ensino, plano de aula, slides padronizados, mini currículo);
- Análise do currículo lattes e entrevista para seleção de docentes;
- Inserção de material didático e pedagógico no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA (BlackBoard)

- Acesso dos alunos aos Portais Educacional (visualização do material didático e pedagógico) e do Aluno (visualização de notas, faltas, situação financeira, secretaria online etc.);
- Acesso à rede Wi-Fi;
- Avaliação dos professores pelos alunos.

Ações Acadêmico-Administrativas:

- Aula inaugural;
- Palestras, mesas redondas e seminários;
- Criação da nova identidade visual da Pós-Graduação *Lato Sensu*;
- Vídeo institucional;
- Data marcada para entrega de diários e lançamento de notas (prazo de 5 dias úteis);
- Vídeos de professores para divulgação dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* em mídias digitais;
- Visitas e parcerias com empresas e órgãos públicos;
- Biblioteca virtual;
- Incentivo à pesquisa e publicação de artigos na revista institucional da Pós-Graduação do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA;
- Aulas teórico-práticas focadas no mercado de trabalho;
- Atualização do site institucional da Pós-Graduação;
- Postagens de conteúdos relacionados à Pós-Graduação *Lato Sensu* nas mídias digitais (Instagram e Facebook);
- Kit de boas-vindas;
- Momento de integração entre as turmas de Pós-Graduação *Lato Sensu* (Festival de sorvete, Festa Junina da Pós-Graduação);
- Ação de Responsabilidade Social (Natal da Esperança);
- Coquetel de encerramento das turmas.

4.10.2 Stricto Sensu

No âmbito da formação em nível de quarto grau, o Uni-ANHANGUERA vem desenvolvendo atividades de gestão e adotando uma política de formação continuada de uma

capacidade instalada de professores, no sentido de melhorarem suas qualificações para mestres e doutores. Deseja-se em curto espaço de tempo submeter junto aos órgãos reguladores proposta de curso de Mestrado nas áreas de Direito e Multidisciplinar. Para tanto, realizou-se em um primeiro momento, parceria com a Universidade Estácio de Sá – UNESA à realização de um DINTER - Doutorado Interinstitucional na área de Direito para professores mestres da Instituição.

O DINTER objetiva formar professores em nível de Doutorado e permitir após o ciclo de formação conjugar um grupo de professores aptos a montagem de um APCN em Direito em nível de Mestrado.

No que se refere a proposta Multidisciplinar, a Pró-Reitoria de Ensino Presencial desenvolveu o Programa de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC cujo objetivo é desenvolver uma cultura de pesquisa junto à comunidade discente e agregar valor aos professores orientadores, doutores e pertencentes ao quadro de professores da Instituição.

Neste sentido, o PIBIC representa um movimento de criação de uma massa crítica capaz de desenvolver uma proposta de Mestrado cuja temática circunda uma área guarda-chuva que envolve temas correlatos à cidadania, visto que todos os projetos desenvolvidos no âmbito do PIBIC tratam desse tema, a partir de suas especificidades.

Além desta política de amadurecimento do Stricto Sensu, propriamente dito, a Pró-Reitoria de Ensino a Distância tem adotado como política a melhoria da qualificação da Revista Anhanguera que há quase duas décadas vem sendo publicada de forma sistemática, sem interrupções e que na última avaliação quadrienal teve seu conceito valorado e agora se situa como B4 na base *Qualis* da Capes, atendendo áreas de interesse da Instituição, tais como:

- Educação
- Sociologia
- Comunicação
- Ciências Jurídicas
- Agronomia

Para 2019 a pós-graduação ofertará os seguintes cursos:

DIREITO

- Mediação e Novas Metodologias de Resolução de Conflitos
- Direito Minerário

- Direito Público: Constitucional e Administrativo
- Direito Previdenciário
- Direito Penal e Processual Penal
- Direito do Trabalho e Processual do Trabalho
- Direito Civil e Processual Civil

NEGÓCIOS

- MBA em Marketing, Empreendedorismo e Interfaces Digitais
- MBA em Logística Empresarial
- MBA em Gestão de Pessoas, Liderança e Coaching
- MBA em Finanças e Controladoria
- Auditoria Contábil e Normas Internacionais

CIÊNCIAS AGRÁRIAS E MEIO AMBIENTE

- Tratamento de Resíduos: Tecnologias Aplicadas
- Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas
- Produção Agrossilvipastoril em Sistemas Integrados
- Proteção de Plantas

ENGENHARIA, ARQUITETURA E TECNOLOGIA

- Mobilidade Urbana e Infraestrutura de Transporte
- Estrutura de Concreto e Obras Especiais
- Gerenciamento Colaborativo de Projetos

EDUCAÇÃO

- Neuropedagogia
- Alfabetização, letramento e formação docente
- Docência do ensino superior: gestão e prática

SAÚDE

- Treinamento Funcional: Desporto e Reabilitação
- Gestão Pública em Saúde

5 POLÍTICA DE GESTÃO INSTITUCIONAL

5.1 Organização administrativa

O Centro Universitário de Goiás é composto pelos seguintes órgãos até o ano de 2019 no primeiro semestre.

1- Órgãos Colegiado Superior:

1.1 -Conselho Superior: CONSU

2.Órgãos Superiores de Direção e Supervisão

2.1 Reitoria.

2.1.1 Secretaria Geral

2.1.2 Assessoria Jurídico-Administrativa

2.2 Vice-Reitoria

2.3 Diretoria Geral

3. Órgãos Acadêmicos e pedagógicos (*)

3.1 Pró-Reitoria de Ensino Presencial

3.2 Pró-Reitoria de Ensino à Distância

3.3 Colegiados dos Cursos

3.4 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

3.5 Comitê de Ética em Uso de Animais

3.6 Comissão Própria de Avaliação (CPA)

3.7 Coordenações dos Cursos

3.8 Núcleo Docente Estruturante

3.9 Coordenação de Planejamento Estratégico e Avaliação Institucional

Em 2019 a estrutura passou a ter apenas duas Pró-Reitorias: 1 em EAD outra de Ensino Presencial.

5.2 Órgãos colegiados: atribuições e competências

É órgão colegiado do Centro Universitário de Goiás, o Conselho Superior (CONSU).

5.2.1 Conselho Universitário

O Conselho Universitário, órgão consultivo e deliberativo superior do Centro Universitário de Goiás, é constituído, segundo artigo 16 do Estatuto da IES, da seguinte forma:

1. Reitor, seu Presidente;
2. Vice-Reitor, seu Vice-Presidente;
3. Pró-Reitores;
4. três representantes do corpo docente, eleitos por seus pares;
5. um representante da entidade mantenedora, indicado pelo Sócio Administrador.

O Presidente da Entidade Mantenedora nomeará seu representante junto ao Conselho Universitário.

O representante dos Órgãos Suplementares e o do corpo técnico-administrativo serão escolhidos por seus pares, enquanto que o da comunidade, por associações representativas da área educacional.

5.2.1.1 Atribuições do Conselho Universitário – CONSU

As atribuições do Conselho Universitário são:

1. elaboração, alteração, e aprovação do presente Estatuto e do Regimento Geral;
2. critérios e sistemática para elaboração de atos normativos dos órgãos colegiados;
3. apuração de responsabilidade do Reitor, dos Pró-Reitores e demais ocupantes de cargos ou funções de confiança, com amplo direito de defesa, quando, por omissão ou tolerância, permitirem ou favorecerem o não cumprimento da legislação de ensino, deste Estatuto, do Regimento Geral ou de normas complementares;
4. representações ou recursos que lhe forem encaminhados pelo Reitor;
5. providências destinadas a prevenir ou corrigir atos de indisciplina coletiva;

6. intervenção nos demais órgãos do Centro Universitário, bem como avocar as atribuições a eles conferidas;
7. deliberar sobre a proposta orçamentária do Centro Universitário, elaborada anualmente pela Diretoria Geral, e submetê-la a aprovação da entidade Mantenedora;
8. exercer o poder disciplinar, originariamente ou em grau de recurso, como instância superior;
9. os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) quinquenal, e Carreira do Corpo Docente e do Corpo Técnico-Administrativo;
10. submeter, a aprovação da Mantenedora, acordos e convênios com entidades nacionais ou estrangeiras que envolvam interesse do Centro Universitário;
11. interpretar o presente Estatuto e o Regimento Geral e resolver casos neles omissos;
12. sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades do Centro Universitário, bem como opinar sobre assuntos pertinentes que lhe sejam submetidos pelo Reitor.

5.3 Órgãos Superiores de Direção e Supervisão

5.3.1Reitoria

A Reitoria, órgão executivo máximo da administração superior do Uni-ANHANGUERA, é constituída por um Reitor e um Vice-Reitor, auxiliados pela Secretaria Geral e a Assessoria Jurídico-Administrativa.

5.4 Órgãos Acadêmicos e pedagógicos

5.4.1 Pró-Reitorias

A Reitoria é auxiliada em suas funções pela Vice-Reitoria e pelas seguintes Pró-Reitorias: de Ensino Presencial e Ensino à Distância. Estrutura oriunda de alteração em organograma realizada em 2019. Anteriormente, assim se subdividiam as Pró-Reitorias: Pró-Reitoria Administrativa, Pró-Reitoria de Planejamento Pedagógico e Avaliação Institucional (alterada em 2015 para Coordenação, Pró-Reitoria de Graduação e Extensão), Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, Pró-Reitoria de Comunicação e Marketing; Pró-Reitoria de Cultura; Pró-Reitoria de Ensino à Distância e Pró-Reitoria Econômico Financeira, Pró- Reitoria

de Desenvolvimento Institucional.

5.5 Órgãos de apoio às atividades acadêmicas

I. Coordenações de Cursos;
II. Coordenação de Pós-Graduação;
III. Central de Relacionamento Acadêmico;
IV. Assessoria de Apoio ao Docente, Discente e Administrativo.

5.6 Organização e Gestão de Pessoal

5.6.1 Corpo Docente

Os referenciais para as ações pedagógicas no Uni-ANHANGUERA pressupõem um processo formativo na sua plenitude e, neste sentido, reconhecem o aluno e o docente como agentes ativos e corresponsáveis pelas ações desenvolvidas.

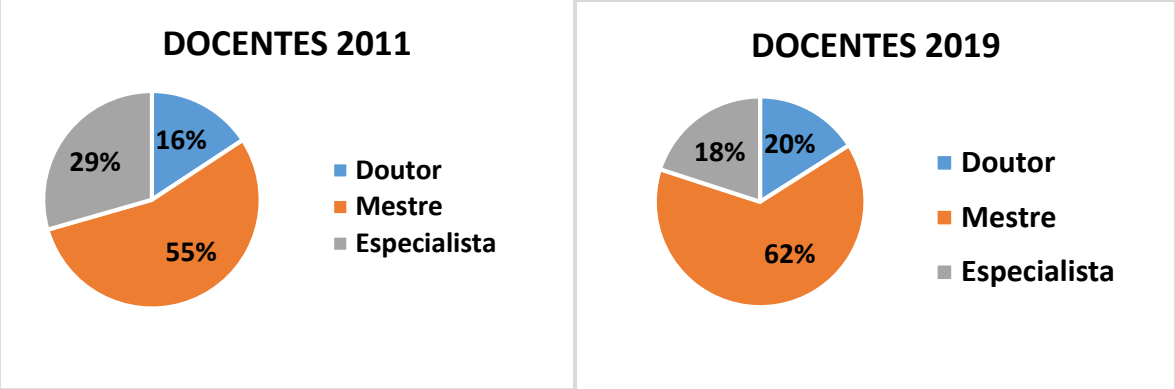
A compreensão da ação educativa como um processo abrangente, no qual está presente a relação docente/aluno/conteúdo, requer um encaminhamento do processo ensino-aprendizagem de tal maneira que objetivos, conteúdos, estratégias, recursos e o papel do docente e do discente estão intimamente relacionados.

É com esta concepção de ensino-aprendizagem, considerando o professor como gestor do processo de ensino e que, junto com seus alunos deve garantir a unidade ensino/aprendizagem e fazer a devida mediação entre conhecimento e prática social, que o Centro Universitário de Goiás conta com um corpo docente qualificado e que ministra aulas na graduação e na pós-graduação, desenvolve projetos e ações de extensão e responsabilidade social em consonância com os PPCs dos diferentes cursos.

Quadro 17 – Perfil docente – formação-comparativo

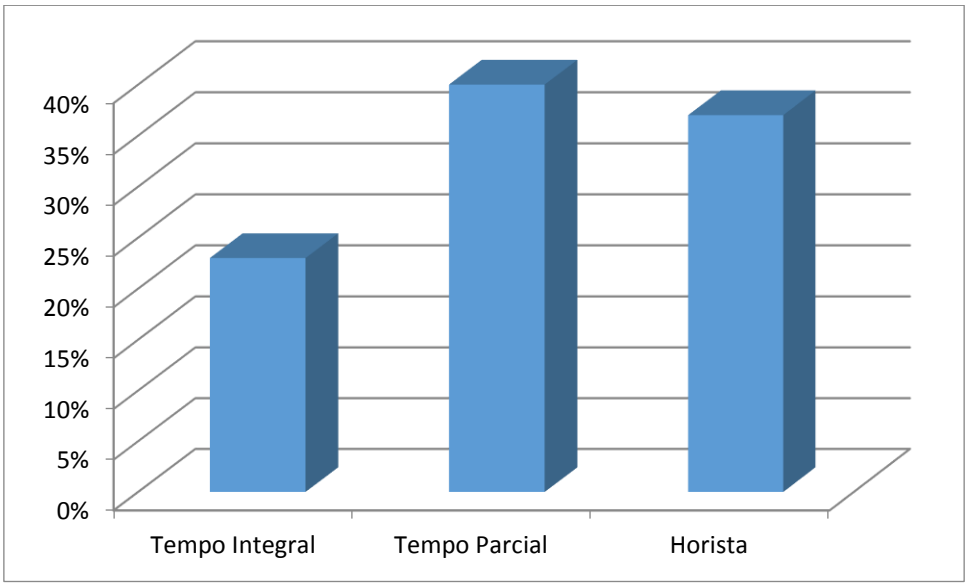
	2011		2019	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Doutor	31	16%	42	20%
Mestre	108	55%	135	62%
Especialista	58	29%	40	18%
TOTAL	**197**	**100%**	**217**	**100%**

Gráfico 7 – Perfil docentes



Fonte: Coordenação de Planejamento Pedagógico e Avaliação Institucional - 2019

Gráfico 8 – Regime de Trabalho



Fonte: Coordenação de Planejamento Pedagógico e Avaliação Institucional - 2019

No que concerne à titulação temos de um total de 217 docentes, 42 doutores, 135 mestres e 40 especialistas.

5.6.1.1 Critérios de seleção e contratação de docentes

Os critérios de admissão à carreira docente estão relacionados à necessidade de cada curso, com realização de processo público de seleção de docentes mediante publicação de Editais de acordo com a demanda. Tem ocorrido com a periodicidade de 6 meses em 6 meses. O docente é admitido quando os seguintes requisitos forem obrigatoriamente

atendidos:

I. existência de vaga aprovada pelo Reitor;
II. apresentar currículo com cópia de todos os documentos que comprovem o seu conteúdo;
III. apresentar todos os documentos exigidos pelo Setor de Recursos Humanos e apresentar os dossiês tanto para o RH quanto para a coordenação pedagógica;
IV. ser aprovado em todas as etapas do processo seletivo conforme estabelecido no Edital.

A admissão de docente ocorre mediante contrato de trabalho celebrado com a Mantenedora, após a seleção de candidatos com observância dos critérios estabelecidos no Regimento, no Plano de Carreira Docente e em Resoluções específicas aprovadas no Conselho Universitário.

5.6.1.2 Plano de Carreira Docente

A instituição possui Plano de Carreira Docente (PCD) aprovado pela Superintendência Regional do Trabalho em Goiás (SRT-GO) conforme DESPACHO DO SUPERINTENDENTE Processo nº 46208.006817/2013-99, que tem por objetivo normatizar os critérios de ingresso e progressão na carreira do Centro Universitário de Goiás - Uni-ANHANGUERA.

Conforme PCD, o Quadro de Carreira Docente (QCD) do Uni- ANHANGUERA é formado pelas seguintes categorias:

I - Professor Titular;
II – Professor Associado;
III - Professor Adjunto;
IV - Professor Assistente.

São *requisitos mínimos* para ingresso nas Categorias docentes:

I - Professor TITULAR: (a) no mínimo vinte anos de experiência docente em nível superior, (b) atingir uma pontuação mínima superior a 350 pontos e titulação de doutor.

II – Professor ASSOCIADO: a) no mínimo quinze anos de experiência docente em nível superior, (b) atingir uma pontuação mínima superior a 300 pontos e titulação de doutor.

III - Professor ADJUNTO: (a) no mínimo dez anos de experiência docente em nível superior, (b) atingir uma pontuação mínima superior a 250 pontos e titulação de mestre.

IV - Professor ASSISTENTE: (a) no mínimo cinco anos de experiência docente em nível superior, (b) atingir uma pontuação mínima superior a 150 pontos e titulação de especialista.

5.6.1.3 Formação continuada de docentes

A instituição oferece formação continuada para os docentes, diretores e coordenadores. Para os docentes semestralmente ocorrem as semanas de planejamento pedagógico com oficinas, seminários, workshops, mesas redondas, abordando temas atuais da educação superior. Além do curso de pós-graduação stricto sensu em Direito, realizado nas dependências do Centro Universitário de Goiás, Bloco H, que ocorre em parceria com a Universidade Estácio de Sá. Assunto já mencionado nas páginas anteriores.

Para os Diretores e Coordenadores de cursos ocorrem encontros bimestrais de formação continuada promovida pela Coordenação de Planejamento Pedagógico e Avaliação Institucional.

5.6.1.4 Formação de Docentes Tutores - EAD

Os Professores/Tutores EAD são parte do Quadro Docente da instituição e enquadrados no Plano de Carreira Docente. Nesse sentido a Pró-Reitoria de Ensino à Distância conta com o Núcleo de Cursos Preparatórios à Distância e com o Núcleo de Estudos Dirigidos e de Ensino à distância responsáveis pela formação dos docentes/tutores.

Existe na Pró-Reitoria projeto denominado de Capacitação em EAD que viabiliza anualmente cursos de aperfeiçoamento dos tutores. Várias metodologias são utilizadas, como estudos sistematizados de artigos, teses e atualidade, com realização de seminários, bem como tutores convidados para troca de experiências.

5.6.1.5 Formas de acompanhamento e avaliação do planejamento e execução do trabalho docente

O acompanhamento do trabalho docente ocorre por meio do Portal que é uma ferramenta que possibilita ao docente disponibilizar Planos de Ensino, aulas ministradas, atividades acadêmicas, promover debates e fóruns, disponibilizar vídeos, postar textos possibilitando a interação professor/coordenação de curso e aluno de forma virtual.

Outra forma de acompanhamento do trabalho docente é por meio da CPA que traça o perfil do aluno ingressante, que visa subsidiar os coordenadores e professores na atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e na atualização ou elaboração dos Planos de Ensino e Planejamento das aulas.

Esta atualização dos Planos de Ensino e Aula é avaliada, supervisionados e aprovados pelos coordenadores via portal, uma vez que são disponibilizados para a gestão institucional e para os alunos**.**

Outra forma de avaliação do planejamento e execução o trabalho docente é realizado pela CPA no processo de autoavaliação institucional, realizado semestralmente e com retorno aos docentes**.**

5.6.1.6 Apoio aos docentes

Por meio do Núcleo de Apoio ao Docente, Discente e Administrativo a instituição oferece apoio didático/pedagógico aos docentes e atendimento de Psicologia Educacional.

Visando incentivar a publicação a IES disponibiliza aos docentes a Revista Anhanguera indexada na *Base Qualis* B4. A Revista Anhanguera, com versão impressa e *online* é uma publicação anual e tem por objetivo veicular artigos científicos originais de todas as áreas que sejam significativos para o desenvolvimento das ciências e da educação.

A Pró-Reitoria de Ensino Presencial tem a atribuição de desenvolver junto aos docentes e discentes uma política de iniciação científica e extensão, em articulação com as atividades de pesquisa e extensão dos diversos cursos presenciais.

O Programa de Iniciação Científica, objetiva estimular a produção científica e tecnológica na instituição visando fortalecer o tripé Ensino – Pesquisa – Extensão.

5.6.1.7 Participação dos docentes nas instâncias de decisão da instituição

O corpo docente participa da administração da Instituição como membro dos Conselhos, órgãos consultivos, normativos e deliberativos, em matéria de ensino, de pesquisa

e de extensão (CPA, NDE, CONSU).

Cada curso tem o seu Conselho, constituído pelo Coordenador do mesmo e pelos representantes do corpo docente e discente, que delibera sobre assuntos pedagógicos, científicos, didáticos e disciplinares no âmbito do curso.

Outra forma de participação dos docentes na gestão da IES é por meio da Comissão Própria de Avaliação. E, também por meio do Núcleo Docente Estruturante– NDE.

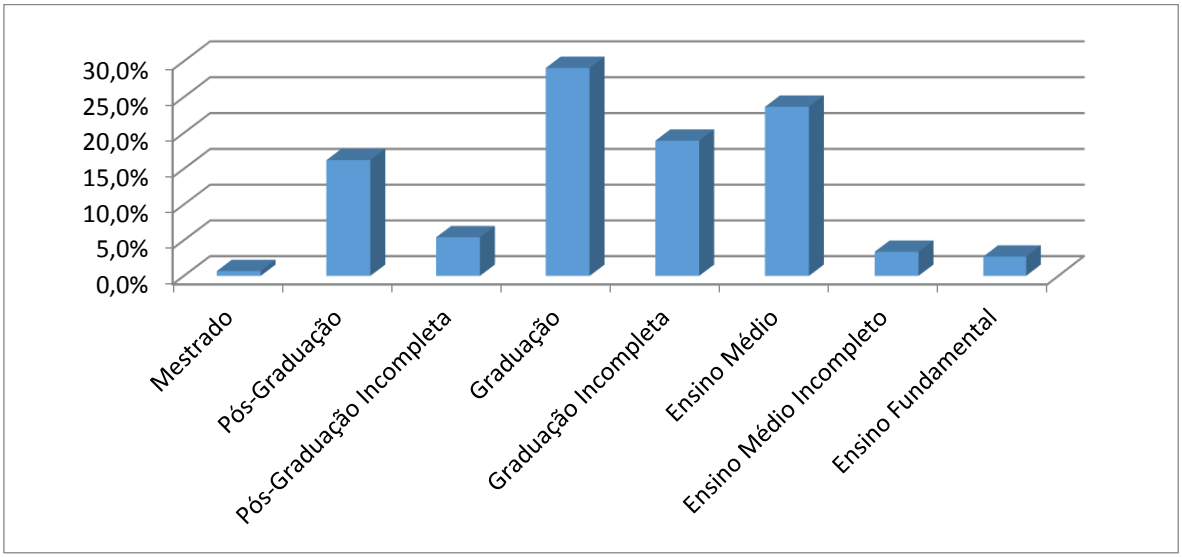
5.6.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Em consonância com Resolução n. 01 de junho de 2010, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, a instituição por meio do CONSU criou nos diferentes cursos de graduação o NDE, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização dos PPPCs.

5.6.3 Corpo Técnico Administrativo

O Centro Universitário de Goiás conta com 148 colaboradores técnicos administrativos. Destes 01(0,7%) possui mestrado, 24 (16%) possuem pós-graduação completa; 8 (5,5%) estão cursando pós-graduação, 43(29%) são graduados, 28 (19%) são graduandos, 35 (23,7%) com ensino médio completo, 05 (3,4%) com ensino médio incompleto e 04 (2,7%) ensino fundamental.

Gráfico 8 – Técnicos Administrativos



Fonte: SETOR DE RECURSOS HUMANOS, 2019.

A realidade expressa os resultados do investimento da instituição na formação e qualificação dos funcionários administrativos com a oferta de bolsas de estudo integral nos cursos de graduação e 50% nos de pós-graduação oferecidos pela instituição.

A dinamicidade do Departamento de Recursos Humanos para os cursos de formação envolve desde as áreas da engenharia da computação e o uso dos softwares da IES e os comuns como o EXCEL. Também os que se tratam da segurança do trabalho e palestras de educação e saúde de prevenção, por exemplo. Destacou-se, anteriormente, a meta da IES sobre o avanço das bolsas para colaboradores.

Há também oferta de bolsas, na graduação, para familiares em primeiro grau dos profissionais administrativos.

A Assessoria de Apoio ao Docente, discente e administrativo desenvolve junto aos profissionais técnicos administrativos atividades de Apoio Psicológico e, quando necessário, realiza o encaminhamento aos profissionais competentes.

O Núcleo de Acessibilidade Uni-ANHANGUERA apoia os profissionais administrativos PNE, com observação nas contratações, e hoje a instituição conta com um número acima da quota exigida pelo MTE.

No decorrer das práticas provisionais dos PNE na empresa há o acompanhamento e a valorização dos profissionais com processos de inclusão, destacando-se a formação universitária na graduação e na pós-graduação e participação em programas de inclusão social exibidos pela FONTE TV.

5.7 Corpo Discente

5.7.1Perfil do aluno do Uni-ANHANGUERA

Conforme perfil dos alunos, elaborado pela CPA, os discentes do Centro Universitário de Goiás, em sua maioria, concluiu o segundo grau em Escola Pública (66,76%). Já os oriundos da escola privada são 30,17% e 3,7% outros.

Esta realidade leva a instituição a desenvolver políticas e ações de valorização de seus discentes, de democratização das decisões e fortalecimento das instâncias colegiadas.

5.7.2 Apoio pedagógico ao aluno

O Centro Universitário de Goiás em sua concepção de uma formação integral de

seu educando desenvolve atendimento ao aluno em diferentes áreas, visando contemplar as diferentes necessidades dos educandos. São realizados atendimentos ao aluno voltados aos processos de ensino e de aprendizagem, à administração acadêmica, ao apoio de psicologia educacional e ao atendimento aos alunos com necessidades especiais.

5.7.2.1 Processo ensino aprendizagem – Nivelamento

As modalidades de nivelamento objetivam criar condições para que os alunos desenvolvam as habilidades e competências necessárias ao cumprimento das atividades propostas pelo curso. Com elas, pretende-se minimizar a deficiência de conhecimento apresentada pelos egressos do Ensino Médio.

A instituição disponibiliza aos alunos cursos de nivelamento de português, matemática, cálculo, em horários alternativos.

Dentre os benefícios do nivelamento destacam-se: a) o reconhecimento das limitações individuais, especialmente daqueles que concluíram há mais tempo o Ensino Médio; b) a função de ambientação para ingresso no ensino superior; c) o caráter de adesão voluntária, aberto a todos os alunos, sem qualquer ônus financeiro ou de progressão curricular; d) o sentimento de segurança por parte do aluno ao reconhecer o programa como uma ação institucional em prol da qualidade acadêmica.

5.7.2.2 Programa de Nivelamento/Aperfeiçoamento Acadêmico no AVA

Como ação subsequente à familiarização com a metodologia EAD, o programa de nivelamento denominado Reforço Acadêmico tem por finalidade apresentar classes extracurriculares com ênfase às disciplinas e conhecimentos que permeiam (direta ou indiretamente) qualquer curso superior, as quais, notadamente, representam uma carência em termos de base acadêmica. Com esse programa pretende-se oferecer ao corpo discente os conhecimentos básicos em disciplinas consideradas fundamentais aos estudos universitários.

Sua abordagem versa sobre temas da atualidade na área de sustentabilidade, direitos humanos, multiculturalismo, de produções sociais, ambientais e culturais de desenvolvimento tecnológico e de gestão de conhecimentos gerais.

5.7.2.3 Apoio de Psicologia Educacional – Núcleo de Apoio ao Discente

O serviço de apoio psicologia educacional é realizado por meio do Núcleo de Psicologia Educacional, que assiste os alunos em suas dificuldades em relação ao acompanhamento do curso, ao processo ensino-aprendizagem e ao convívio com colegas e docentes, zela pelo bem-estar do estudante e pelas condições psicológicas necessárias ao cumprimento de suas tarefas acadêmicas. O atendimento dá-se na sala 114-C.

Os agendamentos e relatórios de cada acompanhamento são feitos pela Coordenação de Planejamento Pedagógico e Avaliação Institucional com a orientação da psicóloga da IES.

As legislações pertinentes, sobretudo as últimas leis que versam sobre a lei nº 12.764 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista são atendidas na IES e em caso de indício é feito o relatório para encaminhamento médico em conjunto às coordenações dos cursos.

Também são feitos nos atendimentos especial atenção aos casos de síndromes da depressão, pânico e outras comorbidades, encaminhando aos especialistas da área os casos mais graves, sendo relatados pela psicóloga da IES.

5.7.2.4 Atividades de Monitoria

As atividades de Monitoria são voltadas aos Cursos de Graduação e têm por objetivo propiciar atuação junto aos colegas, colaborando nas atividades de ensino e possibilitar, também, a identificação de vocações para a docência.

O professor do Componente Curricular, para o qual será admitido o monitor, atuará também como professor orientador, no sentido de assegurar o sucesso do programa do ponto de vista didático-pedagógico. Ao professor cabe orientar o plano de atividades do monitor, a realização da monitoria para os demais discentes e realizar a sua posterior avaliação, em articulação com o Coordenador do Curso.

5.7.2.5 Apoio ao aluno - Administração acadêmica

a) Ouvidoria - Com o objetivo de propiciar aos alunos uma maior interação com a Instituição, o Uni-ANHANGUERA conta com a OUVIDORIA, canal oficial de recebimento e encaminhamento de sugestões, elogios, críticas da comunidade interna e externa.

b) Balcão de Informações - Localizado no saguão principal, o Balcão é responsável pelas

informações básicas aos discentes e docentes, principalmente no que diz respeito à localização de pessoas, departamentos, atividades acadêmicas, entre outros**.**

c) Secretaria - Os cursos possuem uma área de atendimento, localizada no Bloco A, responsável por informações básicas ao aluno (como localização de salas, professores e notas), e as informações relativas ao conteúdo, atendendo, além dos alunos, também os professores.

d) Central de Atendimento ao aluno – A instituição conta com sala climatizada de atendimento geral aos alunos no horário das 8 às 22 h. O atendimento é realizado por meio de senhas eletrônicas e oferece serviços de Protocolo Geral, FIES, PROUNI atividades complementares, cobrança dentre outros.

5.7.3 Atividades Acadêmicas Articuladas à Formação

5.7.3.1 Atividades Complementares

Um dos compromissos do Uni-ANHANGÜERA é operacionalizar as Atividades Complementares de Ensino, Pesquisa e Extensão e os Estágios Curriculares Supervisionados que estão sob a responsabilidade das Pró-Reitorias de Ensino Presencial e Ensino à Distância.

Além das disciplinas teóricas e das disciplinas práticas são previstas atividades complementares para os cursos de graduação e tecnológicos da Instituição, visando a propiciar ao aluno a oportunidade de realizar uma trajetória autônoma e particular no desenvolvimento do currículo.

As atividades complementares são desenvolvidas em três níveis:

- Como atividade de ensino possibilitando a apreensão da teoria e o aperfeiçoamento extracurricular dos cursos;
- Como instrumento de iniciação científica com a participação em projetos de iniciação científica e produção acadêmica;
- Com o aperfeiçoamento e integração do conhecimento do aluno à realidade social, econômica e do trabalho de sua área/curso.

Quadro 18 – Relação de Atividades Complementares por Categoria Ensino, Extensão e Pesquisa

CARGA HORÁRIA PARA ATIVIDADES COMPLEMENTARES (vigente a partir de 2019.2)			
Modalidade	**Atividades desenvolvidas obrigatoriamente com aderência ao curso**	**Nº horas pré-determinado por atividade**	**Nº horas pré-determinado por semestre**
EN1	**Atividade de Estudo Dirigido do NED- ED**	1 por semestre	Tabela no Verso
EN2	**Atividade de Multiplicador Acadêmico – NED ED/ASE**	1 por semestre	10 horas
EN3	**Atividade de Multiplicador Acadêmico – NED EaD Parcial**	1 por semestre	20 horas
EN4	**Monitoria** - Mediante a apresentação de Formulário Próprio (retirado na Central de Relacionamento Acadêmico) preenchido e com as devidas assinaturas.	1 por semestre	40 horas
EN5	**Disciplinas extracurriculares não aproveitadas na grade do curso –** em vista da carga horária da disciplina ser inferior à da matriz curricular do curso, cujo conteúdo tenha aderência ao curso e não conste na matriz curricular vigente.	30 horas	ilimitada
EN6	**Curso presencial** – Apresentação de certificado original com cópia. Apenas serão deferidas as horas cujos certificados contemplem a programação, assinatura e o nome da entidade responsável pelo evento. Caso o certificado tenha sido emitido eletronicamente (*online*), é imprescindível que conste o código de confirmação ou que se forneça meios de comprovação da autencidade deste para a validação das horas, como por exemplo, o print da tela com o site oficial da instituição/empresa.	____	60 horas
EN7	**Estágio extracurricular** – o deferimento das horas será feito semestralmente, mediante apresentação do Relatório de Estágio (disponível no site da IES para preenchimento), acompanhado da cópia do TCE – Termo de Compromisso de Estágio (fornecido pela concedente - Pessoa Física ou jurídica) ou agente de integração.	1 por semestre	40 horas
EN8	**Participação em defesa de monografia, TCC, dissertação de mestrado, tese de doutorado.** Mediante a apresentação de Formulário Próprio (retirado na Central de Relacionamento Acadêmico) preenchido e com as devidas assinaturas.	1 hora	10 horas
EN9	**Participação em grupo de estudo formalizado na Instituição sob a orientação do coordenador de curso** - Mediante a apresentação de Formulário Próprio (retirado na Central de Relacionamento Acadêmico) preenchido e com as devidas assinaturas.	1 por semestre	40 horas
EN10	**Participação em eventos acadêmicos e profissionais (palestra, semana, seminário, congresso, simpósio, *workshop*, feira, treinamento, campanha e jornada)** - Apresentação de certificado original com cópia. Caso o certificado tenha sido emitido eletronicamente (*online*), é imprescindível que conste o código de confirmação ou que se forneça meios de comprovação da autencidade deste para a validação das horas, como por exemplo, o print da tela com o site oficial da instituição/empresa.	_____	100 horas
EN11	**Participação em cursos de extensão à distância** - Apresentação de certificado original com cópia. Apenas serão deferidas as horas cujos certificados contemplem a programação, assinatura e o nome da entidade responsável pelo evento. Caso o certificado tenha sido emitido eletronicamente (*online*), é imprescindível que conste o código de confirmação ou que se forneça meios de comprovação da autencidade deste para a validação das horas, como por exemplo, o print da tela com o site oficial da instituição/empresa.	_____	40 horas
EN12	**Participação em visitas técnicas e ou viagens de intercâmbio promovidas pela IES** - Mediante apresentação de relatório devidamente assinado pelo responsável.	_____	60 horas
EX1	**Participação como responsável, organização e ou monitor em eventos acadêmicos e profissionais (palestra, semana, seminário de curso, congresso, simpósio, *workshop*, feira, treinamento, campanha e jornada)** Apresentação de certificado original com cópia. Caso o certificado tenha sido emitido eletronicamente (*online*), é imprescindível que conste o código de confirmação ou que se forneça meios de comprovação da autencidade deste para a validação das horas, como por exemplo, o print da tela com o site oficial da instituição/empresa.	_____	60 horas por evento
EX2	**Participação em projetos de extensão institucionalizados (oferecidos pela IES)** - Mediante a apresentação de Formulário Próprio (retirado na Central de Relacionamento Acadêmico) preenchido e com as devidas assinaturas.	_____	60 horas
EX3	**Participação como voluntário em ações sociais, filantrópicas, profissionais e comunitárias, legalmente instituídas** - Mediante apresentação de certificado ou declaração com a assinatura do Presidente da entidade.	_____	60 horas
EX4	**Atuação em representações estudantis** - mediante apresentação de cópia da ata de eleição ou declaração devidamente assinada pelo presidente.	_____	10 horas
EX5	**Participação como jurado em sessão do Tribunal de Júri –** Cópia da ata de realização do Júri com o nome do Acadêmico.	1 dia	10 horas Por dia
EX6	**Participação em atividades do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) - Apresentação** de declaração original com cópia de comprovante de participação nos dois turnos, caso haja.	1 por semestre	25 horas
EX7	**Participação como corresponsável por viagem de intercâmbio e visita técnica** - Mediante apresentação de certificado original com cópia.	_____	20 horas
EX8	**Representação de acadêmicos no Conselho Discente** – Mediante a apresentação de Formulário Próprio (retirado na Central de Relacionamento Acadêmico - CRA) preenchido e com as devidas assinaturas.	1 por semestre	20 horas
EX9	**Monitoria Prática –** Mediante a apresentação de Formulário Próprio (retirado na Central de Relacionamento Acadêmico) preenchido e com as devidas assinaturas.	1 por semestre	40 horas
EX10	**Atividade de Multiplicador Acadêmico – NED ED/ASE**	1 por semestre	20 horas
EX11	**Atividade de Multiplicador Acadêmico – NED EaD Parcial**	1 por semestre	10 horas
PE1	**Participação em projetos de pesquisa institucionalizados –** (PIBIC, PIC, etc.) Projeto finalizado e declaração do orientador.	1 Projeto por semestre	20 horas
PE2	**Autoria e coautoria em livros, capítulos de livros e revistas** - mediante apresentação da obra original ou cópia do registro.	1 Artigo por semestre	30 horas
PE3	**Elaboração e apresentação de resumos ou artigos em anais de eventos científicos –** Mediante apresentação do artigo ou resumo e do certificado de apresentação.	1 Artigo ou resumo por semestre	30 horas
PE4	**Elaboração e apresentação de trabalhos em exposições, feiras e mostras de trabalhos acadêmicos (Ex. CEPEX)**	1 Trabalho por semestre	20 horas
Legenda: EN – Ensino – EX – Extensão – PE – Pesquisa			

Obs.: O prazo máximo para entrega, após a conclusão da atividade complementar, será de até 30 dias, desde que não ultrapasse a data de encerramento do semestre, prevista no calendário.

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino Presencial/ 2019

5.7.3.2 Atividades Complementares de ENSINO:

- Atividades de monitoria, onde o aluno pode ter a oportunidade de exercer o papel de orientador, na matéria que obteve sucesso no semestre anterior, auxiliando o professor no que se refere ao processo de ensino, durante um semestre nos moldes exigidos por esta Instituição;
- Disciplinas extracurriculares e cursos de aperfeiçoamento que complementam o curso dentro ou fora da IES, de livre escolha do aluno, que não integre a matriz curricular, levando em consideração a participação em cursos de línguas estrangeiras e cursos que sejam conexos com a Graduação do aluno;
- Trabalho de assessoria, consultoria ou elaboração de projetos ou pareceres pelos alunos em escritórios ou ambientes similares que sejam correlatos com o curso com a devida orientação do professor pertinente da matéria;
- Presença, como ouvinte, na defesa de Monografias, Dissertação de Mestrado e Tese de Doutorado apresentadas pelos alunos desta Instituição, com a elaboração de relatório referente à temática apresentada;
- Participação como consultores ou assessores do NED – Núcleo de Estudos Dirigidos;
- Participação nas atividades semipresenciais coordenadas pelo NED – Núcleo de Estudos Dirigidos;
- Participação em eventos acadêmicos como, por exemplo: palestras, seminários, painéis;
- Ressalte-se que o Uni-ANHANGUERA oferece aos alunos a possibilidade de realizarem atividades complementares de ensino, na modalidade semipresencial, por meio do NED-ED que desenvolve Estudo Dirigido como atividade complementar de ensino e aprendizagem e pode ser requerida semestralmente. Visa contribuir para a formação geral do aluno. É composta de três atividades, denominadas de T1, AV1 e AV2, cuja realização é obrigatória para validação das horas correspondentes às atividades de ensino, sendo necessário também, obter pelo menos nota 6,0 (seis) em uma das avaliações (AV1 e AV2).

O NED realiza a comunicação com os discentes por meio de Plantões Presenciais com dia e horário disponibilizado para as disciplinas-EAD, tanto matutino quanto noturno, no laboratório de informática nº 3, por meio do MULTIPLICADOR ACADÊMICO, alunos inscritos no programa no início de cada semestre, que têm o papel de auxiliar e informar os alunos a respeito das atividades; e ainda por meio do sistema. Há ainda o Fale-Conosco, ferramenta disponível na primeira página do site, com resposta em 24 h a 48 h.

Utiliza também Murais, Painel Eletrônico no hall de entrada, contato direto com os Professores Tutores ou Supervisores de área pelo Portal Universitário, via ferramentas como Avisos, Blog, Fórum, Debates e plantões presenciais.

5.7.3.3 Atividades complementares de EXTENSÃO

As atividades de extensão no Uni-ANHANGUERA são elaboradas pelo professor supervisor que analisa e acompanha o planejamento de todas as atividades que serão desenvolvidas no semestre, com a ajuda dos professores orientadores, escolhidos semestralmente para o desenvolvimento de temas diversificados e de grande importância para o conteúdo programático.

Para o planejamento das atividades de extensão têm-se como eixo norteador os programas que abordem os *Direitos Humanos e Cidadania*.

São atividades de extensão:

- *Cursos de extensão* – conjunto de ações pedagógicas de caráter teórico/prático, presencial, que possa fornecer ao aluno complemento das matérias que tenham que cursar e que sejam relacionados ao conteúdo programático dos cursos.
- *Participação em projetos de extensão* – conjunto de ações de caráter educativo, social, cultural e científico, desenvolvido com a comunidade em geral, envolvendo os alunos inscritos e os professores orientadores.
- *Participação em eventos* – as ações de interesse social, científico, artístico e cultural, desenvolvidas sob a forma de seminários, simpósios, palestras, encontros, jornadas, e outros eventos similares que tenham pertinência aos cursos.
- *Núcleo de Prática Jurídica*
- *Visita aos hospitais*
- *Invasão Solidária*

5.7.3.4 Atividades Complementares de PESQUISA

As atividades complementares de pesquisa visam proporcionar ao discente a iniciação científica, visando a ampliação do campo de desenvolvimento do ensino e, dessa forma, produzindo a integração entre ensino e pesquisa, o que possibilita uma ação sistematizada, com o objetivo de possibilitar o conhecimento aprofundado dos conteúdos, postura crítica, indagadora e o livre acesso ao processo de produção do conhecimento.

A instituição realiza, semestralmente, por meio da Pró-Reitoria de Ensino Presencial a Convenção de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX que abriga 4 eventos: Congresso de Iniciação Científica, Jornada da Pós-graduação, *Ensinagem*, Extensão e *Expo Negócios*, envolvendo todos os professores da instituição, cursos de graduação, pós-graduação e sequenciais.

Tem como objetivo possibilitar aos alunos a iniciação científica, com apresentação de *pôsters*, artigos acadêmicos, trabalhos de conclusão de cursos, que são selecionados por uma comissão e posteriormente publicados nos anais do congresso e/ou encaminhados a revistas acadêmicas que possibilitem esta publicação.

5.7.4 Estágios Curriculares Supervisionados (ECS)

O curso superior para que cumpra seu papel de formação de profissionais qualificados para o exercício da função necessita inserir em seu programa atividades de cunho teórico e prático. Nesse intuito, os cursos de graduação do Uni-ANHANGUERA foram planejados para promover a oferta, em diversos momentos, de atividades práticas aliadas às teorias estudadas e um destes é o Estágio Curricular Supervisionado.

Nesse sentido, o Uni-ANHANGUERA entende que o estágio supervisionado, mediante a utilização de diferentes recursos, é uma oportunidade de argumentar, confrontar, socializar as situações de práticas reais no ambiente da sala de aula, e, a partir dos saberes teóricos, interpretar, inferir, construir hipóteses sobre como resolver questões complexas ou incertas que emergem da realidade profissional em que o discente irá atuar.

Em decorrência disso, para o discente, a situação de estágio retrata um ambiente de certa familiaridade, apesar de que ainda assim enfrentará novos e grandes desafios. Para que essa experiência gere um excelente contexto de aprendizagem ela deve exigir que os discentes resolvam problemas de diferentes naturezas com um bom nível de autonomia, possam discutir, levantar hipóteses, argumentar, tomar decisões, rever concepções anteriores e

fundamentalmente, ter como ponto de referência nesse processo, as competências que se encontram subjacentes à prática dos bons profissionais.

Considerando ainda a especificidade de cada profissão, o estágio supervisionado de cada curso do Uni-ANHANGUERA obedece a regulamento próprio.

5.7.4.1 Normatização do Estágio Supervisionado

O Estágio Curricular do Uni- NHANGUERA foi estabelecido de acordo com a regulamentação da Lei 11.788, de 25/09/2008. Em relação à oferta de estágio considera-se o estabelecido no artigo Art. 2º. da referida lei que determina: "O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso".

> § 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.
> § 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Assim, o Uni-ANHANGUERA oferece estágio curricular obrigatório, contemplado na Matriz curricular dos cursos e o não obrigatório que é opcional ao discente.

De acordo com o estabelecido no Art. 7º da Lei 11.788, de 25/09/2008 o Uni-ANHANGUERA designa docente orientador, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário.

O Manual de Estágio Curricular é aprovado pelo Colegiado de cada curso e pelo NDE, apresenta as orientações sobre estágio, processo de realização, atribuições desenvolvidas, critérios de avaliação, documentos e registros necessários.

O docente orientador de estágio está subordinado à Coordenação dos cursos, vinculados a Pró-Reitoria de Ensino Presencial. Esta tem como atribuições nesse contexto:

- Realizar o levantamento das Instituições em que os estudantes podem estagiar, relacionando e divulgando os locais de estágios aos alunos participantes.
- Oficiar a intenção de firmar convênios às unidades empresariais e educacionais, consultando-as sobre o interesse em receber estagiários.
- Promover Convênios com as Instituições interessadas em oferecer Estágios Supervisionados.
- Examinar as indicações dos estagiários para novos campos de estágio.

- Acompanhar a elaboração dos Relatórios de Atividades realizadas e providenciar avaliação do Estágio Supervisionado.
- Informar, bimestralmente, o andamento dos estágios;

O discente estagiário tem como atribuições:

- Cumprir, com eficiência e eficácia, as tarefas que lhe sejam pertinentes, exercitando o espírito de equipe junto à empresa concedente do estágio.
- Representar, condignamente, o Uni-ANHANGUERA junto às instituições concedentes de estágios.
- Respeitar as regras e as normas regimentais e disciplinares estabelecidas no local de estágio.
- Comparecer, assídua e pontualmente, ao local de estágio.
- Elaborar Relatórios de Estágio em conformidade com as diretrizes traçadas no Manual de Estágios Curriculares.
- Levar ao conhecimento da Supervisão de Estágios as dificuldades encontradas e os problemas relativos ao Estágio.

Os instrumentos de acompanhamento e de avaliação periódica do estágio serão registrados no formulário próprio, onde constam as informações do discente em estágio.

As dúvidas relativas às atividades desenvolvidas no estágio deverão ser discutidas pelo discente sempre com o professor orientador no Uni-ANHANGUERA.

Todas as orientações do Estágio Supervisionado estão disponibilizadas ao aluno no site www.anhanguera.edu.br, além no link Estágios, com as instruções básicas e declarações pertinentes.

O relatório final de estágio, elaborado pelo estudante, mediante orientação de um professor, conforme formação prévia, deverá conter: o plano de estágio, histórico da organização, perfil da organização, o diagnóstico da organização e, quando for o caso, propostas de melhoria.

Ressalte-se que no curso de Direito o estágio supervisionado está sob reponsabilidade do Núcleo de Prática Jurídica e abrange a aprendizagem e a prática real e simulada, das diversas atividades desempenhadas pelas várias profissões jurídicas existentes no país e possui regulamento próprio.

Também nos cursos de licenciaturas o Estágio Supervisionado Curricular como

um componente curricular responsável pelo processo de formação, tem por objetivo ser um espaço/tempo de aprendizagem mediante a inserção do aluno nas instituições educacionais a fim de que articule situação de trabalho com situação de formação em um movimento constante de relação teoria-prática, é realizado conforme regulamento próprio de cada curso de acordo com a dinâmica curricular do curso e articuladas às diversas disciplinas.

Dessa forma o estágio curricular faz parte do Projeto Pedagógico do Curso, com o objetivo de enriquecer e consolidar a formação do educando.

5.7.5 Participação discentes na gestão do curso e da IES

A instituição possibilita diversos canais de participação discente na gestão da IES e do curso, dentre estas se destaca:

a) *Debates com o Reitor pelo DCE*.

b) *Conselho discente* – Como forma de aproximar e estabelecer uma melhor comunicação entre os alunos, os professores e as Coordenações de cursos, se estabeleceu o projeto representante de sala, que compreende a realização de reuniões mensais com a coordenação do curso no sentido de ouvir os alunos em suas reivindicações, sugestões, formas e metodologias de cumprir os conteúdos programáticos pelos professores, enfim diagnosticar e prevenir os eventuais problemas no processo ensino-aprendizagem.

Realiza-se, semestralmente, a eleição de dois acadêmicos, sendo um representante e outro vice- representante em cada turma dos cursos.

Ocorrem reuniões do Conselho discente com a CPA, NED conforme os assuntos a serem tratados.

c) *Colegiado do curso* - O colegiado do curso é composto pelos coordenadores e professores eleitos entre o corpo docente e alunos eleitos entre os acadêmicos que compõem o Conselho Discente. Tem como atribuição avaliar as metodologias e as relações de ensino-aprendizagem nos cursos e deliberar sobre questões de relevância aos cursos.

d) *Autoavaliação* - A CPA é uma instância de participação de alunos na gestão dos cursos e institucional, bem como a autoavaliação, uma vez que os resultados consolidados na instituição se tornaram um instrumento de gestão acadêmica/administrativa.

5.7.6 Condições de acesso aos cursos de graduação

O ingresso aos cursos da instituição é realizado por meio de processo seletivo que

acontece semestralmente, entre os meses de janeiro e julho. Havendo vagas ociosas serão preenchidas observando a legislação pertinente.

Outra forma de ingresso é, conforme as políticas do Governo Federal, pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI) e Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Ocorrem também, transferências internas e externas e ingresso de portadores de diplomas que são analisados pela Instituição, mediante disponibilidade de vagas, sempre observando a legislação pertinente.

5.7.7 Estímulo à permanência

A instituição participa das políticas de bolsas do Governo Federal: Pró-UNI e FIES. No âmbito do Estado as Bolsas da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG).

Há também na instituição a bolsa estágio e atletas.

Ocorre ainda a inserção dos alunos em programas e projetos sociais: responsabilidade social, direitos humanos e cidadania dentre outros.

5.7.8 Egressos

As características que compõem o perfil do egresso do Uni-ANHANGUERA refletem o processo de formação acadêmica e a integração do profissional ao mercado de trabalho, mantendo, assim, a articulação entre a formação acadêmica e as exigências de uma prática profissional que se insere em um mercado de trabalho caracterizado pelo desafio e pela mudança.

O projeto *"egressos"* insere-se neste caminho. É articulado com a participação de um projeto guarda-chuva orientado pela Profª Esp. Cristyana Macedo Leite Santos.

A Instituição conta com a Coordenação do Egresso em Regime de Trabalho de Tempo Integral (TI), e cada curso possui um professor supervisor do Projeto de Egressos, que desenvolve as seguintes ações:

- Localização e contato com os egressos dos Cursos;
- Identificação dos vários ramos de atividades que os mesmos exercem;
- Percepção sobre a existência da relação entre o ramo de atividade exercida e a formação acadêmica do egresso da Instituição para desenvolver políticas e cursos que respondam às necessidades dos mesmos;
- Articulação da grade curricular do Curso às demandas profissionais, sociais e

pedagógicos dos egressos;

- Interação entre os egressos e os acadêmicos e demais segmentos constitutivos do Centro Universitário de Goiás.
- Palestras com alunos egressos;
- Estágios em escritórios e empresas de alunos egressos.

5.8 Ofertas de Cursos e Programas

5.8.1 Cursos de Graduação Presencial/EAD e Pós-Graduação

Atualmente o Uni-ANHANGUERA oferece 23 cursos de Graduação Presencial em funcionamento, sendo 14 Bacharelado, 2 Licenciatura e 7 Tecnólogos. Conta também com 16 cursos que estão sendo implantados de EAD, 2 Bacharelado, 2 Licenciatura e 12 Tecnólogos e por último 22 de Pós-Graduação (*Lato sensu*).

Quadro 19 - Cursos na Modalidade Presencial

CÓDIGO SISTEMA E-MEC	CÓDICO CURSO NA IES	CURSO HABILITAÇÃO	GRAU	TURNO	VAGAS AUTORI-ZADAS	PERIODI-CIDADE	ATO REGULATÓRIO AUTORIZAÇÃO / RECONHECIMENTO
8139	001	ADMINISTRAÇÃO	BACHARELADO	Noturno	100	8	Renovação de Reconhecimento de Curso: Portaria nº 265 de 03/04/2017. Data de Publicação (DOU): 04/04/2017.
81845	017	AGRONOMIA	BACHARELADO	Matutino Noturno	200	8	Renovação de Reconhecimento de Curso: Portaria nº 134 de 01/03/2018. Data de Publicação (DOU): 02/03/2018.
1112467	026	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	TECNOLÓGICO	Noturno	50	5	Reconhecimento de Curso: Portaria nº 914 de 27/12/2018. Data de Publicação (DOU): 28/12/2018.
1190126	083	ARQUITETURA E URBANISMO	BACHARELADO	Matutino Noturno	150	8	Reconhecimento de Curso: Portaria nº 914 de 14/08/2017. Data de Publicação (DOU):15/08/2017
8140	002	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	BACHARELADO	Noturno	180	8	Renovação de Reconhecimento de Curso: Portaria nº 265 de 03/04/2017. Data de Publicação (DOU): 04/04/2017.
73275	013	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	BACHARELADO	Noturno	80	8	Renovação de Reconhecimento de Curso: Portaria nº 265 de 03/04/2017. Data de Publicação (DOU): 04/04/2017.
8141	004	DIREITO	BACHARELADO	Matutino Noturno	585	10	Renovação de Reconhecimento de Curso: Portaria nº 265 de 03/04/2017. Data de Publicação (DOU): 04/04/2017.
1259022	092	ENFERMAGEM	BACHARELADO	Matutino Noturno	150	10	Reconhecimento do Curso: Portaria nº 824 de 22/11/2018. Data de Publicação (DOU): 26/11/2018.
1190080	080	ENGENHARIA CIVIL	BACHARELADO	Matutino Noturno	150	10	Reconhecimento de Curso: Portaria nº 914 de 27/12/2018. Data de Publicação (DOU): 28/12/2018.

79659	011	ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO	BACHARELADO	Noturno	100	10	Reconhecimento de Curso: Portaria nº 914 de 27/12/2018. Data de Publicação (DOU): 28/12/2018.
1258812	082	ENGENHARIA ELÉTRICA	BACHARELADO	Noturno	80	10	Reconhecimento de Curso: Portaria nº 914 de 27/12/2018. Data de Publicação (DOU): 28/12/2018.
1259023	091	FARMÁCIA	BACHARELADO	Matutino Noturno	140	10	Reconhecimento de Curso: Portaria nº 245 de 06/04/2018. Data de Publicação (DOU): 09/04/2018.
67133	009	GESTÃO AMBIENTAL	TECNOLÓGICO	Noturno	50	4	Renovação de Reconhecimento de Curso: Portaria nº 277 de 20/04/2018. Data de Publicação (DOU): 23/04/2018.
83030	027	GESTÃO COMERCIAL	TECNOLÓGICO	Noturno	50	4	Renovação de Reconhecimento de Curso: Portaria nº 265 de 03/04/2017. Data de Publicação (DOU): 04/04/2017.
82588	028	GESTÃO RECURSOS HUMANOS	TECNOLÓGICO	Noturno	50	4	Renovação de Reconhecimento de Curso: Portaria nº 265 de 03/04/2017. Data de Publicação (DOU): 04/04/2017.
1422312	086	MEDICINA VETERINÁRIA	BACHARELADO	Integral	120	10	Criação de Curso Presencial: Portaria nº 144 de 13/02/2017. Prazo de validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo
73267	012	PEDAGOGIA	LICENCIATURA	Matutino Noturno	200	8	Reconhecimento de Curso: Portaria nº 914 de 27/12/2018. Data de Publicação (DOU): 28/12/2018.
1112468	025	SEGURANÇA PÚBLICA	TECNOLÓGICO	Noturno	90	4	Reconhecimento de Curso: Portaria nº 546 de 12/09/2014. Data de Publicação (DOU): 16/09/2014.
82045	115	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	BACHARELADO	Noturno	240	8	Reconhecimento de Curso: Portaria nº 914 de 27/12/2018. Data de Publicação (DOU): 28/12/2018.
1258813	085	LOGÍSTICA	TECNOLÓGICO	Noturno	50	4	Reconhecimento de Curso: Portaria nº 1034 de 23/12/2015. Data de Publicação (DOU): 23/12/2015.
82586	029	PROCESSOS GERENCIAIS	TECNOLÓGICO	Noturno	50	4	Renovação de Reconhecimento de Curso: Portaria nº 702 de 18/12/2013. Data de Publicação (DOU): 19/12/2013.
81850	116	QUÍMICA	BACHARELADO	Noturno	180	8	Reconhecimento de Curso: Portaria nº 221 de 18/02/2009. Data de Publicação (DOU): 19/02/2009.
81849	216	QUÍMICA	LICENCIATURA	Noturno	240	8	Renovação de Reconhecimento de Curso: Portaria nº 375 de 20/08/2019. Data de Publicação (DOU): 22/08/2019

Fonte: //EMEC.MEC.GOV.BR/EMEC/CONSULTA-CADASTRO/DETALHAMENTO - 2018

Quadro 20 – Cursos na Modalidade a Distância - EAD (Ensino a Distância)

Código	Cód. Curso na IES	Curso	Grau	Modalidade	Vagas Anuais	Periodi-cidade	ATO REGULATÓRIO AUTORIZAÇÃO / RECONHECIMENTO
1465615	DBADM	ADMINISTRAÇÃO	BACHARELADO	A Distância	150	8	Criação de Curso EAD: Resolução nº 26 de 08/11/2018. CONSELHO SUPERIOR
1487521	DTAGC	AGROCOMPUTAÇÃO	TECNOLÓGICO	A Distância	150	5	Criação de Curso EAD: Resolução nº 20 de 04/02/2019. CONSELHO SUPERIOR
1491649	DTADS	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	TECNOLÓGICO	A Distância	100	5	Criação de Curso EAD: Resolução nº 88 de 03/09/2019. CONSELHO SUPERIOR
1465616	DBCIC	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	BACHARELADO	A Distância	150	8	Criação de Curso EAD: Resolução nº 26 de 08/11/2018. CONSELHO SUPERIOR
1305961	DTCOM	GESTÃO COMERCIAL	TECNOLÓGICO	A Distância	100	4	Autorização EAD Vinculada a Credenciamento: Portaria nº 488 de 31/05/2017. Data de Publicação: 01/06/2017. Prazo de validade: Vinculado ao Ciclo

							Avaliativo
1465617	DTGTI	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	TECNOLÓGICO	A Distância	150	5	Criação de Curso EAD: Resolução nº 27 de 08/11/2018. CONSELHO SUPERIOR
1465622	DTCOP	GESTÃO DE COOPERATIVAS	TECNOLÓGICO	A Distância	150	4	Criação de Curso EAD: Resolução nº 25 de 08/11/2018. CONSELHO SUPERIOR
1465620	DTGRH	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	TECNOLÓGICO	A Distância	150	4	Criação de Curso EAD: Resolução nº 25 de 08/11/2018. CONSELHO SUPERIOR
1491653	DTGFI	GESTÃO FINANCEIRA	TECNOLÓGICO	A Distância	100	4	Criação de Curso EAD: Resolução nº 86 de 03/09/2019. CONSELHO SUPERIOR
1491650	DTGPU	GESTÃO PÚBLICA	TECNOLÓGICO	A Distância	100	4	Criação de Curso EAD: Resolução nº 90 de 03/09/2019. CONSELHO SUPERIOR
1465619	DTJDM	JOGOS DIGITAIS	TECNOLÓGICO	A Distância	150	5	Criação de Curso EAD: Resolução nº 27 de 08/11/2018. CONSELHO SUPERIOR
1491406	DLLET	LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA	LICENCIATURA	A Distância	100	8	Criação de Curso EAD: Resolução nº 62 de 26/08/2019. CONSELHO SUPERIOR
1465621	DTLOG	LOGÍSTICA	TECNOLÓGICO	A Distância	150	4	Criação de Curso EAD Resolução nº 25 de 08/11/2018. CONSELHO SUPERIOR
1491651	DTMKT	MARKETING	TECNOLÓGICO	A Distância	100	4	Criação de Curso EAD: Resolução nº 87 de 03/09/2019. CONSELHO SUPERIOR
1491647	DLPED	PEDAGOGIA	LICENCIATURA	A Distância	100	8	Criação de Curso EAD: Resolução nº 60 de 26/08/2019. CONSELHO SUPERIOR
1465618	TDSIN	SISTEMAS PARA INTERNET	TECNOLÓGICO	A Distância	150	5	Criação de Curso EAD: Resolução nº 27 de 08/11/2018. CONSELHO SUPERIOR

Fonte: Pró-Reitora de Ensino a Distância / 2019.

Quadro 21 – Cursos de Pós-Graduação do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA

Código e-MEC	Cód. Curso na IES	Denominação	Carga Horária	Vagas	Atos Autorizativos
88374	153	MBA em Gestão de Pessoas, Liderança e Coaching	360h	50	Resolução nº 53 de 04/01/2014.
88372	287	Mediação e Novas Metodologias de Resolução de Conflitos	360h	50	Resolução nº 72 de 21/01/2015.
88371	147	Proteção de Plantas	360h	50	Resolução nº 129 de 30/06/2016.
88365	291	Docência no Ensino Superior: Gestão e Prática	360h	50	Resolução nº 148 de 04/08/2017.
88251	102	Direito Civil E Processual Civil	360h	50	Resolução nº 24 de 17/10/2012.
3135	036	MBA em Gestão de Software	360h	40	Resolução nº 04 de 08/10/2004.
3132	038	MBA em Logística Empresarial	360h	40	Resolução nº 04 de 08/10/2004.
3131	121	MBA em Gestão Empresarial	360h	40	Resolução nº 04 de 08/10/2004.
3127	033	MBA em Marketing	360h	40	Resolução nº 04 de 08/10/2004.
3125	162	MBA em Gestão de Resíduos Sólidos e Líquidos	360h	40	Resolução nº 04 de 08/10/2004.
3124	032	MBA em Recursos Humanos	360h	40	Resolução nº 04 de 08/10/2004.
3116	035	MBA em Finanças e Controladoria	360h	40	Resolução nº 04 de 08/10/2004.
3113	034	Auditoria Contábil	360h	40	Resolução nº 04 de 08/10/2004.
3110	134	Auditoria Contábil e Normas Internacionais	360h	40	Resolução nº 03 de 02/03/2012.
3106	143	MBA em Gestão Estratégica de Pessoas e Coaching	360h	40	Resolução nº 42 de 20/11/2013.

3103	103	Direito do Trabalho e Processual do Trabalho	360h	40	Resolução nº 12 de 12/11/2007.
3096	104	Direito Penal e Processual Penal	360h	40	Resolução nº 12 de 12/11/2007.
3090	105	Direito Público: Constitucional e Administrativo	360h	40	Resolução nº 12 de 12/11/2007.
3082	102	Direito Civil e Processual Civil	360h	40	Resolução nº 12 de 12/11/2007.
2843	154	Arbitragem, Negociação, Mediação e Conciliação	360h	40	Resolução nº 12 de 12/11/2007.
104609	293	Neuropedagogia	400h	50	Resolução nº 12 de 31/01/2019.
101872	292	Estruturas de Concreto e Obras Especiais	400h	50	Resolução nº 12 de 31/01/2019.

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação 2019.

5.8.2 Sustentabilidade Financeira e sua Relação com o Desenvolvimento Institucional

A instituição é autossustentável e se mantém estável financeiramente com recursos próprios. A captação de recursos ocorre basicamente para investimentos. Existe um controle rigoroso entre as receitas e despesas, visando não haver desvio de valores dos orçamentos. O demonstrativo de verbas e recursos disponíveis estão expressos e são comprovados pelos documentos oficiais (balanços/balancetes). Todo processo de expansão e manutenção do espaço físico é coordenado pelo engenheiro responsável que é também prefeito do Campus. Também é de responsabilidade da prefeitura do campus a conservação de equipamentos, edificações e espaço físico.

5.8.3 Sustentabilidade e sua Relação com a Comunidade Interna

Cabe também ao Conselho Superior as decisões de análise do orçamento sendo discutidas alterações e a própria gestão financeira como um todo, as ações neste sentido são gravadas em ata com voto da maioria absoluta de seus membros. Na elaboração de eventos à gestão e condução estão a cargo dos coordenadores de cursos disponibilizando por meio de projetos os custos que passam por aprovação das instâncias superiores da instituição.

Toda essa organização é feita pela Central de orçamento que atualmente é a instância que faz a mediação entre o processo gestor da coordenação e o gestor de decisões.

6 INFRAESTRUTURA

O Centro Universitário está organizado espacialmente em uma área de 50.157,98 m² de área construída e de aproximadamente 30.500 m2 ainda com espaços a serem ocupados. É constituído de oito blocos, com salas de aulas, laboratórios de ciências humanas, exatas e da saúde, 1 anfiteatro, biblioteca, videoteca, reprografia, livraria, agência de publicidade (ponto de ideias), núcleo de prática jurídica, salas destinadas ao EAD que produz o material das disciplinas e dos cursos, sala de atendimento do CEP, uma sala de atendimento emergencial (em elaboração do Curso de Farmácia), Gabinete de tempo integral para doutores.

Conta também com sala para CPA com recursos tecnológicos, 1 sala de atendimento e reunião para os NDE´s, sala de apoio psicopedagógico, agência bancária e área de convivência, horta comunitária e projeta-se um jardim que será denominado "jardim dos sentidos", sob coordenação do Curso de Agronomia pela botânica Ma. Maria Izabel Maia.

O vídeo institucional "Pelos quatros cantos do Uni-ANHANGUERA" mostra a Instituição e seus espaços acadêmicos e outros.

6.1 Adequação da infraestrutura para o atendimento a portadores de necessidades especiais

A instituição conta com assistência aos PNE´S, a todos é oferecido apoio pedagógico especial de acordo com a necessidade tanto dos docentes, quanto discentes e pessoal técnico administrativo de acordo com o percentual que a lei determina no MTE.

O curso de Pedagogia conta com uma aluna surdo/muda que possui acompanhamento individual em sala e nos espaços acadêmicos da instituição de uma tradutora de Libras. Assim como três alunos do Curso de Direito possuem atendimento para baixa acuidade visual e surdez. Assim como outros alunos de diferentes cursos.

O Curso de Engenharia elétrica está elaborando óculos virtual para possibilitar aos alunos com baixa visão, a visão robótica. Também elaboraram jogos de aprendizagem para alunos com déficit de atenção e transtorno do espectro autista, que a IES também inclui.

Em maio de 2018, o Curso de Engenharia Elétrica organizou competições de jogos eletrônicos com vistas a entender que as metodologias podem ser ativas, o que se insere no plano de desenvolvimento da IES. O referido curso mediante essas iniciativas contaram em 2018/1 com 17 transferências de alunos de outras IES.

São oferecidos workshops de Libras para os profissionais administrativos que desenvolvem atividades junto ao público.

A circulação nos espaços institucionais é facilitada por rampas permitindo a acessibilidade a todos os departamentos da instituição.

A instituição conta também com o Núcleo de Acessibilidade, coordenado pela Assessoria de Apoio ao Docente, Discente e Administrativo e vinculado à Pró-Reitoria de Ensino à distância que visa fortalecer as políticas institucionais de inclusão.

6.2 Instalações gerais - estrutura física

SALAS DE AULA – São 7 Blocos e 1 teatro de arena dentro de uma área construída de aproximadamente 40.500,00 m2, com 149 salas de aula (a metragem de cada sala é de 70.80 mts2 em média). Bloco A (Aristóteles), B (Montesquieu), C (Kant), D (Platão), E (Sócrates), F (Rousseau), G (Teatro de Arena Sófocles), H (Pitágoras).

Quadro 22 - Distribuição de Blocos e Salas

RELAÇÃO DE SALAS DE AULA DE TODOS OS BLOCOS DA IES		
BLOCO A		
ITEM	**SALA**	**PAVIMENTO**
1	100	1 PISO
2	101	
3	103	
4	105	
5	107	
6	109	
7	111	
8	113	
9	115	
10	117	
BLOCO B		
ITEM	**SALA**	**PAVIMENTO**
1	100	1 PISO
BLOCO A		
ITEM	**SALA**	**PAVIMENTO**
1	201	2 PISO
2	203	
3	205	
4	207	
5	209	
6	211	
7	213	
8	215	
9	217	
10	218	
BLOCO B		

ITEM	SALA	PAVIMENTO
1	201	2 PISO
BLOCO C		
ITEM	**SALA**	**PAVIMENTO**
1	107	1 PISO
2	109	
3	111	
4	113	
5	115	
6	117	
7	119	
8	121	
BLOCO C		
ITEM	**SALA**	**PAVIMENTO**
1	201	2 PISO
2	203	
3	207	
4	209	
5	211	
6	213	
7	215	
8	217	
9	219	
10	221	
BLOCO D		
ITEM	**SALA**	**PAVIMENTO**
1	103	1 PISO
BLOCO D		
ITEM	**SALA**	**PAVIMENTO**
1	201	2 PISO
2	203	
3	205	
4	207	
5	209	
6	211	
7	211D2	
8	213	
9	213D2	
10	215	
11	215D2	
12	217	
13	217D2	
14	219	
BLOCO E		
ITEM	**SALA**	**PAVIMENTO**
1	3	TÉRREO
2	5	
3	7	
4	9	
5	11	
6	13	

7	15	
BLOCO E		
ITEM	**SALA**	**PAVIMENTO**
1	101	1 PISO
2	107	
3	109	
4	111	
5	113	
6	115	
7	117	
8	118	
9	119	
10	120	
BLOCO E		
ITEM	**SALA**	**PAVIMENTO**
1	201	2 PISO
2	205	
3	207	
4	209	
5	211	
6	213	
7	214	
8	215	
9	216	
10	217	
11	219	
12	220	
13	221	
BLOCO F		
ITEM	**SALA**	**PAVIMENTO**
1	1	TÉRREO
2	3	
3	5	
4	7	
5	8	
6	9	
7	10	
8	11	
9	12	
10	13	
11	14	
12	15	
13	17	
14	21	
15	22	
BLOCO F		
ITEM	**SALA**	**PAVIMENTO**
1	101	1 PISO
2	102	
3	103	
4	104	
5	105	
6	107	

7	109	
8	110	
9	111	
10	112	
11	113	
12	114	
13	115	
14	117	
15	119	
16	120	
17	121	
18	122	
BLOCO F		
ITEM	**SALA**	**PAVIMENTO**
1	201	2 PISO
2	202	
3	203	
4	204	
5	205	
6	207	
7	209	
8	210	
9	211	
10	212	
11	213	
12	214	
13	215	
14	217	
15	219	
16	220	
17	221	
18	222	
BLOCO H		
ITEM	**SALA**	**PAVIMENTO**
1	103	1 PISO
2	105	
3	107	
RESUMO FINAL		
BLOCO A	20	
BLOCO B	2	
BLOCO C	18	
BLOCO D	15	
BLOCO E	30	
BLOCO F	51	
BLOCO H	3	
TOTAL	**139**	**SALAS DE AULA**

Fonte: Departamento de Logística / 2019

Quadro 23 - Outras áreas

Ambientes	Área/m²
Secretaria Geral	13,50
24 salas de atividades diversificadas	1.728,00
36 sanitários	760,32
Pró-Reitoria de Presencial	Ensino
Coordenação de Pós-Graduação	**25,40**
Sala de Mantenedor	45
Coordenação de Planejamento Pedagógico e Avaliação Institucional	31,28
Pós-Graduação	56,58
CPD	41,40
Coordenação de Ciências Contábeis	62,56
Coordenação de Direito	62,56
Coordenação de Estágio	20,70
Coordenação do Pedagogia	70,80
Coordenação de Monografia	20,70
Livraria	70,80
Sala de Egressos	36,00
Arquivo	39,94
Departamento de Compras	19,35
Serviços Gerais	19,92
Secretaria Geral	13,50
Reitoria	43,65
Diretoria Geral	13,65
Sala de Mantenedor	13,30
Sala de Reunião	31,00
Controlo Acadêmico	61,60
Recepção	22,40
Telefonista	24,00
Departamento Pessoal	24,80
Tesouraria	22,50
Protocolo	22,00
Biblioteca Central	1.437,00
DCE	683,00
Pátio superior	483,30
Pátio inferior	5.212,00
Quadra	1.863
Quadra de Areia	272,62
Gráfica e Editora	35,04
Estacionamento	2.166,00
Cantinas	65,50
Salas de Estudos	70,20
Parquinho	683,00
Agência Bancária	22,00
Saguão	303,78
Área de Convivência	117,30

Fonte: Setor de Engenharia do Uni-ANHANGUERA

6.3 Laboratórios

Os alunos os utilizam mediante regulamento da Instituição, afixado no local e sob a coordenação de um professor, quando em atividades de sala de aula, ou de um funcionário do Laboratório, para atividades extraclasses.

O controle de acesso aos Laboratórios é realizado, utilizando-se a mesma identidade acadêmica do aluno que dá acesso à Biblioteca.

Todos os laboratórios e suas respectivas instalações de utilização acadêmica estão equipados com mobiliário, iluminação e ventilação natural e artificial adequados, equipamentos de prevenção de incêndio e higiene adequada.

As instalações dos laboratórios para o curso de Farmácia atendem aos requisitos de acessibilidade para portadores de necessidades especiais e são dotados dos equipamentos de segurança necessários a cada tipo de laboratório ou serviço. São observadas as normas da ABNT aos diferentes cursos, especialmente, nos seguintes aspectos:

- Almoxarifado com área reservada a controle de material e estocagem adequados;
- Espaço físico adequado por aluno;
- Salas com iluminação, ventilação e mobiliário adequados;
- Instalações hidráulicas, elétricas e sanitárias adequadas ao atendimento de alunos, professores e funcionários;
- Política de uso dos laboratórios compatível com a carga horária de cada atividade prática;
- Equipamentos de segurança, tais como: extintores de incêndio e identificação educativa para segurança.
- Equipamentos de biossegurança como: os EPI (equipamentos de proteção individual) e EPC (equipamentos de proteção complementar) como: descarte de material perfurocortante, material para primeiros socorros, ventiladores, exaustores e elementos de proteção de rede elétrica.

A infraestrutura dos laboratórios é utilizada para as aulas práticas, por exemplo do curso de Farmácia, sob acompanhamento e ou orientação docente; trabalhos acadêmicos (extra aula) individuais e em grupo com o apoio do professor-técnico; estudos individuais e em grupo com o acompanhamento de monitores, atividades de projetos de extensão.

Os cursos da área de Saúde podem utilizar os seguintes laboratórios:

01 Laboratório de Anatomia;

02 Laboratórios de Microscopia

07 Laboratórios multidisciplinares, sendo: 01 Laboratório de Habilidades em Enfermagem e 04 Laboratórios de informática.

A instituição possuí 04 (quatro) laboratórios de microinformática com 04 (quatro) aparelhos de *datashow* com tela móvel e acesso à internet. O aluno tem livre acesso, diariamente de segunda a sábado.

Para o curso de Arquitetura e Urbanismo os laboratórios disponibilizados para as disciplinas e atividades práticas são os seguintes: a) Laboratório Sala 15-A com 40 máquinas, Intel(R) Core (TM) I5- 4440 CPU @3.10 GHz (72 m2); b) Laboratório Sala 19-A com 40 máquinas, Core Intel(R) Core (TM) I5- 4690 CPU @3.50 GHz (4 CPUs), 3.5 GHz (72 m2); c) Laboratório Sala 17-A com 33 máquinas, Core Intel(R) Core (TM) I3- 3250 CPU @3.50 GHz (4 CPUs), 3.5 GHz. (72 m2) e; d) Laboratório Sala 11-A com 25 máquinas, Core Intel(R) Core (TM) I3- 4130 CPU @3.40 GHz (4 CPUs), 3.5 GHz (72 m2). Este laboratório além de atender aos alunos da instituição atendem à população residente no entorno do Centro Universitário.

Nos laboratórios estão disponíveis equipamentos de projeção Datashow e telões além de um computador I-7 específico para uso dos professores. São disponibilizados também dois equipamentos contendo teclado em braile, fones de ouvido e os softwares OSVOX e NVDA para uso exclusivo de alunos deficientes visuais.

Todas as máquinas dos laboratórios de informática são licenciadas junto à Microsoft para todo corpo docente e discente, de acordo com o contrato *"Dream Spark Premium"*. A coordenação dos laboratórios de informática está localizada na sala 13-A e conta com um funcionário e dois estagiários.

Os laboratórios funcionam entre 8:00 as 21:45.

6.3.1 Estrutura e Serviços dos Laboratórios Especializados

Os serviços prestados pelos laboratórios da área de saúde atendem as aulas práticas das diversas disciplinas dos cursos, projetos de responsabilidade social, visitas técnicas de escolas, atendimento extraclasse ao aluno e demais atividades acadêmicas.

Segue abaixo informações de alguns dos laboratórios, os materiais e equipamentos. As informações completas e normas de funcionamento constam do manual dos laboratórios. Os laboratórios ficam no bloco D da instituição.

Quadro 24 - LABORATÓRIOS CIÊNCIAS DA SAÚDE

LABORATÓRIO	NOME	DISCIPLINAS
007 D	Laboratório de microscopia – I	✓ Biologia celular
009 D	Laboratório multidisciplinar – I	✓ Química geral ✓ Bromatologia e análise de alimentos ✓ Química dos compostos oxigenados e nitrogenados
013 D	Laboratório multidisciplinar – II	✓ Botânica ✓ Imunologia clínica
015 D	Laboratório de anatomia	✓ Anatomia
105 D	Laboratório multidisciplinar – III	✓ Cosmetologia ✓ Farmacognosia ✓ Farmacotécnica e tecnologia farmacêutica
109 D	Laboratório multidisciplinar – IV	✓ Microbiologia e imunologia ✓ Microbiologia clínica ✓ Bioquímica clínica ✓ Bioquímica e biofísica
111 D	Habilidades em enfermagem	✓ Primeiros socorros e aplicação de injetáveis
113 D	Laboratório multidisciplinar – V	✓ Patologia ✓ Parasitologia ✓ Parasitologia clínica
115 D	Laboratório de microscopia – II	✓ Histologia ✓ Citopatologia clínica ✓ Hematologia
117 D	Laboratório multidisciplinar – VI	✓ Físico-química ✓ Química analítica qualitativa ✓ Química dos compostos de carbono hidrogenado e derivados
119 D	Laboratório multidisciplinar – VII	✓ Métodos analíticos instrumentais ✓ Métodos de extração e separação ✓ Química analítica quantitativa
Área do campus	Horta medicinal	✓ Plantas medicinais (figura 10)

Fonte: Coordenação do Curso, Coordenação dos Laboratórios

Laboratórios de Engenharias, Ciência da Computação e ADS:

01 - Sala 208E - Laboratório de Instalações Elétricas Prediais e Robótica

01 - Sala 212A – Laboratório de Automação

01 - Sala 212E – Laboratório de Instrumentação e Medição e Eletrônica de Potência

01 - Sala 114E – Laboratório de Eletrônica e Servomecanismo

01 - Sala 112E- Laboratório de Circuitos Elétricos e Circuitos Digitais

01 - Sala 113E- Laboratório de Arquitetura de Computadores

A instituição possui ainda, em conformidade com a área do conhecimento - os seguintes laboratórios:

Publicidade e Propaganda

- Agência Experimental com espaço de criação e produção gráfica e mídia (64 m²)
- Laboratório de fotografia P&B e Digital (80 m²)
- Estúdio de RTV (38 m²)
- Ilha de edição (30 m²) e
- Estúdio de áudio (15 m²)

Laboratório de Desenvolvimento da Criatividade em Recursos Educacionais: tem como objetivo proporcionar o conhecimento de recursos, metodologias e desenvolvimento da criatividade dos acadêmicos dos cursos de Pedagogia, Química e Biologia.

Quadro 24 - OUTROS LABORATÓRIOS

Laboratório	Área (m^2)	Alunos/ Turma	Turmas/ Semana	Horário de Funcionamento
Laboratório de Práticas Jurídicas	288	10	8	13h às 21h45
Laboratório de Prática Contábil	72	15	4	13h às 21h45
Laboratório de Práticas Empresariais	81	16	2	13 às 21h45
Laboratório de Criação e Produção Gráfica	72	25	2	13 às 21h45
Laboratório de Revelação	36	15	3	16 às 19h 4ª feira – 19 às 21h45
Estúdio Fotográfico	72	25	1	19 às 21h45
Laboratório de Corte e *Merchandising*	25	15	3	16 às 19h 4ª feira – 19 às 21h45
Laboratório de Química	64	25	5	8 às 10h45 e 19 às 21h45
Laboratório de Microscopia	64	25	5	8 às 10h45 e 19 às 21h45
Laboratório de Desenho Técnico	64	25	2	8 às 10h45 e
Casa de Vegetação	50	25	3	8 às 10h45

Fonte: Uni-ANHANGUERA

6.3.1.1 Práticas Veterinárias: Laboratório de Habilidades Médicas Veterinárias

Para a Medicina Veterinária o exercício do conhecimento construído a partir das práticas laboratoriais é a estratégia mais favorável para que os estudantes encontrem motivação e interesse pela dedicação acadêmica, em tempos onde o processo de ensino

aprendizagem se torna cada vez menos interessante, perante as inúmeras opções de distração disponíveis nos aplicativos que estão sempre em suas mãos, especialmente durante as aulas.

Por outro lado, os sistemas de avaliação do ensino superior, insistem na melhoria da qualidade da educação superior e no aumento permanente da eficácia institucional, somado à efetividade acadêmica e social, cujas eficiências são mensuradas através dos conceitos atribuídos especialmente à flexibilidade, à interdisciplinaridade e à articulação entre teoria e a prática, identificáveis durante a verificação *in loco*.

Convencidos de que estas características realmente formam o profissional que se destacará perante as concorrências de suas aptidões e vocações, o Centro Universitário de Goiás inaugurou recentemente o Laboratório de Práticas Veterinárias do Curso de Medicina Veterinária do Uni-ANHANGUERA.

O Laboratório de Práticas Veterinárias conta com espaço físico para atender às disciplinas desde o básico ao profissionalizante, com locais para práticas em semiologia e semiotécnica, técnicas anestésicas e técnicas cirúrgicas, clínica médica e clínica cirúrgica e até mesmo dermatologias, análises clínicas e radiológicas demonstrativas.

Esta é uma importante realização do Uni-ANHANGUERA, perante muitas outras que darão suporte ao Curso de Medicina Veterinária, marcando o compromisso desta Instituição de Ensino Superior para com o projeto de curso aprovado e para a comunidade acadêmica que se integra ao curso, gradativamente a cada semestre ofertado

6.3.1.2 Laboratórios de Informática

Destacam-se os Laboratórios de Eletrônica, Circuito Digital, Robótica e Física para uso dos alunos do Curso de Engenharia da Computação.

Os professores contam também com computadores com acesso à internet disponibilizados na sala dos professores.

A instituição oferece acesso à internet por meio de redes sem fios (wireless), para alunos, professores e profissionais administrativos.

Quadro 24 – Laboratórios de Informática

Laboratório	Área (m^2)	Alunos/ Turma	Turmas/ Semana	Horário de Funcionamento
Informática 1	**72**	**48**	**4**	**08h às 21:45h**
24 computadores core 2				
RAM: 2 giga HD : 500 GB				
Placa de Rede 10/100 MBPS				

Leitor e Gravador de CD/DVD				
Monitor 20 LED e 15 CRT”				
Informática 2	**50**	**36**	**3**	**08h às 21:45h**
18 Computadores dual core				
RAM: 1 giga MB HD 320 GB				
Placa de Rede 10/100 MBPS				
Monitor 15 CRT”				
Informática 3	**72**	**48**	**4**	**08h às 21:45h**
24 Computadores Core I3	72			
RAM: 4 Giga HD: 1 Terabyte				
Placa de Rede 10/100 MBPS Leitor e Gravador de CD/DVD Leitor de Cartão				
Monitor 20 LED”				
Informática 4	**72**	**48**	**4**	**08h às 21:45h**
24 Computadores Core I3				
Placa de Rede 10/100 MBPS Leitor e Gravador de CD/DVD Leitor de Cartão				
RAM: 4 Giga HD: 1 Terabyte				
Monitor 20 LED”				
Informática 5	**72**	**48**	**4**	**08h às 21:45h**
24 Computadores Core 2				
RAM: 2 giga HD : 500 GB				
Placa de Rede 10/100 MBPS Leitor e Gravador de CD/DVD				
Monitor 14 LCD”				

Laboratório de Eletrônica (sala 136-C) e **Circuito Digital** (sala 137-C) constam com 14 equipamentos com a seguinte configuração:

Pentium IV, memória de 512 MB e HD 80Gigabyte, com acesso a rede local e a rede sem fios

O laboratório 5 possui datashow e lousa eletrônica. A coordenação dos laboratórios disponibiliza para uso dos docentes, com reserva prévia, dois projetores.

6.3.1.2.1 Manutenção dos equipamentos de informática e relação do pessoal técnico de apoio

A manutenção preventiva, bem como a manutenção de primeiro escalão são prestadas pelos Encarregados de Laboratório, técnicos especialistas do quadro permanente da Instituição e que têm a missão específica de manter os Laboratórios em pleno funcionamento, auxiliando os alunos e professores durante todo o período de atividades dos Laboratórios.

Os Encarregados de Laboratório de Informática são responsáveis pelas seguintes funções:

a) administração de redes;
b) instalação, remoção e atualização de *software*;

c) configuração de usuários (senhas, permissões de acesso e uso);
d) auxílio aos alunos (monitoria);
e) auxílio aos professores (orientação sobre *softwares* instalados);
f) acompanhamento de manutenção de equipamentos (chamada às empresas e teste dos equipamentos após conserto);
g) teste de *software* (quando solicitado por professores).

Além dos Encarregados de Laboratório, o Centro Universitário dispõe de dois estagiários, desempenhando tarefas auxiliares aos professores e aos demais alunos, vinculados aos cursos de Engenharia da Computação, Tecnologia em Desenvolvimento de Software para Internet e aos cursos de especialização na área de informática.

Finalmente, o Uni- ANHANGUERA efetivou a compra de novos equipamentos para atualizar o seu parque computacional, além de substituir a antiga conexão da banda larga de 3 MB para 15 MB.

6.3.2 Cronograma de expansão dos Laboratórios

Plano de expansão dos Laboratórios do Uni-ANHANGUERA ocorrerá no período de 2018/2022, conforme cronograma a seguir:

Quadro 25 - Cronograma de expansão.

Ano	Cronograma de expansão
De 2018 a 2022	Substituição de 50% do total de máquinas dos Laboratórios, por semestre.

Obs.: todas as máquinas são adquiridas com garantia de três anos

6.4 Biblioteca

BIBLIOTECÁRIA

Lilia Pereira da Silva – CRB 1 registro 2.204

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

De Segunda à Sexta-Feira: das 7h30min às 21h50min

Sábado: das 7h30min às 11h30 min

6.4.1 INSTALAÇÕES

A Biblioteca Central, localizada no bloco D da Instituição, possui uma área total de 1.189,97m², em 2 pisos, com divisões específicas, destinadas ao acervo geral, de periódicos, de multimídia e ao material cartográfico, duas salas de vídeo, espaço para leitura informal, salão para estudo individual, nove salas para estudo em grupo, seção de empréstimo, sala de pesquisa informatizada, recepção, guarda-volumes, restauro. Tudo isso é o resultado de projetos de expansão das instalações físicas, concretizados nos últimos dois anos, atendendo de forma adequada à comunidade acadêmica e ao público externo.

Possui sala especialmente destinada à pesquisa, equipada com quatro microcomputadores. O usuário pode, com agendamento prévio, realizar pesquisa na *internet* e em base de dados disponível em CD-ROM. As pesquisas são orientadas com ênfase no perfil de cada usuário.

Conta com um universo de material informacional de apoio, tanto para o corpo docente, quanto para o corpo discente, sempre trabalhando na obtenção de novos materiais para melhor qualificação do profissional que está sendo formado. O acervo total atende aos cursos de graduação e de pós-graduação *lato sensu* ministrados pelo Centro Universitário.

Para o preparo técnico do material bibliográfico é adotado, como parâmetro, a CDU - Classificação Decimal Universal e a catalogação simplificada com base no AACR-2, nível 2, com adaptações conforme as necessidades do usuário.

Com vistas a atender a grande demanda do corpo docente e discente pelos títulos de livros, periódicos e revistas é que o Uni-Anhanguera em conjunto com as coordenações de cursos e a Biblioteca da IES adotaram a Biblioteca Virtual (o Minha biblioteca).

O acesso em rede e a atualização dos títulos, além da vasta gama de material tornam a Biblioteca Virtual uma plataforma indispensável para o corpo acadêmico da IES.

6.4.2 SISTEMA DE CONSULTA

O sistema de consulta denominado QUIOSQUE permite que o usuário tenha acesso às informações do acervo cadastrado por título, autor ou assunto, e ainda através de seu cadastro e senha pessoal, o acadêmico realiza autosserviço de reserva, exclusão de reserva, consulta de situação de empréstimo, débitos e renovação de empréstimo domiciliar.

6.4.3 SISTEMA DE EMPRÉSTIMO E ACERVO

O sistema de empréstimo interage com todos os dados (situação do leitor, disponibilidade do exemplar e outros) contando, efetivamente, com facilidades como o código de barras e leitoras ópticas, que permitem maior agilidade no atendimento, proporcionando, por meio de operações específicas, o fornecimento, ao usuário, de informações de seu interesse.

A Biblioteca Central está com seu acervo informatizado e serviços automatizados, funcionando em rede local, através de módulo específico, denominado Sagres Acervo, no qual os serviços de catalogação, de empréstimo, de consulta e de reservas são feitos de forma integrada.

O referido acervo concentra-se nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra e Ciências Agrárias. Possui obras de referências tais como: dicionários em geral e direcionados às especialidades, enciclopédias, anais e indicadores. O acervo geral está instalado no 1º pavimento em estantes dupla face e a ordem de arquivamento dos livros se dá pela área de conhecimento e suas subdivisões, tendo como diretriz a CDU – Classificação Decimal Universal.

Quadro 26 - Dados do Acervo Geral

Áreas de conhecimento	Número títulos de livros	Número de exemplares de livros	Periódicos Nacionais	CD-ROMS/ DVDS
Ciências Exatas e da terra	1627	4757	25	185
Ciências Biológicas	630	1084	38	100
Engenharia/Tecnologia	416	2337	2	0
Ciências e Saúde	252	74	5	2
Ciências Agrárias	917	1508	25	78
Ciências Sociais Aplicadas	15388	30701	96	1.337
Ciências Humanas	3690	7.664	51	40
Linguística, Letras e Artes	2.084	2937	0	7
Ciências Ambientais	120	616	5	7
Grande área não informada (multidisciplinar)	123	367	21	2
Área não informadas (biografias em geral)	125	446	0	3
Total	**25381**	**51.903**	**265**	**1.761**

Fonte: Biblioteca Anhanguera

Quadro 27 - Acervo de periódicos

Total de Títulos	Total de Exemplares
14.890	14.911

6.4.4 INFORMATIZAÇÃO DO ACERVO CONFORME POLÍTICA DA IES

Conforme o Art. 21 do decreto 9235 de 15 de dezembro de 2017 que postula: "IX - infraestrutura física e instalações acadêmicas, que especificará: a) com relação à biblioteca: acervo bibliográfico físico, **virtual ou ambos (grifo nosso)**, incluídos livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia" (p.10). Os NDES dos cursos em ações via CPA expresso nesse PDI pela CAPDI decidiram acatar reiterados pedidos do corpo discente implantando a BV- Biblioteca virtual "minha biblioteca" que, como demonstrado acima, insere-se como uma possibilidade à montagem de acervo da biblioteca.

A Biblioteca está com o seu acervo informatizado e os serviços automatizados, funcionando em rede local através de módulo específico denominado RM – GESTÃO BIBLIOTECÁRIA em que os serviços de catalogação, empréstimo, consulta e reservas operam de forma integrada.

6.4.5 BASES DE DADOS DE ACESSO ONLINE

a) COMUT

A biblioteca é participante do Sistema de Comutação Bibliográfica (COMUT), desta forma atende as demandas por artigos e textos não encontrados em seu acervo. O COMUT permite às comunidades acadêmicas e de pesquisa o acesso a documentos em todas as áreas do conhecimento (através de cópias de artigos de revistas técnico-científicas, teses e anais de congressos), exclusivamente para fins acadêmicos e de pesquisa, respeitando rigorosamente a Lei de Direitos Autorais.

b) SCIELO – SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE

O SCIELO é uma coleção eletrônica de revistas científicas disponíveis na Internet. Operando desde 1997, estão disponíveis revistas nas áreas de Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Sociais e Humanas, Ciências Agrárias**,** física etc. A coleção traz textos completos de artigos científicos e oferece, ainda, a pesquisa em sua base de dados. Os artigos podem ser pesquisados de várias maneiras: pelo nome do autor, do periódico, da Instituição

ou por palavra-chave.

c) PORTAL DE ACESSO LIVRE DA CAPES

Considerada uma das mais importantes ferramentas de acesso aberto para a pesquisa científica, um poderoso instrumento de pesquisa bibliográfica**.** Permite acesso a textos completos nacionais e internacionais de várias áreas do conhecimento

6.4.6 POLÍTICA DE EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DO ACERVO

A implantação de políticas de seleção e aquisição do acervo visa possibilitar aquisição de materiais de maneira clara, objetiva e sem desperdícios, afinada com os interesses da instituição. Seus principais objetivos são:

a) Permitir o crescimento racional e equilibrado do acervo nas áreas de atuação da instituição;
b) Identificar os elementos adequados à formação da seleção;
c) Determinar critérios para duplicação de título;
d) Incrementar os programas cooperativos;
e) Estabelecer prioridades de aquisição de material;
f) Traçar diretrizes para o descarte de material.

Já a seleção de bibliografias segue os seguintes critérios:

a) Adequação do material aos objetivos e níveis educacionais da instituição;
b) Edição atualizada;
c) Qualidade técnica;
d) Imparcialidade;
e) Acessível à maioria dos usuários;
f) Número de alunos matriculados.

Estes critérios servem para nortear o trabalho de parceria entre corpo docente e a Comissão de Biblioteca.

6.4.6.1 SELEÇÃO QUANTITATIVA

a) Bibliografia Básica

O material bibliográfico básico é indispensável ao desenvolvimento da disciplina e da leitura obrigatória.

NACIONAL: serão adquiridos preferencialmente apenas 3 (três) títulos para cada disciplina, sendo que o número de exemplares será calculado na base de 1 (um) exemplar para cada 10 (dez alunos – ou conforme diretrizes do MEC). O número de alunos deverá ser discriminado no formulário de solicitação de material bibliográfico.

IMPORTADO: os livros importados serão adquiridos quando não existir adequada tradução em português. Nesse caso o livro-básico não será adquirido na mesma proporção do livro-básico nacional. Será adquirido apenas um exemplar de cada título.

b) Bibliografia Complementar

Livros nacionais ou importados necessários à complementação da bibliografia básica dos cursos, seja em nível de pesquisa e/ou conteúdo programático das disciplinas ministradas na instituição. Serão adquiridos 2 (dois) exemplares de cada título indicado, exceto nos casos que haja demanda ou por solicitação que justifique a necessidade de um número maior de exemplares.

c) Bibliografia atualizada

Refere-se aos livros necessários à atualização da bibliografia complementar. Neste caso a aquisição será realizada mediante solicitação do corpo docente e o número de exemplares deverá ser definido pela demanda existente na biblioteca.

d) Prioridade de Aquisição

Os critérios acerca da prioridade de aquisição a serem respeitados compõem-se dos seguintes elementos:

a) Cursos em implantação;
b) Novas disciplinas;
c) Atualização de plano de ensino;
d) Alterações curriculares;
e) Recredenciamento de cursos;
f) Atualização do acervo, de acordo com as sugestões apresentadas pelos

professores/ coordenadores de cursos e alunos.

e) Doações

Os materiais recebidos como doações serão submetidos aos mesmos critérios do material comprado. Não serão adicionados novos títulos e/ou volumes ao acervo somente porque foram recebidos de forma gratuita.

Quanto às doações recebidas, a biblioteca poderá dispor das mesmas da seguinte maneira:

a) Incorporá-las ao acervo;
b) Doá-las e/ou permutá-las com outras instituições;
c) Descartá-las, destinando-as à reciclagem de papel.

6.4.6.2 COMISSÃO PERMANENTE DE SELEÇÃO DE COLEÇÕES

A Comissão Permanente de Seleção de Coleções tem como Missão: Assessorar a Biblioteca do Centro Universitário de Goiás na criação de programas, técnicas e ferramentas que melhorem o processo de seleção, aquisição e descarte do acervo, de modo a contribuir para o desenvolvimento qualitativo e quantitativo da coleção. Além de analisar projetos que visem à melhoria no espaço físico da biblioteca, novos sistemas de segurança do acervo e inserção de novas tecnologias.

Essa Comissão é constituída pelos componentes enumerados abaixo:

I – Bibliotecário Chefe da biblioteca como membro-nato e presidente;

II – Representantes do Corpo Docente;

III – Representante do Corpo Discente.

Possui como competências, as seguintes atividades:

a. Coordenar a reavaliação periódica da coleção;
b. Analisar e apresentar propostas para a política de aquisição e expansão do acervo
c. Atualizar o acervo e o espaço físico;
d. Coordenar os programas de desenvolvimento do acervo;
e. Avaliar e recomendar fontes de seleção;
f. Analisar e aprovar o plano anual de aquisição;
g. Avaliar e definir o material para o descarte;
h. Analisar sugestões ou solicitações de aquisição;
i. Criar instrumentos estatísticos que possibilitem uma visão global da satisfação da comunidade usuária da biblioteca;

j. Propor assinaturas de periódicos;
k. Estabelecer datas e prazos para entrega de sugestões de aquisição de materiais por parte dos docentes e zelar para que esses prazos sejam respeitados;
l. Solicitar às coordenações a atualização das bibliografias em consonância com os planos de ensinos;
m. Criar canais de comunicação entre Discentes e Biblioteca, viabilizando a apresentação de sugestões.

Nesse sentido, o esforço de análise do acervo da biblioteca deve ser visto como o processo utilizado para se determinar o valor e a adequação da coleção, em função dos objetivos da biblioteca e da própria instituição, possibilitando traçar diretrizes quanto à aquisição, à acessibilidade e ao descarte.

A biblioteca deverá proceder à avaliação do seu acervo uma vez cada 3 (três) anos, sendo empregados métodos quantitativos e qualitativos, cujos resultados serão comparados e analisados, assegurando o alcance dos objetivos da avaliação da coleção.

Na avaliação do acervo da biblioteca, serão utilizados os seguintes critérios:

a. Materiais proporcionalmente pertinentes aos cursos oferecidos;
b. Comparação das coleções com listas, catálogos e bibliografias recomendadas e/ou adotadas;
c. Sugestões dos usuários.

No caso de periódicos a avaliação pode ser feita a cada 2 (anos), com o objetivo de colher subsídios para a tomada de decisões quanto:

i. Cancelamento de títulos que já não atendem as suas necessidades;
ii. Inclusão de novos títulos necessários para o desenvolvimento do conteúdo programático e/ou atualização;
iii. Manutenção dos títulos já adquiridos.

A dinamicidade e flexibilidade são características de Bibliotecas Universitárias, nesse sentido, sua política de seleção deverá ser revisada pela Comissão periodicamente, para adequações que se fizerem necessárias.

6.4.6.2.1 Política de Desbastamento de Material Bibliográfico

Atentos à portaria 1224 de 18 de dezembro de 2013, elaborou-se um plano de gestão para o acerco e descarte. O Desbastamento é o processo pelo qual se retira do acervo

ativo título e/ou exemplares, parte de coleções, quer para remanejamento ou para descarte. Deve ser um processo contínuo e sistemático, para manter a qualidade da coleção. O desbastamento da coleção deverá ser feito no máximo a cada 2 (dois) anos.

6.4.6.2.2 Remanejamento

O remanejamento consiste na armazenagem em depósito da biblioteca do material bibliográfico retirado do acervo ativo, com o objetivo de abrir espaços para materiais novos. Este material ficará organizado e à disposição da comunidade quando solicitado.

Critérios de remanejamento de materiais bibliográficos:

a) Títulos históricos e não utilizados durante os últimos 5 (cinco) anos;

b) Coleção de periódicos correntes, anteriores aos últimos 10 (dez) anos;

c) Coleções de periódicos de compra encerrada e que tenham possibilidade de serem reativados;

d) Coleções de periódicos de valor histórico.

6.4.6.2.3 Descarte

Descarte é o processo pelo qual o material bibliográfico, após ser avaliado, é retirado da coleção ativa, seja para ser doado a outras instituições ou ainda eliminado do acervo, possibilitando a economia de espaço.

A biblioteca adotará para o descarte de livros os seguintes critérios:

a) Inadequação do conteúdo em comparação com o acervo;
b) Desatualização: a aplicação deste conceito pode variar mediante a área de conhecimento;
c) Condições físicas: se a obra for relevante ao acervo, estudar a possibilidade de substituição ou recuperação do exemplar.

O descarte de material bibliográfico, objetivando o desenvolvimento e adequação do acervo, deverá ser realizado em conformidade com a política interna da biblioteca e com a aprovação de sua Comissão de biblioteca.

6.4.6.2.4 Reposição do Material

Os materiais desaparecidos não serão repostos automaticamente. A reposição deverá

ser baseada nos seguintes critérios:

a) Demanda do título;
b) Número de exemplares existentes;
c) Relevância do título para a área;
d) Existência de outro título mais atualizado.

6.4.7 BIBLIOTECA – SERVIÇOS

a) Atendimento ao usuário: orientação aos usuários quanto à recuperação das informações do acervo e a utilização dos serviços oferecidos; levantamento bibliográfico temático na base do acervo local e em outras bibliotecas;

b) Visita orientada: a Biblioteca disponibiliza sob agendamento ao usuário individual ou em grupo a visita orientada que permite ao usuário conhecer seu espaço físico, acervo e serviços.

c) Consultas ao acervo: podem ser realizadas em computadores existentes na Biblioteca ou pela Internet no endereço www.anhanguera.edu.br/portal. A pesquisa pode ser feita por autor, título ou assunto e refere-se à base de dados e todo acervo da Biblioteca.

d) Empréstimo para consulta local e domiciliar: a coleção da biblioteca pode ser consultada no recinto por toda comunidade externa e interna; e ao usuário que possuí vínculo com a Instituição (corpo discente, corpo docente e funcionários) é oferecido o serviço de empréstimo domiciliar.

e) Renovação de empréstimo domiciliar via WEB: a Biblioteca viabiliza a renovação de empréstimos de livros pela WEB. As normas deste serviço encontram-se no regulamento da Biblioteca.

f) Guarda-volumes: é facultado ao usuário durante a sua permanência na Biblioteca. Os escaninhos são trancados e a chave permanece com o usuário para sua maior segurança e comodidade.

g) Comutação bibliográfica: a Biblioteca participa do Programa COMUT do IBICT/CNPQ que permite localizar e solicitar cópias de artigos científicos no Brasil e no exterior.

h) Catalogação na Fonte: Elaboração de Ficha catalográfica, feita quando o livro, dissertação ou tese está em fase de impressão, obrigatória para efeito de depósito legal e identificação de autoridade.

i) Normalização Bibliográfica: Assessoria quanto à normalização de trabalhos científicos e utilização das normas da ABNT.

6.4.8 RECURSOS HUMANOS

A Biblioteca possui em seu quadro de funcionários:

02 Bibliotecários especialistas;

09 Funcionários contratados no regime da CLT;

05 Estagiários de nível médio

Bibliotecária responsável:

Lilia Pereira da Silva – CRB 1 registro 2.204

6.4.9 BIBLIOTECA VIRTUAL

Com vistas a atender a grande demanda do corpo docente e discente pelos títulos de livros, periódicos e revistas a Reitoria do Uni-ANHANGUERA adquiriu a BIBLIOTECA VIRTUAL (O MINHA BIBLIOTECA).

Fonte: Biblioteca Uni-ANHANGUERA

Tabela 7 - Títulos da Biblioteca Virtual

CATÁLOGO GERAL							
Editoras / Áreas	Jurídica	Biológica	Humanas	Exatas	Sociais	Agrárias	Soma
Grupo A	4	453	288	329	403	6	1483
Saraiva	1391	83	50	290	587	16	2417
Grupo Gen	1166	563	74	315	1008	25	3151
Editora Manole	95	405	20	19	225	4	768
Soma	2656	1504	432	953	2223	51	**7819**

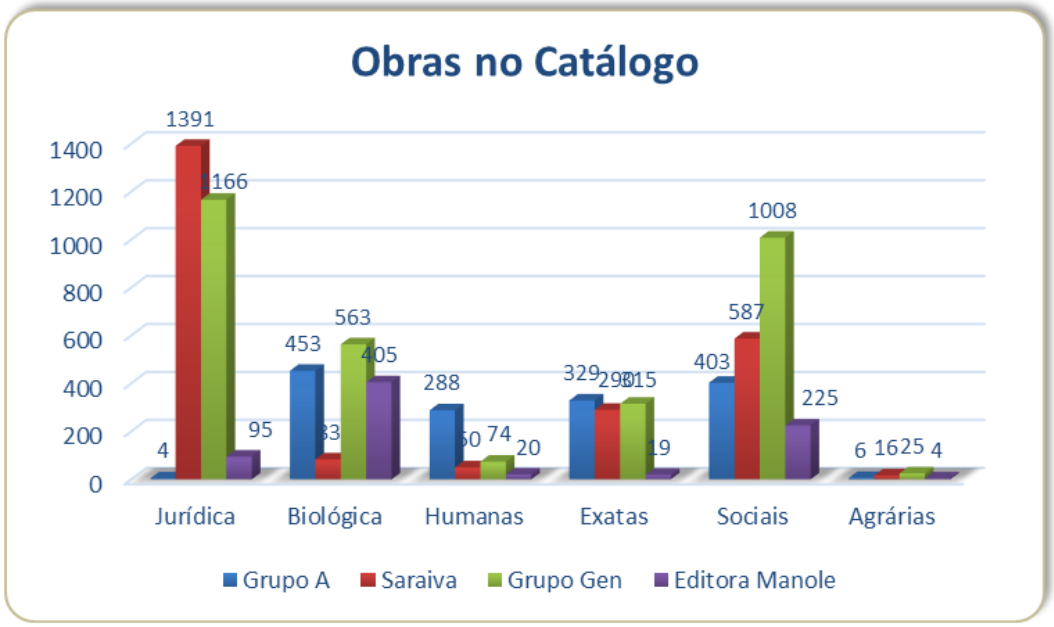
Fonte: Minha Biblioteca

Tabela 8 - Novos Títulos da Biblioteca Virtual

NOVOS TÍTULOS - 07/17							
Editoras / Áreas	Jurídica	Biológica	Humanas	Exatas	Sociais	Agrárias	Soma
Grupo A	0	2	0	1	1	0	4
Saraiva	15	0	0	2	21	0	38
Grupo Gen	32	5	2	6	15	2	62
Editora Manole	0	0	0	0	0	0	0
Soma	47	7	2	9	37	2	**104**

Fonte: Minha Biblioteca

Gráfico 9 - Obras no Catálogo da Biblioteca Virtual



Fonte: Minha Biblioteca

6.4.10 Repositório Institucional do Centro Universitário de Goiás Uni – ANHANGUERA

O Repositório Institucional do Centro Universitário de Goiás Uni – Anhanguera faz parte do movimento mundial, com acesso aberto a produção cientifica dos acadêmicos. A adoção desse novo modelo de gestão para documentos eletrônicos possibilitará uma maior visibilidade da instituição e valorização, preservação e divulgação da sua produção, o que contribui para sistematizar uma política de disseminação da informação para UNI – ANHANGUERA, bem como para disponibilizar à sociedade o resultado de suas atividades de pesquisas, criação e inovação.

Essa ferramenta representa um esforço conjunto da Biblioteca, DTI e Coordenação de Planejamento Pedagógico, associado à plataforma DSpace, utilizada no Repositório de Artigos Acadêmicos do Uni-ANHANGUERA.

6.4.10.1 Missão

Armazenar, preservar, divulgar e dar acesso a produção científica e acadêmica do Centro Universitário, seja na área das artes, das ciências, das humanidades, da tecnologia, da inovação ou da criação.

6.4.10.2 Objetivo

Reunir num único local virtual a produção acadêmica (científica, artística, cultural, tecnológica, de inovação, didática e institucional) do Centro Universitário de Goiás Uni-Anhanguera, contribuindo para ampliar a visibilidade da Instituição e dos seus pesquisadores, bem como o impacto da investigação, além da preservação da memória intelectual.

6.4.10.3 Organização do Repositório Institucional (Ri)

O RI está organizado em torno de comunidades que correspondem às Coordenações de curso. Cada comunidade pode reunir os seus documentos em diferentes coleções (tipos de documentos ou informação). O número de documentos por coleção é ilimitado. As coleções contemplam os seguintes tipos de documentos:

a) Monografias de cursos de Pós-graduação;
b) Artigos científicos avaliados pelos pares;
c) Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação;
d) Livros;
e) Teses e Dissertações;
f) Capitulos de Livros;
g) Trabalhos Publicados em Eventos;
h) Publicações Técnico-Científicas

6.4.10.4 Política de Submissão

Fica obrigatório aos discentes de cada curso depositar as monografias, frutos dos TCC's, para a Biblioteca. Cada coordenação de curso definirá quais modalidades de trabalhos de conclusão de curso serão aceitas para avaliação. Além disso o RI será povoado de forma descentralizada, cabendo sua realização pelas coordenações de cursos, coordenação de trabalhos de conclusão de cursos, direção de departamentos (onde existir) ou Unidade Acadêmica.

Todos os trabalhos de conclusão de cursos independente da modalidade deverão conter os elementos obrigatórios adotados pelo Manual de Elaboração de Trabalhos de Conclusão de Cursos do UNI – ANHANGUERA baseando-se nas diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) no que se refere à apresentação de trabalhos acadêmicos.

Os trabalhos de conclusão de curso na modalidade Artigo Científico ficam dispensados de apresentar o sumário e seus resumos serão apresentados seguindo os padrões adotados pela ABNT no que se refere a Artigo Científicos.

As regras acima apresentadas serão validadas para os cursos em nível de Graduação (bacharelado e licenciatura), Tecnólogos e Pós-Graduação (Especialização presencial).

O formato de entrega será: CD – ROM com capa (em acrílico transparente) contendo o arquivo do trabalho na integra em formato de PDF, incluindo a folha de aprovação com a assinatura da Banca Examinadora. Assim, as assinaturas da Banca Examinadora poderão ser manuscritas ou digitalizados. As assinaturas digitalizadas do orientador e aluno poderão vir na Folha de aprovação e no Termo de Autorização para publicação mediante autorização e conhecimento do autor da publicação.

No CD – ROM (Capa Acrílico) deverá constar informações como: o título do trabalho, autor, orientador, ano, curso e unidade de origem.

As monografias em mídias CD – ROM deverão ser arquivadas em suas coordenações de curso ou devolvidas ao aluno, pois só serão publicados no RI os Trabalhos de conclusão de cursos que obtiverem nota igual ou superior a 9 (nove).

Os trabalhos serão disponibilizados a toda a comunidade acadêmicas na versão *Online* através dos RI.

6.4.10.5 Política de Preservação do RI

Os direitos de propriedade intelectual no ambiente digital devem ser respeitados, entretanto, respeitar neste contexto significa controlar os acessos à informação. O RI deve obter autorizações para publicação no meio virtual que não são necessários no ambiente físico.

A questão jurídica de um RI deve levar em consideração a proteção da propriedade intelectual do autor ou da instituição que produz o documento; conhecer o detentor exato dos direitos de propriedade intelectual; conhecer as condições contratuais das licenças de uso dos recursos digitais, do equipamento e dos programas; atenção para preservar a integridade do texto e autenticidade de determinados recursos.

O RI por se tratar de acesso livre, cabe aos autores a responsabilidade sobre o que é depositado e a decisão sobre quais conteúdos poderão ser acessados ou não, garantindo assim sua propriedade intelectual. O titular dos direitos autorais dos documentos relacionados em consonância com a Lei 9.610/98, autorizará a Biblioteca do Centro Universitário Uni-Anhanguera, por intermédio do RI, sem ressarcimento dos direitos autorais, o acesso ao seu conteúdo em formato pré-definido para leitura, impressão e/ou *download,* com a autorização devidamente assinada.

Assim fica obrigatório a todo corpo discente a entrega do Termo de Autorização devidamente preenchido para a publicação dos trabalhos acadêmicos no RI à Biblioteca do Centro Universitário Uni-Anhanguera.

6.4.10.6 Documentos que são dispensados de depósito no RI

São dispensados de depósito no RI os seguintes documentos:

1- Livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direito autorais;
2- Artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito de artigos publicados em suas revistas, em repositório de acesso livre;
3- Documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteadas ou de serem publicadas em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assumindo sua natureza de Projeto, o presente documento olha para o futuro, para o que é necessário realizar, para oferecer sempre um ensino de melhor qualidade, tendo como eixo direcionador as necessidades sociais, compreendidas em seu sentido amplo. Explicita, portanto, uma realidade, que busca refletir sobre as ações educacionais, a cultura, a identidade pedagógica e a gestão do Uni-Anhanguera.

Os impactos gerados pelo avanço tecnológico apontam mudanças tanto no sentido imaterial (um novo corpo docente-discente) com o alunato de Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Farmácia e Enfermagem, Medicina Veterinária, bem como material (vide laboratórios com equipamento de última geração) dando um direcionamento técnico-científico do Centro Universitário Uni-Anhanguera, antes identificado como sendo mais das ciências humanas.

Novos tempos apregoam atitudes de vanguarda sem deixar de ser a IES essa referência regional conforme descreveu-se no PDI. Ser um centro-universitário "local" na identidade importa também em pensar Global, assim as temáticas do meio-ambiente, da tecnologia e o bem humano a partir do estudo sobre as minorias e os confrontos atuais entre legislações mais humanistas e seu enfrentamento ao tecnicismo das leis atuais, esse é nosso diapasão.

Trabalhou-se neste documento o que se entende pelo projeto pedagógico da IES refletida em seus cursos, os insumos referentes ao corpo docente e infraestrutura, a metodologia e os processos educacionais utilizados e os resultados alcançados. Desenhou-se pelo projeto do PIBIC o estímulo à pesquisa, reforçou-se na IES via biblioteca virtual a preocupação dos títulos por aluno.

Conforme foi tratado em referência às inovações e inserção dos alunos PNE´s, o Curso de Engenharia elétrica está elaborando óculos virtual para possibilitar aos alunos com baixa visão, a visão robótica. Também elaboraram jogos de aprendizagem para alunos com déficit de atenção e transtorno do espectro autista, que a IES também inclui.

Em maio de 2018, o Curso de Engenharia Elétrica organizou competições de jogos eletrônicos com vistas a entender que as metodologias podem ser ativas, o que se insere no plano de desenvolvimento da IES, das práticas exitosas.

A internacionalização ainda incipiente começa a ser uma preocupação dos mantenedores que articulam política de incentivo a alunos em participação de *campus party* e de congressos internacionais. Esse aspecto coaduna-se com os percentuais de IDD que sinalizam o ensino aprendizagem pela matemática, resultando em: alguns alunos média 1 e 2

chegarem ao final do curso com médias 3 e 4. Medidas que concretizam ao Centro Universitário de Goiás como esse espaço de aprendizagem. Nesse sentido, um aspecto que merece ser destacado são os investimentos da IES no Doutorado e Mestrado em parceria com a Universidade Estácio de Sá.

Neste documento a ancoragem é multidimensional colhida na fonte do envolvimento da IES com os aspectos científico, tecnológico, sustentável, ético, acadêmico como se vê nas linhas descritas. Há muito que fazer? Por certo. Estrutura e pessoal especializado são as nossas armas para os enfrentamentos no campo educacional que se avizinham. Estamos preparados.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARADO- PRADA, Luís Eduardo et al. *Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas*. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 10, n. 30, p. 367-387, maio/ago. 2010.

ANDRÉ, M. E.D. O projeto pedagógico como suporte para novas formas de avaliação. In. Amélia Domingues de Castro e Anna Maria Pessoa de Carvalho. *Ensinar a Ensinar*, São Paulo, 2001

BAFFI, Maria Adélia Teixeira. *Projeto Pedagógico: um estudo introdutório. Pedagogia em foco*, Petrópolis, 2002. Disponível em: < http:// www.pedagogiaemfoco.pro.br/gppp03.htm>. Acesso em 18 de janeiro de 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*.19ªed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamento as Leis n.º 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de Atendimento às Pessoas que especifica, e n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que Estabelece Normas Gerais e Critérios Básicos para a Promoção da Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida, e dá Outras Providências.

BRASIL, MEC. Portaria MEC nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013.

BRASIL, INEP. DECRETO Nº 9.235, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

BRASIL, INEP. INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA, outubro 2017.

BRASIL, INEP. INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO Presencial e a distância, OUTUBRO 2017.

ESCORSINI, Ana Paula. GISI, Maria de Lourdes. FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO. In: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/94_56.pdf, acesso 2017.

FORQUIN, J. C. *Escola e Cultura- as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar***.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

LIBÂNEO, José Carlos. *Conteúdos, formação de competências cognitivas e ensino com pesquisa: unindo ensino e modos de investigação*. Ed Cadernos Pedagogia Universitária USP n.11, out.2009.

MORIN, E. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. 3ª ed. São Paulo: Cortez e Brasília, DF: UNESCO, 2000.

_____. *Ciência com Consciência*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

MANFREDO, Elizabeth. *Metodologia de projetos e formação de professores: uma experiência significativa na prática de ensino de ciências naturais.* In: Experiências em Ensino de Ciências - V1(3), pp. 45-57, 2006.

PERRENOUD, Philippe. *Avaliação da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas.* Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERRENOUD, Phillipe. *Construir competências é virar as costas aos saberes? In: Pátio – Revista Pedagógica*, Porto Alegre, n.11, p.15-19, nov. 1999. Disponível em: <http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/php_1999/1999_39.html>. Acesso em: 25 abr. 2013.

PERRENOUD, Phillipe et al. *10 novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Art Med, 2000.

PERRENOUD, Phillipe et al. *As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da educação.* 1. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2002

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. *A pesquisa dos educadores como estratégia para a construção de modelos críticos de formação docente*. In: PEREIRA, Júlio Emílio Diniz;

RISTOF, Dilvo. *Avaliação Institucional: afirmando valores*. Revista de educação – USF, Brasília: vol. 5, n. 2, p. 13-21, jul/dez., 2000.

RIVAS, Noeli Prestes Padilha; CONTE, Karina de Melo (USP/FFCLRP -GEPEFE); AGUILAR, Gabriella Meier *(usp/ffclrp)novos espaços formativos na universidade: desafios e perspectivas para a docência superior*.

SESMEG. Indicadores de qualidade: histórico, concepção e Composição, segundo a legislação, Ed. Sesmeg,2019.

SILVA, Gabriele & FELICETTI, Vera Lúcia. Habilidades e competências na prática docente: perspectivas a partir de situações-problema. In: *Educação Por Escrito*, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 17-29, jan.-jun. 2014.

SOUZA, ANGELITA. *Motivação docente: uma pesquisa bibliográfica. TCC de conclusão de curso apresentado a Universidade Estadual de Londrina.* Londrina: Paraná, 2012.In: http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/ANGELITA%20DE%20SOUZA.pdf, acesso Agosto de 2016

VALLAEYS, François. *Que significa responsabilidade social universitária*? .*Estudos*, Brasília, DF, ano 24, n. 36, p. 35-55, mar. 2006.

VAZ, Cristina. *O papel da gestão na motivação profissional dos docentes*; Dissertação de mestrado em Educação. Universidade Católica de Brasília, Brasília: DF, 2010.l In: https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/673/1/Andrea%20Cristina%20Vaz.pdf acesso agosto de2016.

ZEICHNER, Kenneth M. (Org.). *A pesquisa na formação e no trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p.11-42.

ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. *Como aprender e ensinar competências*. Porto Alegre: ArtMed, 2010.

Sites:

http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/104_maria_lurdes_a.pdf
http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf

MIRANDA, Luís Francisco. http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores /portugues/sitesanais/anais10/Artigos_.pdf viajantes do início do século xix e a representação do sertão brasileiro Luiz Francisco Albuquerque de Miranda Doutor em Filosofia pela UNICAMP Professor da UNIMEP lfamiranda@uol.com.b

DOURADO, L., F. http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12931, 2002

9 APÊNDICE

QUADRO 28 - QUANTITATIVO DE BOLSAS 2017/2

CURSO	Tipologia	ALUNOS MATRICULADOS	BOLSAS quantidade
Administração	Até o vencimento (Vale Educação)	183	1
	PIBIC		3
	(SINDICATO)		1
	Bolsa Institucional Integral		1
	FIES		26
	Bolsa Institucional		1
	CRÉDITO DE PAGAMENTO ANTECIPADO		5
	PROUNI		18
	Para pagamento até o dia 06 (EGRESSOS)		1
	Para pagamento até o dia 06 (FIES)		2
	Para pagamento até o dia 06 (PORTADOR DE DIPLOMA)		2
	Isenção de parcela pela diretoria		1
	Ovg		32
Agronomia	PROUNI	493	44
	Bolsa Inhumas Integral		14
	Até o vencimento (Vale Educação)		1
	Bolsa Institucional		6
	Bolsa Institucional Integral		3
	Funcionário integral		1
	PIBIC		9
	Até o vencimento (Plano Família)		11
	(SINDICATO)		2
	Bolsa Funcionário		4
	FIES		180
	Ovg		26
	CRÉDITO DE PAGAMENTO ANTECIPADO		4
	Para pagamento até o dia 06 (FIES)		21
	Para pagamento até o dia 06 (PORTADOR DE DIPLOMA)		1
Arquitetura e Urbanismo	Até o vencimento (Plano Família)	445	11
	PIBIC		5
	Plano Família 10%		1
	Ovg		93
	(SINDICATO)		1
	PROUNI		54
	Bolsa Funcionário		3
	Para pagamento até o dia 06 (EGRESSOS)		2
	CRÉDITO DE PAGAMENTO ANTECIPADO		5
	Bolsa Institucional Integral		1

	Bolsa Institucional		1
	Para pagamento até o dia 06 (PORTADOR DE DIPLOMA)		1
	FIES		151
	Para pagamento até o dia 06 (FIES)		14
Ciências Biológicas – Bacharelado	Até o vencimento (Plano Família)	42	1
	Ovg		6
	PROUNI		7
	FIES		5
Ciências Biológicas – Licenciatura	PIBIC	11	1
	Ovg		1
	PROUNI		5
	Para pagamento até o dia 06 (EGRESSOS)		1
	FIES		1
Ciências Contábeis	Até o vencimento (Plano Família)	356	6
	PIBIC		1
	Ovg		103
	PROUNI		35
	(SINDICATO)		1
	Bolsa Funcionário		1
	Para pagamento até o dia 06 (EGRESSOS)		7
	Até o vencimento (Vale Educação)		2
	CRÉDITO DE PAGAMENTO ANTECIPADO		25
	Bolsa Institucional Integral		4
	Bolsa Institucional		2
	Para pagamento até o dia 06 (PORTADOR DE DIPLOMA)		2
	FIES		40
	Para pagamento até o dia 06 (FIES)		1
Comunicação Social - Habilitação em Publicidade e Propaganda	PIBIC	145	2
	Ovg		25
	PROUNI		11
	Bolsa Funcionário		1
	Bolsa Institucional Integral		3
	FIES		19
	Para pagamento até o dia 06 (FIES)		1
Direito	Até o vencimento (Plano Família)	1407	36
	PIBIC		14
	Plano Família 10%		1
	Ovg		240
	PROUNI		132
	(SINDICATO)		1
	Bolsa Funcionário		15
	Para pagamento até o dia 06 (EGRESSOS)		18

	Até o vencimento (Vale Educação)		1
	Funcionário integral		2
	CRÉDITO DE PAGAMENTO ANTECIPADO		16
	Bolsa Institucional Integral		12
	Bolsa Institucional		14
	Para pagamento até o dia 06 (PORTADOR DE DIPLOMA)		12
	FIES		483
	Para pagamento até o dia 06 (FIES)		27
Enfermagem	Até o vencimento (Plano Família)	206	2
	PIBIC		2
	Ovg		66
	PROUNI		24
	Para pagamento até o dia 06 (EGRESSOS)		2
	CRÉDITO DE PAGAMENTO ANTECIPADO		2
	Bolsa Institucional Integral		2
	FIES		40
	Para pagamento até o dia 06 (FIES)		8
Engenharia Civil	Até o vencimento (Plano Família)	1114	27
	PIBIC		8
	Plano Família 10%		2
	Ovg		209
	(SINDICATO)		2
	PROUNI		80
	Bolsa Funcionário		5
	Para pagamento até o dia 06 (EGRESSOS)		6
	CRÉDITO DE PAGAMENTO ANTECIPADO		7
	Bolsa Institucional Integral		3
	Bolsa Institucional		5
	Para pagamento até o dia 06 (PORTADOR DE DIPLOMA)		2
	FIES		474
	Para pagamento até o dia 06 (FIES)		21
Engenharia da Computação	Até o vencimento (Plano Família)	32	1
	PIBIC		1
	Ovg		4
	PROUNI		3
	Para pagamento até o dia 06 (EGRESSOS)		1
	Bolsa Institucional		1
	FIES		7
Engenharia Elétrica	Até o vencimento (Plano Família)	134	1
	PIBIC		4
	Ovg		16
	PROUNI		21

	Para pagamento até o dia 06 (EGRESSOS)		2
	CRÉDITO DE PAGAMENTO ANTECIPADO		1
	Para pagamento até o dia 06 (PORTADOR DE DIPLOMA)		1
	FIES		56
	Para pagamento até o dia 06 (FIES)		6
Farmácia	Até o vencimento (Plano Família)	293	7
	PIBIC		2
	Ovg		107
	PROUNI		32
	Bolsa Funcionário		2
	Para pagamento até o dia 06 (EGRESSOS)		6
	CRÉDITO DE PAGAMENTO ANTECIPADO		3
	Bolsa Institucional Integral		1
	Bolsa Institucional		2
	Para pagamento até o dia 06 (PORTADOR DE DIPLOMA)		3
	FIES		51
	Para pagamento até o dia 06 (FIES)		8
Gestão Empresarial	Bolsa Institucional Integral	1	1
Pedagogia	Até o vencimento (Plano Família)	362	2
	PIBIC		3
	Ovg		110
	PROUNI		31
	CRÉDITO DE PAGAMENTO ANTECIPADO		5
	Bolsa Institucional Integral		1
	Para pagamento até o dia 06 (PORTADOR DE DIPLOMA)		2
	FIES		29
	Para pagamento até o dia 06 (FIES)		1
Química – Bacharelado	PROUNI	24	3
	FIES		3
	Bolsa Sindical		1
	Ovg		4
Química – Licenciatura	FIES	15	4
	PROUNI		5
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	PIBIC	88	1
	Ovg		7
	Para pagamento até o dia 06		1
	PROUNI		13
	(SINDICATO)		1
	CRÉDITO DE PAGAMENTO ANTECIPADO		1
	FIES		11
	Para pagamento até o dia 06 (FIES)		2
Tecnologia em	Ovg	25	5

Gestão Ambiental	(SINDICATO)		2
	PROUNI		2
	Para pagamento até o dia 06 (EGRESSOS)		1
	Funcionário integral		1
	CRÉDITO DE PAGAMENTO ANTECIPADO		1
	FIES		3
Tecnologia em Gestão Comercial	Ovg	41	3
	PROUNI		4
	Para pagamento até o dia 06 (EGRESSOS)		2
Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	Até o vencimento (Plano Família)	72	1
	PIBIC		1
	Ovg		14
	PROUNI		13
	(SINDICATO)		1
	Bolsa Funcionário		2
	FIES		6
Tecnologia em Logística	Ovg	38	2
	Para pagamento até o dia 06		1
	PROUNI		4
	Para pagamento até o dia 06 (EGRESSOS)		1
	FIES		3
Tecnologia em Processos Gerenciais	PIBIC	21	2
	Ovg		1
	PROUNI		1
	Bolsa Institucional Integral		1
Tecnologia em Segurança Pública	Até o vencimento (Plano Família)	82	1
	PIBIC		2
	Ovg		2
	PROUNI		12
	Para pagamento até o dia 06 (EGRESSOS)		1
	FIES		2
	Para pagamento até o dia 06 (FIES)		1
Total	5629	Bolsistas	3798

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação, 2018 (dados 2017/1 E2)